

## ATA 243ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos dezessete de maio de dois mil e dezenove, às nove horas, na Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima quadragésima terceira Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Rodrigo, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Damião Braz (Nome Social - Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Rodrigo Silveira e Souza - CRESS, Arlete Alves de Almeida - Mov. Graal, Fabrícia Ferraz Mateus Lopes - Seapa, Soyla Rachel dos Santos Pereira - CMAS Paracatu, Ivone Pereira Castro Silva - Cogemas, Cristiano de Andrade - Sedese, Janaína Reis do Nascimento - Sedese, Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas - CMAS Leopoldina, Maria Juanita Godinho Pimenta - Federação das Apae's, Márcio Caldeira - Assprom, Luanda do Carmo Queiroga - FETSUAS, João Victor de Almeida Chaves - Seplag, Wilson de Sales Lana - SEF, os seguintes Conselheiros Suplentes: Ariadna de Almeida Silva - Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG - FASEMIG, Patrícia Carvalho Gomes - CMAS Nova Lima, César Augusto Calinçani Pereira, Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE, Helder Augusto Diniz Silva - CMAS de Pedro Leopoldo, Márcio José Ferreira - Associação dos Deficientes Físicos de Betim - ADEFIB, Marta Maria Castro Vieira da Silva - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE, Sandra de Fátima Veloso Costa - CMAS de Montes Claros, Eleniudes Santos Silva - FENEIS, Marleide Marques Castro - CRP, Paulo Antônio Peixoto de Brito Jamim - Seplag, Noelle Lana da Silva Prata - SEAPA/SEDA, Luciana Alves de Melo - SEE, Francielly Ferreira Caetano - Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de BH, Aloísio Soares de Lima Júnior - Cogemas, e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados: Rodrigo Souza, José Estevão Santos, André Augusto, Isaura Maria Motta, Joana Horta, Cláudia Maria Falabella, Domingos Sávio. **Rodrigo**; bom dia conselheiras, conselheiros vamos iniciar a reunião de hoje agradeço a todas e todos a presença, Consolação já está tudo ok, agradeço a todas e a todos, né, por mais um dia de trabalho um dia importante para a gente muita pauta muita coisa, de ante mão gostaria de. Pauta de hoje tem abertura justificativa de ausência prestação da pauta, informes, conferência, primeira normativa de resolução, almoço, apresentação dos relatórios das comissões temáticas, encerramento. Eu gostaria de pedir inclusão de pauta que é a gente discutir um pouco a questão de Brumadinho que foi colocada ontem no grupo, pela subsecretaria Janaína a situação de Brumadinho, acho que a gente tem que o controle social tem que se manifestar e pensar uma estratégia o que nos compte para Brumadinho então gostaria de pedir essa inclusão de pauta. Bom dia Janaína, Brumadinho não é Barão de Cocais gente, perdão, o que foi colocado no grupo ontem foi Barão de Cocais. **Janaina**; bom dia a todos, tá todo mundo aqui com a gente todos conseguem nos escutar?. Então seguindo a fala do nosso presidente dando inicio formal ao segundo dia de trabalhos a gente esta muito feliz de estar com todos de estar com um quórum bastante alto momento novamente delicado com agora o processo de Barão de Cocais, a gente trazer alguns informes para vocês, tá bom. **Rodrigo**; gostaria de agradecer a todo pessoal de Betim, sejam todos muito bem vindos, agradecer também a presença do me amigo Sávio presidente do conselho de PBH, né CMAS de BH e dizer pai da URCMAS metropolitana, e dizer que você é muito bem-vindo e nós honra tá Sávio. Ah ele está representando a frente mineira do SUAS sejam bem vindos, você é mais que tripolar né meu amigo?. Então vamos lá, justificativa de ausência Cecilia de Araújo Carvalho em função

de saúde, Isac em função de trabalho, Fabrica em função de trabalho, Sara de Souza trabalho, César Augusto saúde, Elerson da Silva em questão de trabalho. a então justificada as ausências a é gente eu vi o Cesar, então ratificando aqui é retificando aqui o Cesar mesmo doente veio, É a dengue Então vamos lá os conselheiros aprovam a inclusão do ponto de pauta de Barão de Cocais. Ok então informes, eu queria da o informe do CRESS falar que no dia 01/06 você tem aí Fran o informe rápido, falar no dia primeiro de junho você tem aí Fran rápido, dia primeiro de junho a gente vai ter um seminário em Contagem, manda para mim aí Fran por favor, o seminário em Contagem pra é nos fizemos uma pesquisa levantamos alguns temas vão ser diversos painéis que basicamente de proteção especial e aí vão ser todos convidados, vai ser o dia inteiro vai ser no sábado na PUC de Contagem gostaríamos de já deixar registrado e convidar a todas e a todos, depois agente fala o tema. Seminário estadual dia primeiro de junho de 8 às 17 horas o trabalho da assistente social no SUAS .Aí os temas; instrumento e técnicas do assistente social no SUAS, condições éticas técnicas, estratégia de resistência e exercício profissional atuação dos trabalhadores do SUAS em situação de calamidade e emergência diversidade e configurações familiares no trabalho social. Então são bastantes palestrantes como disse foi fruto de muita pesquisa um levantamento que a gente fez junto a categoria é um Seminário pensado, então tá muito bacana O tema principal a judicialização, **Luanda FETSUAS**; bom dia a todas e todos tenho informes do FET aa gente se reuniu ontem coordenação do FET a gente se colocou enquanto organização de trabalhadoras e trabalhadores a disposição do CEAS para ajudar junto a organização da conferência no que for preciso e a gente vai enviar um ofício para o CAES informando essa disposição, e também vamos formalizar um pedido do FET como a gente sempre faz é um espaço na programação da conferência para um encontro uma plenária de trabalhadoras e trabalhadores então se for possível que isso seja feito a nível estadual a gente sempre aproveita esses espaços porque todos os trabalhadores do estado estão presentes e gente tem a representatividade e legitimidade para fazer a nossa plenária. Sim o FET é o fórum estadual dos trabalhadores do SUAS ele composto por trabalhadores de todo estado representação a nível estadual a gente tem também os fóruns regionais né, e a gente quer inclusive isso os fóruns regionais na coordenação do FET e acho que vai ser legal o espaço da conferência para isso. **Rodrigo** mais, alguns informes conselheiros, conselheiras não então vamos ao ponto de pauta que é conferência primeira normativa da resolução. Bem a comissão reuniu ontem na parte da manhã nós tivemos uma manhã inteira de trabalho, a não eu tinha um outro informe espera aí, antes disso eu tinha um outro informe aqui coloquei aqui debaixo, perdoo. Nós mandamos um ofício circular né 08/2019 pedindo para todos os deputados pedindo uma audiência pública a respeito do decreto em relação dos conselhos e aí o deputado André Quintão respondeu falando que convocou ele fez o requerimento foi aprovado e irá marcar a audiência pública e na data então ele nos informará lembrando que foi enviado para todos os deputados tá. Então vamos lá a comissão então reuniu ontem e depois de um dia de trabalho a gente fez uma proposta já de minuta de resolução que nós vamos discutir agora nós temos questões a ser liberada aqui na plenária que é a questão do tema do lema da é a própria resolução e a questão dos eixos. A gente discutiu a importância desses informes para os municípios que isso vai ser o start inicial esse start para esses municípios porque eles estão aguardando né e a gente está sendo cobrado e até então a gente estava aguardando a deliberação a questão do conselho nacional e como o conselho nacional então, revoga, o ministério da cidadania revoga o chamamento do conselho nacional, o conselho nacional então parte para conferência livre e também como não tem definições ainda a gente optou por caminhar e seguir na conferência tentando trazer algumas questões mas seria uma conferência uma agenda de estado e a gente vai

conduzindo esse processo tá então a gente coloca em discussão a gente vai a proposta eu acho que a gente poderia emenda da resolução e parar na hora que for a questão do eixo a gente volta para na questão do tema lema e eixo tá exatamente caso tenha algum destaque a gente também volta ok pode ser assim conselheiros então? Então vamos lá Rosa você pode ler para gente a resolução ou alguém lê nossa aqui e ruim para ler, tá não eu estou com ela, minuta de resolução dispõe **Consolidação**; desculpa gente, bom dia resolução dispõe sobre as orientações para as conferências municipais de assistência social de 2019. O conselho estadual de assistência social CEAS nas suas atribuições conferidas pela lei estadual 12262/96 considerando o papel dos estados na organização federativa brasileira e em particular na política de assistência social a dimensão do estado de Minas Gerais e suas vocações regionais a pobreza e a desigualdade com características particulares em cada região do estado que apresenta prioridades diferenciadas ser ano de conferência estadual que tem a atribuição de avaliar a situação de assistência social e definir diretrizes e prioridades para política estadual de assistência social e as deliberações da conferência de 2017 a importância da mobilização dos segmentos que compõe a política nacional de assistência social CNAS para participar de todo processo conferencial especialmente usuários trabalhadores de assistência social a resolução conjunta da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social SEDESE e do Conselho Estadual de Assistência Social CEAS 01/07/2018 que dispõe da convocação da décima terceira conferência estadual de assistência e das outras providências e a deliberação da sua 243 plenária ordinária ocorrida na presente data. Resolve; artigo primeiro aprovar as orientações para as conferências municipais de assistência social de 2019 contidas nesta resolução. Artigo segundo; as conferências de assistência social a serem realizadas nos municípios por regiões no estado de Minas Gerais no ano de 2019 tem sua finalidade de avaliar a situação da assistência social na perspectiva do sistema único assistência social SUAS e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento. Artigo terceiro; o tema da 13 conferência de assistência social é aí já começa a proposta a proposta 1; tema da conferência nacional I livre, assistência social direito do povo com financiamento público e participação social. Proposta 2; em defesa do pacto federativo e participar popular. Ontem na reunião foram apresentadas propostas para o tema da conferência e houve aí a gente não chegou num consenso por isso a gente apresenta, a comissão apresentando as duas propostas foi levantado as questões de também de legalidade foi colocado inclusive que é uma conferência livre aí até inclusive ela não tem o número que 12 conferência nacional que só pode ser convocada pelo conselho nacional então a gente é uma conferência livre e que com esse tema e que tá propondo para os estados isso. E aí discute-se a questão da conferência também do estado nosso Minas, ela é uma conferência ordinária que ela guarda a sua correspondência legal. Por isso houve uma discussão qual seria o melhor tema dentro dessa situação **Rodrigo**; em discussão proposta 1 e proposta 2 quem quiser defender ou falar alguma questão, em discussão. **Soyla- CMAS de Paracatu**; eu não tenho uma terceira proposta não, eu quero defender a primeira. eu acredito que o tema né definido pela sociedade civil do CNAS com a conferência livre é dado todo nosso histórico nesse momento de defesa do SUAS em que o CEAS Minas Gerais esteve presente nas reuniões do conselho nacional e reafirmou nosso desejo nossa necessidade nacional de uma conferência e sendo o resultado dessa conferência livre da sociedade civil e dentro do conselho nacional verificando as vozes que ecoam como as nossas não tem que como a gente não apoiar o tema da conferência livre né se nós propusemos desde o início a gente cutucou o conselho nacional para tomar uma providência então que por mais eu compreendo que a gente vai ter muito em mente e passar isso durante todo o processo conferencial nacional dos municípios regionais e estadual de que não é a conferência livre

que não é parte do processo da conferência livre que é a nossa conferência mas o tema eu defendo totalmente que utilize sim o tema da conferência livre como faz na saúde as conferências municipais acataram a conferência livre e na saúde a gente fez a conferência livre com o mesmo tema não teve conferência estadual se vocês se recordam a nacional entanto que eu sou delegada da conferência estadual de saúde que até estamos esperando acontecer ela né e assim é uma forma de resistir ter uma conferência, ter uma conferência livre, gente forma de resistir dizer conselho nacional você não está me representando no momento para mim é isso que está acontecendo. Para mim é i isso que está acontecendo **Rodrigo;** podemos votar? **Consolação;** eu só vou trazer mais uma das discursões que teve ontem que é pode haver uma confusão dos conselhos em relação a isso que tem um processo conferencial como a gente estava acostumado ter município estado e a união e que não guarda essa relação direta então foi colocado essa questão também que o CEAS pode até ter manifestações de apoio a conferência mas que necessariamente não precisaria ter o mesmo tema da conferência até nós fomos ver se isso talvez de alterar um pouco o tema aguardando o conteúdo a ser discutido e aí ne só estou trazendo um pouco da discursão também. **Rodrigo;** lembrando aos conselheiros não é obrigado acatar nem a proposta 1 nem a 2 a gente pode ter terceiras quartas quintas várias propostas tá fiquem a vontade. Luanda depois Márcio **Luanda FETSUAS;** eu trago, ontem a gente conversou um pouco disso na reunião de trabalhadores os trabalhadores concordam com isso aqui que a Soyla traz que isso aqui que apesar de a gente ter uma conferência livre de que a gente vai ter que tomar todo esse posicionamento para as pessoas não entenderem que vai ser esse processo mas que é muito importante nesse momento que o CEAS respaldar e apoiar a isso que está sendo colocado em ata da sociedade civil no CNAS FET isso. e aí assim é importante o posicionamento dos trabalhadores nesse sentido que a proposta um seria o tema mais adequado justamente para que a gente desse conta de endossar apoiar esse movimento a nível nacional porque a gente tá falando de controle social e da defesa do controle social e entendendo que o que aconteceu a nível nacional foi é um desrespeito ao controle social ne então nós precisamos endossar isso aqui, então eu defendo a proposta um também. **Ivone;** desculpa aí o atraso, mas aqui nós também colegiado de gestores de assistência social de Minas Gerais inclusive o CONGEMA Nacional também apoia a conferência convoca junto com a sociedade civil apoia né então não tinha como a gente não defender nós estamos aqui como colegiado também como conselheiro também defendendo para que seja também a proposta um né então não é só uma discursão não, **Francielly;** represento **UFMT SUAS DE BH** é então eu acho que a questão levantada de se confundir com o direcionamento do conselho nacional acho que está muito claro para todo mundo as resoluções elas foram revogadas de forma equivocadamente mas elas foram revogadas e todo mundo sabe que a conferência nacional é uma conferência de resistência então mesmo se tiver uma certa confusão a gente tem enes instrumentos que a gente clarear ai para os municípios de que essa conferência é uma conferência livre é uma conferência de resistência portanto é nosso dever como cidadão apoiar essa conferência nacional, outra coisa que queria dizer a conferência ela é para a sociedade ne especialmente para o usuário. a critica que faço ao tema 2 é que ela não dialoga com a sociedade essa questão do pacto federativo a gente já teve uma conferência que um dos eixos foi a questão do pacto federativo e foi uma dificuldade trabalhar esse eixo, então assim eu queria lembrar o objetivo da conferência e que são esses atores e que na minha concepção ela não dialoga 100% com a sociedade. **Márcio Caldeira ASPROM;** bom dia a todos os conselheiros convidados presentes aqui. Gostaria alertar também que sou muito favorável a proposta 1 porque nós temos ai o tema assistência social direito do povo com financiamento público e participação social essas são primícias da

basilares da política de assistência social a lógica de você tratar como um direito já garantido com o financiamento também já garantido e uma participação social também já garantida, então a política de assistência social no meu julgamento na minha avaliação estaria muito bem representada dentro deste tema que foi colocado assistência social direito do povo direito do povo com financiamento público e participação social porque é a primícia basilar da assistência social. **Arlete GRAAL** bom dia primeiro eu quero parabenizar o povo da assistência social os trabalhadores as trabalhadoras e eu quero trazer aqui para a gente também pensar a questão do papel deste conselho um dos o histórico desse conselho nunca na sua trajetória nunca colocou em dúvida a quem ele representa e mais importante que falar dessa representação é dizer que ele trata da política pública da assistência social trazendo os pares né governo e sociedade civil que dialoga voltada para esse público e que esse público é usuário mesmo sendo entidades e os próprios trabalhadores da assistência social todos somos usuários em dado momento todos somos usuários dessa política e trazer também a face da assistência social ela é feminina né e nós sabemos disso a face da assistência social é feminina e essa face que traz na sua trajetória é uma carga de ausências e que na assistência social ainda que não atenda tudo que nós precisamos e almejamos pelo menos caminha em direção para. Uma outra questão eu trouxe também é dizer da fragilidade de quem não tem acesso a falar das suas necessidades por isso a importância do conselho porque estamos aqui como representações a gente não representa a gente mesmo né nós fazemos representações quem representa aqui é o adolescente tem o idosos, tem mulheres, os negros, enfim, indígenas enfim, nós estamos aqui fazendo representação e o papel desse conselho nesse histórico antes de eu estar aqui que acompanhava e depois que eu cheguei e pude comprovar e entendi que eu estava e estou no lugar certo é dizer que a sociedade civil não pode perder o espaço onde ela tem ainda a oportunidade de se manifestar então os pares representantes do governo a gente só tem a agradecer pela sensibilidade de compreender a importância dessa política tá Janaína e agradeço isso na sua pessoa que chegou e tem assumido conosco junto da equipe da SEDESE alguns que já estavam e outros que chegaram agora também a responsabilidade de compreender e atender os que mais precisam porque a gente já dizia e isso faz parte da nossa vida né o SUAS é de quem dele precisa é de quem tem direito essa é a política que pode reverter em sua maioria os casos de omissões que afeta a vida das pessoas nos seus territórios de vivência e é com esse sentimento que eu falo com tranquilidade de que o tema realmente é muito bom e que nós temos que trabalhar para que não haja confusão nas cabeças das pessoas afinal nós estamos aqui representações é nosso papel dizer para as pessoas a conferência estadual as conferências municipais está trazendo esse tema não é por vaidade é por necessidade. Obrigada. **Sávio CMAS BH**; pessoal bom dia estou muito satisfeito de estar aqui na primeira composição desse conselho eu representei os trabalhadores em 96 então é muito legal é me veio a lembrança a época que a gente estava aqui e foi muito importante para Minas Gerais para Belo Horizonte ter essa sequência né o conselho sempre firme e eu aqui estou representando o conselho municipal né muito interessado nas deliberações de vocês aqui né lá a gente já começou um processo de realização de conferência a gente vai realizar a conferência municipal de assistência social, desde o início, a gente sempre realizou a conferência e acho que isso aí a gente tem que deliberar pela mesma e também Belo Horizonte está na coordenação da união dos conselhos da grande BH a gente tá aí tentando viabilizar a deliberação da própria conferência estadual que seria organizar as reuniões de conselho né e a segunda deliberação da conferência estadual foi fazer com que consolidasse a estruturação dos fóruns dos trabalhadores dos fóruns das entidades e dos fóruns dos usuários municipais. Então esse é o esforço que a gente faz e nada melhor que uma

conferência onde se reuniu todo mundo para estar discutindo as deliberações da conferência anterior né vê em que pé que esta, então fico muito satisfeito de estar aqui né e representando, fazendo representação dos municípios da grande BH nós somos 50 municípios já fizemos duas reuniões esse ano vamos fazer a terceira agora e a ideia é organizar também as conferências municipais e me disponho aqui estar colaborando visto que Belo Horizonte é cidade importante para o SUAS sempre teve sua importância na organização e nas discussões também e eu espero né que as orientações sejam satisfatórias e que a gente possa estar fazendo as conferências municipais e estaduais também mais da metade dos estados do Brasil já decidiram pela estadual. Então espero que vocês também estejam decidindo pela estadual ok. Obrigado. **Martha SEDESE**; acho sempre bom a gente relatar o contexto da reunião de ontem e eu acho importante a gente trazer para a plenária porque a gente ficou dividida entre os temas né porque o tema que está sendo colocado ali é o da conferência livre né pelo impasse que já foi colocado aqui do ministério ter questionado a forma de votação da conferência eu não tenho ainda uma avaliação se isso vai ser reversível ou não porque o parecer do jurídico era o voto qualificado de 2/3 dos conselheiros nacionais eu conheço a sociedade civil da assistência social sei que as pessoas que estão lá são aguerridas e tenho certeza que com certeza eles vão pautar isso de novo é então a gente tem esse impasse. E ontem embora eu não seja membro da comissão a gente estava eu né participando e contribuindo, a discussão era assumir o tema da conferência nacional livre para a conferência estadual colocava um impasse para a organização da conferência né para que não fosse não se tendesse a confrontar né a alguma situação não era uma situação de confronto que se queria mas de somar e de assumir apenas um tema que era proposto pelas organizações e pela sociedade civil porque a conferência estadual e eu disse aqui que este conselho não está assumindo uma conferência estadual por ato burocrático vai assumir essa conferência por entender o momento político de defesa do SUAS porque precisa ser feito a gente tentou de certa forma trazer algum tema né expressasse em especial a defesa do SUAS né então assim até fui eu que fiz a proposta para mim precisa ser explícito que estamos em um momento importante de defesa de desmonte do SUAS né então por isso que ele começa dizendo a defesa do SUAS para mim é o pacto federativo que está sendo desrespeitado pelo ministério quando não reconhecer as deliberações da última conferência nacional ele continua evocando o jurídico e não reconhecendo as deliberações desqualificando a última conferência nacional e de novo veio com a mesma manobra de desqualificar o que o CNAS estava colocando manobras jurídicas né então para mim o pacto federativo está ameaçado e para mim uma das grandes ameaças do desmonte do SUAS é gente responsável do pacto federativo é invocar o pacto federativo para a gente assegurar e defender o SUAS. Então por mais que a palavra pacto federativo pelo pacto federativa tenha sido colocado que as vezes é difícil discutir isso com o usuário as vezes é difícil discutir com as organizações assim esse conceito que é muito realmente técnico né muito duro né mas eu só queria dizer que meu entendimento é o pacto federativo está ameaçado concretamente né e a participação popular também né quando o ministério não concorda em convocar uma conferência está desqualificando um espaço de construção de longos anos que o SUAS fez e que nas conferências sempre apontaram para o avanço do SUAS, o SUAS foi construído em uma conferência o desenho do SUAS foi fruto de uma conferência e quando o governo federal recusa a realizar uma conferência nacional ele está ferindo o SUAS no seu princípio básico que é da participação popular. Findando nós precisamos de que empoderar muitos autores por meio da população popular para eles defenderem o SUAS. Como disse Arlete o SUAS é de todos né então por isso a gente entrou nesse público só para a gente contextualizar. **RODRIGO**; podemos votar conselheiros, mais inscritos mais alguém, podemos então vamos

colocar em votação o tema um, contrários quem vota no tema um, então não tem contrários e tema dois e abstenções não tem contrários porque quem vota em um não vota no outro então se abstém né então tema um primeiro, tema dois e abstenções depois posteriores ok então conselheiros que votam no tema um, tema dois atenção tema dois 2 votos, abstenções, ninguém se absteve então o tema um será o tema da conferência. **RODRIGO**, eu estava esperando sabe Soyla, é já tem nome dando sequência nós vamos agora para o lema, não é isso **CONSOLAÇÃO**, parágrafo primeiro o lema da 13 conferência estadual de assistência social é proposta 1 nas Minas o SUAS é das Gerais, proposta 2 Minas em defesa do SUAS, **Rodrigo**; contextualizando esse tema é a proposta 1 tinha sido levantada pela Ivone e aí a gente gostou na ocasião só que tinha trazido a informação logo depois que foi o tema da chapa do COGEMAS e aí nós propusemos o tema 2 Minas em defesa do SUAS só que a gente não concorda em vincular com temas de chapas seja de sindicais seja de conselhos profissionais acho que não é legal né não só acho como a comissão inteira achou isso na ocasião e aí chegou logo depois a orientação que não, que o tema do COGEMAS era outro a Ivone desinformou que o tema do COGEMAS a bem da verdade foi outro que depois Ivone se você puder até ler Ivone depois você poderia até falar qual foi o tema que COGEMAS usou para a gente ver a diferença, então a gente trouxe as duas propostas para você tá. Para que a gente avalie eu queria que Ivone qual é o tema do COGEMAS você tem ele aí fácil. Enquanto isso enquanto Ivone acha o tema eu coloco em discursão. Enquanto esta em discursão gente é que eu falei já antes da gente começar as votações quem não concordar pode por outro tema a gente pode trocar ideia aqui, falar eu não gostei de nenhum vamos discutir a gente põem em discursão tá não significa que tem de votar em um dos dois temas. Deixar isso claro novamente. **Ivone – COGEMAS** então a ideia que me veio na mente do lema de ser um a lema muito focado nas Minas Gerais e que a gente pudesse focar nisso que dona Arlete com muita sabedoria fala do SUAS é de todos e principalmente da sociedade civil e é daquele que tem direito mesmo e a gente queria dizer Minas é sempre uma características que ela tem as minas e a gerais e sempre as gerais as minas é muito focada nos grandes centros né porque, e as gerais é mesmo ..... então a gente coloca que esse conselho ele trouxe para dentro das minas a gerais a gente sabe disso as representações mesmo a vinda dos índios das mulheres então quando a gente pensou nesse lema né nas minas o SUAS é das gerais é um pouco trazendo né linkando essa questão que o SUAS é daquele que não tem vez não tem voto, do sertão mesmo é das gerais mais ou menos essa linha e eu fui lá buscar no COGEMAS qual que foi o lema mesmo da chapa do COGEMAS e não era esta é diferente eu estou procurando aqui para mim ler para vocês mas é nas Gerais Minas é SUAS é tipo assim acho que é isso que eu é isso que você leu aí né é diferente nas gerais minas é SUAS e esse nas minas o SUAS é das gerais é diferente obrigada **Risos**. **Rodrigo**, é a questão está em discursão ne gente aí agora se não tiver ao contrario eu vou para votação. **Soyla – CMAS de Paracatu**; eu faço defesa no lema que nossa Ivone né defendeu nas minas o suas é das gerais eu acredito que o nosso slogan nosso lema tem que ser bastante criativo até para chamar atenção né uma vez que nosso tema é da conferência livre vamos amineirar o trem uai. Obrigado. **risadas**. **Rodrigo** eu estou aqui cobrando de vocês falarem o nome, mas eu esqueço de falar o meu né **risadas**. Eu estou achando que eu estou podendo então podemos começar a votação gente. tá então o mesmo esquema proposta 1 proposta 2 e abstenções tá. quem é a favor da proposta 1, proposta 2 Juanita um voto proposta 3 abstenções, então proposta 1 venceu. Agora vamos pros eixos da conferência. **Consolação**; parágrafo 2 os eixos da conferência estadual são; inciso 1; os impactos da emenda constitucional 95 nos SUAS e da reforma da previdência no benefício e exercícios soco assistências. Inciso 2 SUAS no sentido de garantia de direito na

defesa de usuários 3 democracia participativa no controle social no SUAS. 4 a consolidação dos SUAS nos municípios mineiros o gestor o trabalhador o usuário e a rede socioassistencial. 5. O protagonismo do usuário na assistência social nada sobre nós sem nós inclusive eu busquei isso aqui é esse lema da pessoa com deficiência no movimento da pessoa com deficiência até o Márcio Ferreira pode confirmar isso aqui pra gente nada sobre nós sem nós. **Rodrigo;** em discursão bem esses temas também, vale lembrar que contextualizar ele foi pensado a gente fez umas alterações salve engano de uma carta que o FONACEAS mandou aos estados né para chama carta de São Paulo já propondo alguns eixos já que serão trabalhados na conferência livre, então para que os município e estados trabalhem e que consigam então capitalizar as proposta e levar então levar essas proposta para fazer uma agenda né a nacional então foi pensando nessa coerência. Então tá em discursão. Consolação esta me orientando aqui que a carta foi enviada antes do processo conferencial do chamamento da conferência livre tá então a gente não pode dizer nada da conferência livre a conferência livre não tem nenhuma orientação ainda então a gente coisa, mas os eixos foram propostos em cima dessa carta de São Paulo tá. **Patrícia-CMAS NOVA LIMA** Antes da carta de São Paulo na reunião do FONACEAS que contou com a participação de 19 estados eles foram um pouco diferente e nós fomos fazendo uma adaptação amineirada digamos assim. eu tenho uma proposta de tirar no eixo 4 o gestor o trabalhador e usuário da rede socioassistencial porque particularmente eu não gosto de nomes muito grandes assim e a os quatro atores do SUAS são esses mesmos gestor trabalhador, usuários e as entidades porque aí acho que poderia enfatizado na ementa e aí não precisaria ficar no nome e aí eu não gostei desse titulo do eixo para ser sincera **Rodrigo;** deixa eu ver quem esta inscrito, para aí Ivone, não é a Franciely desculpa. **Franciely – forum de BH;** é então esse ano é um ano atípico né a gente pensando aí é a conferência será que a gente não poderia condensar um pouco os eixos pensando aí no tempo que os municípios têm para realizar essa conferência eu acho que a gente poderia condensar um pouco esses eixos até mesmos para facilitar a organizações da conferência municipais. **Rodrigo** faça então uma proposta, **Franciely** estou pensando aqui daqui a pouco eu **Rodrigo** ok **Franciely** eu penso que o 5 e o 3 o 2, **Rodrigo;** daqui a pouco você discutir, obrigado. é Ivone. **Ivone - COGEMAS ;** eu queria também fazer, eu estou muito satisfeita com os 5 eixos né mas que esta retratando muito que tanto nos gestores que nos estamos convivendo com os outros gestores mas eu queria fazer defesa do primeiro eixo porque também é um eixo que nos gestores do colegiado da assistência social tirou do encontro nacional então nossos encontros regionais e mesmo encontro nacional que vai ter em agosto lá em Belém do Pará trouxe também como temática .....da constitucional e das reformas ai no eixo nos benefícios socioassistencial da assistência social esse eu acho que é muito interessante a gente tá continuando com esse debate e essa relação de sistema de garantia de direito não tem nem um gestor hoje que não tem dificuldade dessa relação com o conselho tutelar com o ministério público então é assim um tema que eu tenho certeza que todos os gestores vão querer usar a conferência para debater esse tema também, não é tanto o primeiro como o segundo e o terceiro e o quarto eu não sei como, mas assim são temas não tem como a gente trazer Minas como sua experiência com a sua riqueza do SUAS né para a gente consolidar ainda mais nessa conferência estadual, com experiências com modelos né com dificuldade com desafio que todo gestor municipal esta enfrentando tanto nesse modelo de organização dos trabalhadores dos usuário das URCMAS eu acho que assim é um momento importantíssimo né que a gente faça uma parada reveja as nossa deliberações da conferência e que consiga também dar um passo a mais nos municípios com relação a isso, nesse modelo de Minas que tá como modelo pioneiro para o Brasil então eu acho que não tem como

né é fundamental e essa questão do usuário como protagonista né também eu acho que tá muito evidente né. A gente conseguiu muito em Minas Gerais já com o fórum de usuários né então assim nós temos que o serviço em cada município tem um universo enorme com usuários e não sei como dizer com usuários não criou seu fórum entendeu então eu acho que nos estamos no momento impar de levar essa discursão e de tá tirando essa possibilidade de avanço que cada município tenha seu fórum de usuários sabe cria isso como SUAS essa minha fala é mais para defender estou gostando muito dos eixos eu acho que não podia mexer em nada. **Rodrigo;** bem João eu estou inscrito tá João você é depois de mim. Eu em tese eu concordo com a Patrícia com relação ao título com tudo eu assim faço a defesa da permanência de jeito que estava do gestor o trabalhador o usuário e rede. Porque isso já de militância de participar de conferência como trabalhador de participar da conferência como conselheiro como presidente de conselho municipal e aí o que acontece, a Ivone trouxe uma questão ontem que achei muito importante, a gente as vezes discute usuário, discute o trabalhador a entidade a gente leva mas não se discute gestão muitas vezes então o título ele dá o tom né é o que vai dar luz ao que a gente quer, fica feio fica mas eu acho que ele tem que permanecer dando luz que a gestão é importante que o trabalhador é peça importante fundamental que o usuário é mais ainda que a entidade idem e que a gente juntos faz o SUAS, eu faço defesa da permanência do título. João. **João – CMAS Pirapora;** assim eu acho que todos os eixos são importantes é interessante que eles permanecem, mas eu queria só voltar um pouquinho ali no tema da conferência porque tem uma coisa que eu não estou vendo aqui nos eixos é sobre o financiamento e particularmente toda discursão que rola nas conferências é o financiamento, pode falar de tudo de reforma da previdência de SUAS, mas sempre do financiamento a gente não deixa de falar e acaba sendo até um dos pontos principais das discursões das conferências municipais e aí a gente falou lá no tema, eu só queria propor para a comissão se não cabe em algum desses eixos a gente acrescentar nesses eixos a questão do financiamento. **Rodrigo;** Fran, mais alguém? André pode falar André. **André – CMAS de Betim;** bom dia a todos está vindo do CMAS de Betim esqueci o nome do colega que me cedeu João eu só queria endossar a fala dele eu também acho muito importante que a gente possa debater a taxa de financiamento até porque o primeiro eixo quando ele pega na emenda constitucional a gente vai falar um pouco do desmonte a gente não acaba fazendo o cerco total do financiamento e também agradecer a recepção de vocês aqui, mas também acho importante porque na de 2017 a gente tocou sim na questão do financiamento a questão do orçamento mínimo na rubrica mínima que a assistência não tem como a saúde e a educação tem eu acho que se a gente tirar aí, eu aqui só tenho direito apenas a fala, mas eu entendo que seria um pouco a regressão da assistência muito obrigada. **Martha – SEDESE;** João de certa forma o tema de financiamento esta embutido nos impactos da emenda constitucional 95 é só o grande chamado mas na ementa do tema que depois vai ter que ser construído as outras questões para além da emenda 95 om certeza vão ter que ser colocadas e abordadas tá então o financiamento esta no primeiro tema mas agora a grande chamada é a novidade da emenda da constituição nacional 95 que ela tem feito em relação do recurso da assistência social. **Franciely;** então eu a Patrícia, a gente tentou construir aqui uma proposta no caso seria pegar o primeiro com alguns impactos da emenda constitucional com o quatro porque a gente entende que não se faz consolidação de política pública sem financiamento então seria assim oh os desafios para a consolidação do SUAS no municípios mineiros frente aos impactos da crise financeira do estado da emenda constitucional 95 e da reforma da previdência. Vai escrever **VOZES** É o próximo que a gente condessou que foi segundo com o cinco que seria o SUAS com o sistema de garantia lá com o protagonismo do usuário. Aí ficou assim, o protagonismo do usuário na

assistência social e no controle social nada sobre nós sem nós. **VOZES Rodrigo** eu gosta da ideia de untar eixos, porque quanto mesmos eixos, os municípios muitas vezes fazem conferências pequenas e aí muitos eixos pulveriza os grupos né aí fica as vezes 4 , 3 pessoas discutindo ao passo que a gente poderia ter grupos maiores, mais ideias eu acho que fica mais fácil, eu gosto que quanto menos eixo nesse sentido eu acho melhor **vozes**. Vamos lá então os desafios para consolidação do SUAS nos municípios mineiros frente aos impactos crise financeira do estado da emenda constitucional 95 e da reforma da previdência tá e a outra proposta o protagonismo do usuário do SUAS no controle social nada sobre nós sem nós. Em discursão eu me inscrevo. **Cristiano – SEDESE;** é só assim com essa proposta de alteração de junção do 1 no 4, porque na verdade a crise financeira não é só do estado né a crise financeira é dos municípios também é e do governo federal também, porque fica parecendo que só o estado esta em crise porque o município também tá na verdade e eu lembrando que no SUAS a gestão compartilhada e no financiamento também é compartilhado. se não fica parecendo que só o estado que financia a política e não é ela é tripartite, governo estadual governo federal e municípios, então é só ficar atento com isso porque é lógico que o estado tem uma responsabilidade muito grande com isso mas o município também uma responsabilidade e o gestor municipal também deve ter essa consciência com a responsabilidade de investimento é lógico que a gente sabe que a realidade dos municípios é pesada, complicada, mas é preciso chamar essa reponsabilidade também para o tripartite, estados, municípios e governo federal. A proposta então é incluir os três entes é porque na verdade é assim, porque se a gente chamar para crise só do estado fica parecendo que o estado que está passando por dificuldade né mas os municípios também e o governo federal também né. Mas outra coisa também eu sei da importância para chamar também da importância da emenda constitucional 95 da reforma da previdência, mas eu fico preocupado quando a gente restringe só os dois pontos porque na verdade tem uma série de outras questões que impactam né se a gente for lembrar tem toda a outra revisão da reforma trabalhista da legislação trabalhista que tem um impacto também para a assistência social então é, eu sei que as duas são importantes então, mas eu tenho essa preocupação. **Rodrigo;** tenta fazer uma proposta Cristiano, por favor. **Francielly;** então quando a gente pensou na questão dos estados, foi justamente é refletindo sobre a fala da própria subsecretaria Janaína que ontem na reunião da organização da conferência disse que a gente precisava de pensar na estadual né uma conferência estadual que a gente também precisava refletir essa questão estadual, então por isso que a gente pensou que a conferência é estadual, então a gente pensou no estado refletindo a fala dela e da emenda constitucional que a gente sabe dos impactos que vem refletindo ainda na reforma da previdência por isso a gente fez essa proposta baseada o nesse três, tá. **Janaína- SEDESE;** Fran eu acho que você tem razão, a gente trouxe ontem a importância de dar luz ao protagonismo a vanguarda a referência que o estado de Minas Gerais tem para o Brasil né inclusive é uma referência para mim eu aprendi com as políticas já estabelecidas em Minas Gerais, mas um ponto que o Cris tá trazendo ele está dando luz para uma outra questão que não é questão do protagonismo da gente trazer a oportunidade da conferência estadual para a gente discutir o política do estado, que é era o meu ponto ontem. O Cris está trazendo um outra questão que é a questão do cofinanciamento Tripartite ou seja os repasses fonte 01, 02 03 municipal, estadual e da união e isso tem uma ligação bastante forte intrinseca com o processo do CNAS. Com o processo de a gente estabelecer diálogo em relação e qual é a realidade do repasse da união que não está acontecendo, não acontecendo nem de fundo a fundo para união e município e em muitos casos de fundos a fundo para união estado. Então é um efeito cascata que a gente está vivenciando e quem sofre o esgotamento disso a escassez é dos municípios.

Quem mais sofre na pele com isso, vocês sentem isso no município essa seca financeira. Então o Cris pontuou muito bem para essa necessidade da gente falar sobre a estrutura de financiamento como que se dá esses cofinanciamentos, ontem na reunião de comissão de orçamento a gente falou bastante sobre isso também que a importância da gente conversar cada vez mais a entender e qualificar como se dá a questão do orçamento dos repasses financeiros feitos pela união, pelo estado e pelo município para a gente fazer a manutenção da política tá por isso que é importante a gente falar sobre crise financeira tá que da união reflete no estado do estado reflete no município. Se a gente não der luz a essa questão a gente não consegue avançar. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é essa questão também que eu coloco sobre a necessidade da gente começar a pontuar e pautar na agenda a questão dos orçamentos. Assim como a saúde e a educação tem orçamentos e repasses constitucionais a gente também tem de criar oportunidades para que a assistência tenha, assim como a educação tem 25% de orçamento delegado, ou seja, é automático ou deveria ser automático o repasse e a saúde tem 10% e a assistência não tem nada, e aí a gente fica com o que sobra, e quando a crise fiscal não sobra nada, então a gente tem que falar sobre isso. A gente precisa qualificar esse discurso enquanto gestores que somos para que a gente consiga ter instrumentos para gerenciar o nosso orçamento para a gente tomar as melhores decisões tá. Então por isso a gente trazer essa questão de uma maneira muito clara em que a crise é da união do estado e dos municípios e com isso conta com o impacto federativo como a Martha mencionou tá. Vocês estão me ouvindo gentes, estou sentindo eu sei que no momento de criação faz parte, mas para ver se todo mundo entendo, tá fazendo sentido para todo mundo. **Rodrigo- CRES;** é **Patrícia – CMAS Nova Lima;** eu estou vendo que está tendo um acréscimo ali com as reformas previdenciárias e trabalhistas. Aí veio a reforma previdenciária é para poder trazer sobre a questão do BPC, da reforma trabalhista eu acho que não entraria aqui neste eixo, que não entraria nesse momento na discussão é eu acho que poderia tirar ali nos municípios mineiros, porque quando a gente colocou ontem é com uma outra proposta né e aí também tá ficando muito grande esse nome e aí eu acho que a gente tá falando lá embaixo da crise do estado, do município da união né aí eu acho que poderia tirar isso aí dos municípios mineiros **vozes**. **Janaína – SEDESE;** eu vi que a gente retirou a gente está no momento de muitas ideias, crise financeira do estado aí eu não sei se a minha fala ficou clara e aí reforçando a fala do Cristiano a gente precisa mencionar os três entes. Mas aí fica a crise financeira do estado acima e crise financeira tripartite embaixo ahhhhhh tá bom se não está claro para mim pode ser que também não esteja claro para outras pessoas. Ótimo, excelente. **Patrícia - CMAS Nova Lima;** na nossa proposta a gente quer agregar a sugestão da Janaína para ficar assim o desafio para a consolidação do estado e municípios. A diferença que vai ter da proposta do Cristiano é que está na lista. Então são assim os desafios para a consolidação SUAS frente aos impactos da crise financeira da união, do estado e dos municípios da emenda constitucional número 95 e da reforma previdenciária, está enumerando está certo frente aos impactos da crise financeira lalalalala; da emenda constitucional número 95 e da secretaria numerando, **VOZES** isso então da emenda constitucional 95 e da proposta de reforma previdenciária, a Consolidação está fazendo uma correção que é a emenda, tá virando um monstinho né. **Rodrigo;** então gente mais alguma proposta? **VOZES** A do Cristiano só acrescenta além da reforma a reforma trabalhista. Né **VOZES** sim. Conselheiros, então houve consenso na proposta de redação do Cristiano, ou só acrescenta trabalhista na de cima ou é a mesma coisa, é a mesma coisa tá **VOZES** tá então ficou, calma tá vamos lá. Coloca trabalhista lá em cima Cristiano tá. Então houve consenso né. **vozes** tá ok então é isso conselheiros, apaga ótimo, parabéns apaga ali em baixo rosa. Vamos lá a outra questão do outro eixo vamos lá qual é a proposta? é a que

está em verde rosa? O protagonismo do usuário do SUAS no controle social nada sobre nós sem nós. É **VOZES** eu tenho uma questão que me parece que já foi levantado pela ..... é eu não acho que o protagonismo do usuário é no controle social só no controle social, a gente estava discutindo no SUAS é o controle social é parte do SUAS além a gente focou ali a gente fecha apenas no controle social pode vamos ver coloca a proposta no SUAS e no controle social. **VOZES** Alguma questão? Em discussão conselheiros tá é temos consenso? Tá tentando mexer ok **VOZES**. O outro eixo está de acordo? Né corta o dois, por favor. Por favor, Cristiano. Vai retirar os dois então? é porque é assim a gente tinha feito essa discussão ontem que é um tema importante, a gente teve até uma discussão sobre a discussão do conceito né na garantia de direitos que é da criança e adolescentes se é nossa intenção fazer essa discussão e também discussão sobre judicialização a discussão sobre competências limites e responsabilidades das equipes técnicas do SUAS, das equipes técnicas do judiciário, das equipes do ministério público da discussão mais ampla que é uma demanda importante dos municípios inclusive. Eu sugiro que mesmo não entre no eixo que a gente consiga encaixar essa discussão para que no sub tema ou painel quando for discutir sobre a metodologia. É só para não perder de vista que esta discussão faz parte **Rodrigo – CRES; o dois não** foi tirado. Cristiano; a não foi? **VOZES Rodrigo**; não o dois foi tirado tá então a proposta é, conselheiros eu peço que observem isso aí porque são questões realmente diferentes e aí eu gostaria de chamar atenção dos conselheiros vou pedir um pouco de atenção. **VOZES** eu vou esperar até a ordem se estabelecer ok é de fato eu percebo, acho que a dois é uma proposta que não foi contemplada, nas alterações que a gente fez, então para além disso, eu penso que o três ele está contemplado na proposta que a gente acabou de fazer. a minha proposta é assim suprimir a três e permanecer a dois. **VOZES** Tá calma. **Ivone-COEMAS**; quando nós decidimos o tema da conferência estadual, assistência social direito do povo e cofinanciamento público e participação social, eu defendo o eixo três porque ele está muito mais linkado com o tema que será discutido da participação da democracia participativa e essa questão do controle social é mais do que o outro tema que é do judiciário que não está linkando com o nosso tema da conferência eu acho sim que nos poderíamos manter o que o Cristiano colocou para a gente trazer isso, mas não tá no eixo e que não tá linkando a questão de garantia direito do judiciário com o nosso tema maior é isso. **Rodrigo**; eu gostaria de discorda Ivone eu acho que linha sim e par, além disso, eu me sinto que a democracia participativa e a questão do controle social está contemplada na proposta 3 e 4 em verde, olha ali o protagonismo do usuário no SUAS e no controle do SUAS, nós vamos falar de democracia participativa, democracia representativa tá tudo contemplado ali eu acho que vamos ter dois eixos da forma que está discutindo controle social, né é eu acho que isso na hora para operacionalizar isso no município eu vou ter controle social aqui e democracia participativa ali como se fossem coisas distintas não agente tem que ter coerência. né eu faço defesa na inclusão do que o Cristiano trouxe. toda defesa toda construção que a gente fez ontem na comissão né atendendo a demanda dos municípios, dos trabalhadores dos gestores que é essa questão sistema de garantia judicialização a gente tem que permanecer a gente tem de dialogar com o que esta pedindo da gente. as denúncias que nós estamos recebendo as comissões os encaminhamentos que estamos dando né os conselhos profissionais tanto estão aduando nessa frente os fóruns dos trabalhadores atua nessa frente então eu acho que é importante. É mais alguém Márcio. **Márcio Caldeira-ASPRON**; presidente demais conselheiros acredito que o fato três democracia participativa e o controle social eu também defendo a permanência dele no ponto de vista que o meu julgamento que democracia participativa ela tem elemento muito mais além da que a questão do controle social. Ela vai para além do processo de controle social acho que a gente teria de

fazer uma reflexão muito mais profunda desse processo de participação que é uma construção democrática dentro da própria sociedade e não especificamente de controle social que tem a regulação clara e dado até duplicidade das ações. Então nesse sentido que eu também defendo essa permanência desses princípios da democracia participativa no controle social no SUAS. **Rodrigo - CRES** eu me inscrevi aqui também tá gente oh, to me inscrevendo aqui o estou me escrevendo Patrícia. eu também tenho uma proposta por isso não vou passar diretamente para elas. Eu penso Márcio eu entendo mais conselheiros Márcio e Ivone eu estou respondendo aos dois. mas especificamente eu estava respondendo aos dois Janaína eu registro Janaína e Cristiano eu registro e veja bem na prática na hora que a gente chegar lá para montar os painéis lá no território lá nos conselhos nós vamos ter dois falando de participação nos vamos pulverizar as propostas então o que eu penso, eu concordo Márcio que a democracia participativa embora eu acho que o trabalho ali, mas eu também, eu pensando no que eu defende lá em cima que tem de dar visibilidade o nome ao título da visibilidade é só colocar protagonismo do usuário no SUAS na democracia participativa e no controle social coloque o título da democracia participativa mas se isso nos custar tirar a segurança do direito para permanecer entendeu. Patrícia, Cristiano. **Patricia – CMAS Nova Lima;** Juanita, Fran, Luanda e Marleide nós criamos uma proposta para tentar atender a Ivone. Mas é uma proposta só, a gente retiraria a nossa ali aquela de verde do protagonismo do usuário do SUAS no controle social e passaria a ser democracia participativa e o protagonismo do usuário do SUAS nada sobre nós em nós, **VOZES** isso mudar a nossa, colocar no início democracia participativa e o protagonismo do usuário no SUAS ai tiraria no controle social sobre nós em nós. **VOZES Cristiano**, é a sugestão era democracia participativa, controle social e protagonismo do usuário no SUAS. porque ai fica tudo junto não sei **VOZES** é que fazia **VOZES** não mais ai faz na delas mesmo que elas concordaram, na de verde lá controle social e o protagonismo do usuário no SUAS. Eu queria fazer outra proposta que é o seguinte, a gente fez uma discursão ontem inclusive conceitual que já tinha resgatado anteriormente porque quando agente fala de sistema garantia de direitos, a gente tá falando lá da resolução da CONANDAS 113 se não me engano, que fala do sistema de garantia da criança e do adolescente e a gente sabe que a discursão sobre a relação entre o SUAS e o sistema de garantia, o sistema de garantia dos órgãos principalmente judiciário, ministério público e conselhos tutelares, é muito complicado nos municípios, envolvem judicialização, envolve competências que é o que já falei. Então minha proposta seria alterar o texto do item 2 lá e eu fiz uma proposta aqui que eu não sei se faz sentido seria rede de proteção social: a relação do SUAS e os órgãos do sistema de garantia de direitos na defesa dos usuários porque aí a gente pode aproveitar esse tema inclusive para fazer a discursão sobre judicialização e sobre competências das equipes do SUAS das equipes do judiciário das equipes do ministério público. **VOZES** oi **Rodrigo – CRES;** bem antes de a gente entrar nessa outra eu acho que a gente tem de fechar aquela que a gente estava né. Então vamos lá enquanto o Cristiano fecha eu queria fechar a outra que está em verde. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, CONTROLE SOCIAL E PROTAGONISMO DO USUÁRIO NO SUAS NADA SOBRE NÓS SEM NÓS. **VOZES** Não já tira, tira a minha lá Rosa por favor. Tirar o outro e protagonismo acho eu esse em antes do protagonismo parece que não tem ele, Rosa parece Vou ler de novo DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, CONTROLE SOCIAL E PROTAGONISMO DO USUÁRIO NO SUAS NADA SOBRE NÓS SEM NÓS, temos consenso conselheiros? ok depois eu coloco os eixos em votação no geral tá. Acho que não precisa passar um por um porque a gente está consenso por aqui não é? E aí tira o 3 e 5 Rosa. Não ai o 2, não a gente tem que votar a gente tem que votar não agente tem que ver se tem um consenso ai o Cristiano fez a proposta da supressão do item 2 é substituição não é supressão, desculpa,

substituição da redação então vou ler para vocês. O SUAS e o sistema de garantia de direitos na defesa dos usuários esse é como estava tá agora a proposta é rede de proteção social: a relação entre do SUAS, tá entendi. Então vamos lá, do SUAS, voltando rede de proteção social: a relação do suas e, é isso mesmo tá gente nós temos que tentar fechar a redação, a gente tem que lembrar que a gente tem o Márcio aqui que a gente tem que traduzir para ele essa discursão tá, a gente tá falando, falando a gente tem que estar acessível para que o Márcio consiga acompanhar se não a gente ficar nessa bagunça ele não acompanha não né, não é isso companheiro. risos obrigada vamos lá vou voltar para é muito posição de ideias mas vamos tentar não fazer discursão paralela se não, não dá em que focar aqui, porque se não dá, eu fico perdido aqui não tem sentido a reunião. então vou voltar na proposta original para que o Márcio consiga acompanhar, Márcio. suas, suas no sistema de garantia de direito na defesa dos usuários, essa é a proposta original. A proposta que foi elaborada rede de proteção social: a relação do suas e os órgãos do sistema de garantia dos direitos na defesa dos usuários tá. **Maria do Carmo – CMAS Leopoldina;** eu fico pensando ali quando a gente cria ali né rede de proteção social, será que não é o momento da gente pensar nessa relação do SUAS não somente com relação dos órgão de sistema de direitos mas também om a rede privada porque a gente está esquecendo também dos nossos parceiros dos nossos trabalhos e como a gente pode melhor também essa relação e a qualidade de serviços que pode fugir do SUAS nesse momento então acho que seria interessante ampliar aí não global só o sistema de garantia de direitos se a gente está falando de rede de proteção as entidades por favor também fazem parte da rede de proteção, né se puder acrescentar. Rodrigo; Maria do Carmo faça a proposta de redação para a Rosa. Por favor. Peço para vocês me ajudar, mas acho que rede de proteção social a relação do SUAS é da rede socioassistencial com e os órgãos do sistema de garantia de direito é então pode botar lá proteção social em vez de botar lá o título principal. a proteção social: com a rede socioassistencial e os órgãos do sistema com garantia de direitos na defesa dos usuários, não, trabalhar um pouquinho essa proteção englobando também essa proteção que estão sendo ofertadas pelas entidades que estão muito esquecidas, né. ok Rodrigo, **Juanita-federação das APAES;** é eu só quero refletir com os propositores da emenda é que o tema tem que ficar mais claro é que a rede de proteção social ela é muito ampla ela engloba saúde educação e outros atores. Não sei se a outra proposta, mas tem que ser a rede de proteção social do SUAS porque é uma rede especificar da assistência social né e se for colocar proteção social no âmbito do suas também porque se não a proteção social ela é muito ampla aí como nós estamos garantir a proteção social e a rede de proteção do suas a redação tem de estar clara nesse sentido. **Patrícia – CMAS - Nova Lima;** eu tentei construir uma proposta aqui olhei com o Cristiano o que ele achava to meio minimalista hoje diz o Rodrigo, a relação Do SUAS com os órgãos do sistema da garantia de direitos e com a rede socioassistencial porque aí tiraria essa parte de proteção social porque é como a Juanita trouxe né. Aí para não ficar a rede de proteção social do SUAS á rede social do suas, estou muito animalista hoje tá então? a relação do suas, seria tirar ali seria o que está de amarelo tirando a parte de proteção social. Começaria isso, isso mesmo. a relação socioassistencial e com os **órgãos.....** na ação do suas era ao contrário coloca a proposta da Maria do Carmo com a rede socioassistencial, a minha proposta na verdade é tirar a proteção social. **Martha – SEDESE;** gente a rede de proteção social já é do SUAS a rede socioassistencial é integrante do SUAS então dispensa inscrever isso ali por ela é constituinte né um dos pilares ser do SUAS, então não precisa, já está dentro do SUAS. **Cristiano-SEDESE;** é só uma, clarear um pouquinho na verdade é assim quando eu pensei inserir uma informação nova que da rede de proteção social é só para entender de onde que veio, porque na verdade essa discursão que a gente vem fazendo

o desdobrar dela tem uma outra discursão que é do território de proteção social. Então é isso que a Juanita falou na verdade a rede ela é mais só do SUAS né. Entregam a rede outros atores inclusive o sistema de garantia de direitos. Para contextualizar porque na verdade eu acho que elas são importantes que é questão da articulação da integração da proteção integral da interlocução entre o SUAS e outras políticas entre o SUAS e o sistema de garantia de direitos entre o SUAS e órgãos, então assim eu acho que é uma discursão importante que tem que ser feita é, mas ao mesmo tempo tem que ter mais cuidado para não sair muito do foco porque acho que o foco inicial era para fazer a discursão pelo sistema garantia de direito de judicialização todas essas coisas. É inicialmente quando eu pensei em rede de proteção social pensei numa coisa mais ampla. Pensando nessa necessidade da gente refletir sobre a articulação e integração de todos esses atores políticas outras políticas órgãos de sistema de garantia na proteção integral é dos públicos que envolvem tanto outras políticas tanto quanto o suas né.....mas é complicado porque se não ficar abrindo demais.....

**Maria do Carmo CMAS Leopoldina** – só dizer que a minha eu vou retirar por estou contemplada com a da Juanita acho que ela está mais, para não ficar complicando né. Três propostas aí. Obrigado. **Rodrigo CRES** vamos lá é temos, quer que leia. Então gente agora, tem algum ajuste a fazer. Peço que confirmem as propostas, por favor, leem e confirmem a redação antes que eu comece a ler, por favor, é isso propositores ok então vamos ver Márcio – **Márcio ASPROM** conselheiros acho que as propostas estão muito próximas umas das outras acho que a gente tem que fazer um consenso aqui porque a ideia que está por cada uma delas acho que contenta quase que a totalidade desses conselheiros aqui estão, que não tem necessidade de termos tão próximos é então **Juanita federação das APAES:** eu queria refazer a proposta ali a rede de proteção social do SUAS e a relação com os órgãos do sistema de garantia de direitos .Só isso **vozes** isso e apaga o resto a rede de proteção social do SUAS e a relação com os órgãos de garantia de direito **vozes** porque na verdade a rede já faz parte da rede de proteção do SUAS a rede socioassistencial já faz parte dessa rede de proteção se não fica redundante e agente tem que se preocupar muito com essa questão conceitual do eixo né e também não existe uma sistema de garantia de direitos assim do usuário é esse sistema de garantia é da criança e adolescente a gente precisa ter cuidado com essas questões conceituais **vozes Rodrigo**; que sistema que criou **esse .....** Patrícia, eu estou contemplada com a proposta da Juanita então eu retiro a minha proposta. **Rodrigo**, Cristiano também tirou ficou com a Juanita **vozes**. ok **Rodrigo** então nos temos a proposta final consenso aparentemente que eu vou ler e que todos acompanhem né. Então Rosa volta para a proposta original para eu poder ver. Para eu ler para o Márcio, por favor. É o SUAS NO SISTEMA DA GARANTIA DE DIREITOS NA DEFESA DOS USUÁRIOS essa era a proposta original a substituição é a rede de proteção social do SUAS e a relação com os órgãos com garantia de direitos estamos contemplados. Ok pode retirar Rosa obrigado. Então nos temos as propostas de eixos finalizadas, a gente vai próximo. Prosseguir na leitura da resolução . Volta lá pra gente Rosa, por favor, as propostas **vozes** então vamos à leitura no final como a gente está conseguindo concensar aí eu coloco a resolução toda em votação ok. Embora o tema **e.....** já foram aprovados. Consolação – artigo 4. Nas conferências estaduais de assistência social serão eleitos delegados para as conferencias regionais de assistência social. Artigo 5 – são critérios para os municípios participarem da conferencias regionais. Inciso primeiro. Realizar as conferências municipais de assistência social até o dia 15 de setembro de 2019. Inciso segundo, registrar a conferência municipal de assistência social e encaminhar ao conselho estadual de assistência social – CEAS até o dia 23 de setembro de 2019. Inciso terceiro, realizar inscrição dos delegados eleitos para as conferencias regionais até 23 09 2019 conforme ficha anexa. Paragrafo 1, o modelo de

registro da conferencia municipal será disponibilizando oportunamente artigo sexto; . Cabe as conferências municipais; inciso primeiro, discutir o tema proposto. Inciso segundo; observar o prazo para sua realização. Três; discutir e elaborar propostas conforme orientações anteriores. Quatro incentivar a participação do governo e da sociedade civil, entidades e prioritariamente os usuários. Quinto, eleger os delegados que representarão que participarão da conferencia regional. Artigo sétimo; distribuição de delegados eleitos pelos municípios para as conferencias regionais respeitando o principio da paridade entre o governo e a sociedade civil. Aqui neste agora se apresenta um quadro que tem três colunas uma com porte de município outra com número de vagas e a outra de distribuição. Então ela tem, nessas linhas agora, então a primeira linha porte pequeno um número de vagas 2, distribuição um representante governamental e um da sociedade civil, deverá ser priorizada participação do usuário. Outra linha porte pequeno dois 2 vagas, distribuição um representante governamental e um representante sociedade civil deverá ser priorizada a participação do usuário outra linha. Porte médio número de vagas 4, distribuição 2 representantes governamentais e 2 representantes da sociedade civil, deverá ser garantida de ao menos uma vaga para o usuário. Outra linha porte grande; vagas 6, distribuição, 3 representantes governamentais e 3 representantes da sociedade civil. os representantes da sociedade civil, deverão ser um de usuário, outro de trabalhador, e outro de entendida. Outra linha a última dessa tabela, porte região metropolitana, número de vagas 30. Distribuição representante 15 governamentais e 15 da sociedade civil. os representantes da sociedade civil deverão ser usuário, entidades e representantes de entidades sendo que deverão ser garantidas no mínimo 5 vagas para usuário. Paragrafo primeiro. Cada delegado eleito deverá ter um suplente também eleito do mesmo segmento. Segundo um suplente só será titular na ausência deste que será constatado no período do credenciamento por meio de justificativa de ausência emitida pelo titular ou presidente do conselho municipal de assistência social por escrito e devidamente assinado. Paragrafo terceiro. Quanto a vaga for direcional aos usuários que as vaga sejam preferencialmente destinadas aos povos de comunidades tradicionais. artigo, paragrafo terceiro, no artigo. Artigo oitavo, outras orientações e normativas referentes da décima terceira conferência de assistência serão emitidas oportunamente. Artigo nono, essa resolução entra em vigor na data de sua publicação, belo horizonte assina o presidente. em anexo vem uma ficha de inscrição ela e dividida nos quadros com nome de município, regional, porte ai vem toda identificação das pessoas o segmento da representação, a condição dela se é pessoa com deficiência ou não se participa de conselho municipal se participou de conferências estaduais ou nacionais anteriores e as necessidades que elas precisam na participação da conferência. **Rodrigo**, nos temos dois destaques e inscrição da Luanda é primeiro **Márcio ASPROM**; no artigo sétimo, eu acho que todo processo de participação de conferência principalmente para município de pequeno porte 1 e 2 , por favor conselheiros me corrijam se eu estiver equivocado. Há uma participação de sim de representação governamental e até mesmo de muitos gestores não da politica da assistência social acho que isso é muito importante a gente estar muito atento a isso, que a gente priorize também a participação governamental que seja daqueles vinculados à assistência social e não de outras políticas, não sei se a gente consegue inserir ali a representação governamental também priorizando da mesma forma a participação do usuário para priorizando a participação do gestor assistência no processo conferencial. **vozes Ivone-COEMAS**; também nisso reforçando porque eu acho que o márcio já foi contemplado mas assim se a gente quiser dar um foco na gestão desta conferência eu acho que na ementa lá depois eu acho que a gente poderia articular uma forma de os gestores para uma, para uma interferência na conferencia estadual está bom para alguma ação então se nesses porte 1 e

porte 2 que são só duas vagas que agente conseguir de preferencia que o gestor venha participar eu acho que facilitaria para que na conferencia a gente conseguiria alguma coisa linkada com os gestores não sei é uma ideia. É, é mais ou menos na mesma linha tá. **Luanda FET SUAS**; eu venho trazer toda matização em relação a participação de trabalhadores no processo conferencial é principalmente em relação de nos municípios de pequeno de porte um e dois que a gente sabe que são a maior parte dos municípios de minas e a gente sabe da dificuldade de trabalhadores e trabalhadoras que eles enfrentam para participar controle social participar dos processos conferenciais, existem pessoas que são políticas existem falta para participar dos espaços e quando a gente entende ali, a gente entende a situação financeira a gente entende a situação que a gente está mas quando a gente tem disponibilizado duas vagas né e nela muito que a sociedade civil tenha prioridade os usuários os trabalhadores vão ficar de fora com certeza e aí a gente entende que vamos ter conferencias municipais sem trabalhadores eu digo isso com muita certeza por perceber por transitar nos municípios de pequeno porte 1 e 2 e por saber que trabalhadores dificilmente participam dos processos do controle social que diriam serem enviados para participar das conferencias regionais a gente já enfrenta muita dificuldade de serem liberados do trabalho eu estou aqui não estou no meu horário de trabalho hoje to aqui no meu dia de folga eu á combino os meus dias de folga para eu participar reunião do conselho, então eu entendo que se a gente manter dessa forma nós vamos excluir os trabalhadores do processo conferencial. eu queria só **Rodrigo**; eu queria fazer um só em cima da fala da Luanda que isso Luanda é, a gente tem pisado num chão cheio de espinhos durante muito tempo. é tá difícil não é de agora desde de a conferencia atrasada é eu Patrícia a gente traz um histórico de assedio e de restrições a gente vem gritando por isso nas conferencias estaduais, gestores ligando para os trabalhadores dizendo que e um absurdo participar de conselho o dia inteiro que nos estamos fazendo aqui né, e etc. é e lembrar que o CEAS tem uma resolução que cria uma educação permanente nós conseguimos uma vitória incrível que foi reconhecer os espaços de conselhos fóruns e URCMAS como parte da educação permanente então isso é uma conquista dos trabalhadores, fruto dessas mobilizações nossas aqui no CEAS, eu tenho certeza disso, não só minha mas de todos os trabalhadores que aqui passaram e nos apoiaram nas conferencias e a gente conseguiu então o CEAS, nos precisamos de fato, o município que você trabalha propriamente dito nós enviamos inclusive oficio e parece que eles ignoram né ai na hora que a gente engrossa que vai então para alguns que a gente vai acessar conselheiros, que a gente vai acessar os nossos direitos para o trabalhador é nós estamos fechado pro diálogo, nós somos resistentes nós somos cricris fica difícil dialogar dessa forma né fica difícil construir uma via de mão dupla quando a gente só tem um monologo né então é complicado. Nós precisamos sim atuar encima disso. Concordo com você. **Arlete – MOVIMENTO GRAAL**; então é eu fiquei observando também esse esvaziamento né e tem como pano de fundo a questão do financiamento para essa participação no interior principalmente que garante essas pautas nas suas maiores são as entidades inclusive á uma, uma as relações entre poder público e as entidades as vezes ficam estremecidas, porque as entendidas pauta e o governo não reconhece finge eu estou saindo de uma reunião onde um determinado prefeito falava eu não tenho preocupação com estatísticas e nem no que está fora das estatísticas. se ele não cuida das estatísticas imagina o que não vai para as estatísticas então agente também quer deixar registrado essa fala né no sentido de dizer assim a gente vai excluir ainda que tenha uma justificativa mais é muito sério isso porque eu volto a dizer que são as representações que provas falas daqueles de que não pode vir e as vezes daqueles que não dão conta de falar. Nós temos que ter esse cuida sim Luanda eu também senti a necessidade de registrar. **rodrigo**; vou passar para a

Janaina que a gente estava construindo uma proposta aqui ela lê e eu acho que a gente vai conseguir avançar. **Janaina – SEDESE** então a gente estava aqui conversando e compreendendo e acolhendo inclusive a necessidade de participação tanto do usuário como a gente já tá aqui mencionando mas também do trabalhador né porque o trabalhador ele é quem vive a política na prática quem sofre com a política quem vê na verdade quais são as necessidades para que a política seja fortalecida. Então o caminhamento que a gente tá trazendo aqui que foi inclusive uma conversa que a gente já conversou na comissão de orçamento e finança que é encaminhar essa demanda essa necessidade para que a gente fortaleça junto com o COGEMAS então fazendo esse chamamento para os secretários municipais para que eles entendam que é o momento de fortalecer a política de assistência no estado e também junto a AMM porque no ponto de vista de orçamento a gente também vai endossar para fazer esse movimento junto aos prefeitos para que eles coloquem na pauta toda negociação de assistência social, inclusive a questão do repasse e a questão do coo financiamento e a gente incluir também deixar o coo financiamento e deixar a participação dos trabalhadores nas conferências tá bom. **Rodrigo**; e nos próprios conselhos né que essa força tarefa. Ivone, Irajá você está inscrita Juanita \_ a tá questão de ordem, **Juanita** desculpe porque é questão de ordem eu não entendi muito bem a proposta porque para entender o pleito né do trabalhador teria de aumentar vaga para os municípios de porte 1 e 2 isso vai impactar financeiramente na conferência estadual é disso que nós estamos falando vai aumentar vaga? em vez de dois é quatro porque só pode ampliar a participação na conferência é se aumentar o número de vagas ou não é isso ? **Rodrigo**, bem a proposta que a Janaina tá trazendo ainda nós não discutimos essa questão que a Luanda trouxe como destaque né como proposição é o que estou dizendo é pensando na questão da participação então nos estamos propondo reunir CEAS SEDESE AMM COGEMAS e fazer uma conversa com esse gestor sobre a função do conselheiro sobre o papel do conselheiro enquanto em função de relevância pública e clamando por esta participação né pressionando para essa liberação isso é um ponto tá Luanda, isso já é outro posicionamento. Agora essa questão do aumento de vagas aí impacta no orçamento igual a Juanita está falando. então aí como nos fizemos desde de dezembro praticamente consolação e eu nos vamos temos debruçado sobre a questão orçamento junto com a SEDESE o que a secretaria nos apontou de financeiro e realidade orçamentária né e a gente tem quer ver o que é possível e aí vou passar para Janaina pra gente ver as questões orçamentárias Ivone, Irajá aí a gente coloca essa questão em pauta. **Ivone – COGEMAS**; primeiramente nós estamos fazendo aqui uma discursão de vagas para as conferências regionais eu queria pontuar que **vozes** as conferências regionais elas são de um dia e muitas vezes o município banca o transporte e até alimentação dos participantes eu acho que não vai requerer da conferência estadual requerer assim das datas assim pode cada município bancar seus delegados na conferência regional o custo seria espaço ambiente que caberiam as pessoas então eu queria sugerir uma ideia aqui que as conferências regionais contemplassem a representação que a gente tem no conselho por exemplo um representante de trabalhador um de entidade, um usuário e um de gestor e lá na conferência regional que a gente trabalhasse a eleição do CEAS porque distribuído por vagas, porque aí na estadual a gente já viria com menos representação porque a gente trabalharia um outro modelo de eleição do CEAS não seria uma eleição como é feito porque aí você penaliza o município de porte 1 muitos com relação a representação no CEAS. Você traz as cidades de porte grande que vai discutir a representação do CEAS se você trabalha que tenha representação lá nas conferências regionais de trabalhador de usuário de gestor de entidade você vai trabalhar também as vagas de 21, 22 regionais, mas como nós vamos fazer a votação, não sei se há possibilidade porque aí a representação na conferência

estadual viria um modelo menor entendeu para a estadual e nas regionais nós estaríamos fortalecendo as regionais e estaríamos também colocando uma representação no CEAS mais representativa de todo Estado de Minas entendeu então. **vozes** Questão de ordem aqui **Rodrigo CRES** ; Ivone, Ivone eu queria entender a sua proposta vê se é isso aqui que eu entende. Seria em cada regional a gente já elegeria o segmento, calma, da sociedade civil para depois concorreria aqui, então viria para concorrer delegado aqui ele viria praticamente conselheiro ele seria candidato a conselheiro né os demais delegados não e ele, e aqui já concorreria na estadual já com o número menor é isso. Por exemplo, regional metropolitana a gente tem lá vinte delegados da sociedade civil né exemplo aí nós tiramos dos vinte delegados nós tiramos um de trabalhador, um de entidade, um usuário e um gestor que já vem como pré-candidatos para a estadual é isso? **Ivone** é como ela falou a lei não permite que essa discursão seja feita lá, por exemplo, que a eleição consolida lá. **Rodrigo** não a eleição não, mas a pré eleição, **Ivone** se a lei não permite a eleição lá pelo menos uma prévia né porque no meu ponto de vista os município de porte 1 e 2 são essa representação de trabalhador e estão ficando fora das discursões. **Irajá - população dos povos indígenas**; assim no ponto de vista em relacionado aos municípios de pequeno porte 1 e 2 eu vou em defesa dos usuários, nada contra os trabalhadores e outros segmentos como entidade, mas assim a prioridade são dos usuários porque tudo existe no suas porque existe usuários se não fossem os usuários não existiria suas então assim venho em nossa defesa né **vozes** Eu presidente eu vou chamar sua atenção. Assim né se a gente não priorizar os usuários assim nesses municípios assim a gente sempre tem desvantagem, os usuários sempre em desvantagem, aqui no CEAS temos a desvantagem eu creio que no conselho do meu município o conselho de assistência social não tem usuário, então se agente não colocar para os municípios que usuário tem esse direito vai ficar sempre nas desvantagem né eu sempre defendendo essa questão sim nada contra acho que os trabalhadores e entidades. **Márcio Caldeira - ASPROM**; só para trazer aqui a título de conhecimento para os conselheiros a estrutura de controle social de belo horizonte. Ela trabalha numa perspectiva de contemplar o usuário no seu território, então as vagas do conselho, elas são distribuídas de uma forma muito significativa pré visando a participação do usuário se ainda que cada regional em belo horizonte, que são 9 regionais tem sua eleição de um quórum, é o conselho regional da regional então você tem que da regional sair a representação para o conselho municipal então existe uma estrutura como na mesma lógica que a conselheira Ivone está colocando, nisso dá um aspecto legal no processo isso tem a legislação que contempla essa organização, em lei, regimento interno do conselho que prevê esse tipo de organização e fortalece o usuário assim de cada uma das 9 regionais de belo horizonte. Então você tem os titulares e suplentes que vêm desse território para dentro do conselho. Então é uma perspectiva que pode ser pensada para o conselho, mas aí um trabalho meio que a gente tem que fazer para o conselho porque, necessariamente teremos de mudar a lei de composição do conselho. Aí é processo legislativo que não é algo fácil nesse momento. **vozes** **Consolação**; é dois momentos eu quero prestar esclarecimento. Primeiro é essa questão em relação a eleição. Nossa lei primeira ela fala a quem tem assento no conselho estadual entidade, usuário, trabalhador sempre está associado ao âmbito estadual, inclusive já foi aberto aqui uma discursão do que é isso e tal, na conferência passada ouve uma flexibilização no fórum de BH em uma deliberação que foge a questão estadual inclusive foge o que tá na lei, mas foi uma deliberação do conselho permitindo que o fórum metropolitano de BH participasse na ausência dos fóruns regionais, concorresse a vaga um precedente para além da lei então a gente teria de observar que seria de âmbito estadual. O processo de habilitação para a eleição ele é feito fora da conferência a eleição é dentro da conferência, mas o processo de habilitação ele é fora e ele não condiciona

o candidato a participação numa conferência regional ele não condiciona ele vai condicionar a pessoa estar na conferência naquele momento da eleição em que se apresenta e as pessoas presentes votam . Né trazer para a conferência foi muito no sentido de ter isso na memória porque a gente discutiu isso a época foi de ter os nossos processos eleitorais que eram feitos antes estavam elegendo entidades com um voto NE márcio viu isso. Tinha entidade no conselho que ela votou nela mesmo e ela estava representada pelo estado então quando isso começou ocorrer que a gente viu que não tinha habilitação para a votação ser mais legítimas a questão da representatividade visto que isso era a pauta, viu-se que no momento ideal de ter essa representação é a conferência e por isso houve uma solicitação de que esse processo passa-se a ser realizado dentro da conferência para ter essa legitimidade então nos conseguimos na época que a sociedade civil então fosse eleita na conferência de assistência social nem os conselhos que disputam que é a outra parte sociedade civil e da parte governamental, que disputam vaga para ter assento no conselho também não é pré requisito que eles participem da conferência regional então é uma habilitação tá certo. Então é assim eu acho que a lei que está aqui, qualquer coisa, além disso, como o márcio bem disse né, ele já teve vários mandatos em momentos diferentes do conselho como outros conselheiros aqui presente conseguir isso de alteração né mais não mais do que isso ainda e o modelo nosso de lei ela não comporta uma divisão regional, porque inclusive a gente tem 4 vagas para entidades 2 vagas para usuários e 2 vagas para trabalhador 2 de conselho. Então até isso a gente não tem a proporcionalidade que o tribunal de contas da união sabe, ele levantou no CNAS que avalia a possibilidade de considerar também para além da paridade a proporcionalidade da composição da sociedade civil então o nosso não tem nem a proporcionalidade no sentido da definição da palavra nós temos uma proporção mas a proporção ela não é quando tá, esse esclarecimento é questão do processo. Em relação a questão do trabalhador a gente sempre, historicamente a gente começou a colocar de preferência o usuário aí também né Luanda nos tivemos, a gente pode pegar a memória das conferências a maioria que a gente nas tinha conferências era trabalhador, poucas entidades o quem não tinha nas conferências regionais era usuário. Eu entendo esse momento que a gente tá vivendo, eu entendo, mas também foi da gente tentar priorizar essa participação porque aí fazer da política aumentar vaga não é uma coisa assim simples nós estamos fazendo assim, todo mundo sabe que a questão da falta que a gente tá pensando a questão dos recursos que a gente tem o momento que a gente tá vivendo, e a diferença das conferências de 2015, 2017 e outras que antecederam porte 1 a gente nunca conseguiu fazer mais do que 2 porque tem mais municípios em minas de porte 1 se eu coloco mais 1 da sociedade civil ele tem mais 1 do governo são 4, 4 vezes 600 pois é 675 vezes quatro representações mesmo isso dividido regionalmente gente, impacta sim, impacta em local impacta em uma série de situações que a gente tem que organizar e inclusive, por exemplo nós estamos tentando garantir o que todo mundo fala todo dia de conferência regional mas que tenha pelo menos o almoço então é assim a gente fala, seria ideal claro que seria mais a gente esta vivendo uma situação economia nós vamos realizar né com a responsabilidade também financeira. Então nos estamos chegando na conferência regional e qual que é esse desenho que garanta a conferência que garanta a representação municipal mas nos estamos fazendo inclusive nessa questão do mínimo mesmo. **Vozes**. Luanda, Ivone e João. **Luanda-FET SUAS;** eu quero reforçar aqui na minha fala que de maneira nenhuma quero retirar a prioridade dos usuários porque acredito que essa é uma conquista e que tem e que tem que ser priorizado mesmo a minha reivindicação é que haja também a participação do trabalhador, mas de maneira nenhuma retirar a participação do usuário, então acho que temos refletido e que cabe aqui também uma reflexão nossa também né. Nós estamos vivendo um período de

crise, a gente vem falando dessa crise financeira no nível federal há um tempo e agente percebe né que a conjuntura que o primeiro a perder direitos é o trabalhador né a onde corta primeiro é no trabalhador então para gente observar sobre isso a gente teve uma reforma trabalhista que cortou direito dos trabalhadores e a gente acaba assim a crise ela acaba sempre trazendo uma penalidade para o trabalhador. É nós estamos também entendendo aqui que essa crise vai nós prejudicar enquanto trabalhadores também, vai nos prejudicar nessa participação então eu só trago isso enquanto reflexão que a gente depende de todo esse orçamento mas eu entendo que e eu quero que isso fique registrado que nós vamos perder muito tá entendendo muito da realidade do que nós vivemos nos municípios de pequeno porte. **Ivone – COGEMAS:** é na verdade é eu entendo que a situação que está os estados que nós vamos que ter uma conferência reduzida de participação devido o impacto que tem o financeiro para realizar sua conferência estadual. Então já pensando nisso que veio a minha ideia da gente como ter uma maior participação envolver mais a sociedade civil ela compreender mais os impactos que está tendo do financiamento da restrição de direito seria a gente potencializar as regionais qual seria a minha ideia. Potencializar as regionais com .....devida de usuário de trabalhador e de entidade e gestor não estou aqui dizendo que isso venha acarretar custo para o estado a minha ideia que esse custo seria dividido com os municípios que os municípios vão ter de disponibilizar um carro com 4 pessoas do município caberia tranquilamente com o motorista o carro estaria indo levando os quatro delegados e já foi discutido muitas vezes da diária do conselheiro né do representante ser subsidiada pelo município que aí não haveria custo pro estado pro estado bancar o almoço para esse tanto de gente e aí a gente fazia uma mega conferência regional dando o foco da participação do usuário, de entender mais nós estaríamos fazendo o papel das caravana que a gente queria fazer né, reforçar essa questão da regional e a gente estaria legalmente como foi colocado muito bem pela Consolação não teria como na conferência linkado com a habilitação das entidades. Mas a gente poderia fazer um esforço de indicação de entidades que sejam estaduais que estariam na regional que poderiam estar sendo credenciadas como habilitadas pelo menos para a gente possa possibilitar as representações na hora da eleição da estadual principalmente dos municípios porte 1 e 2 eles que é os ficam mais penalizados na hora da eleição né Minha ideia as vezes eu sei que o modelo já estava bem né, nós fazemos assim, assim assado mas tem hora da gente precisa fazer diferente e a gente daria um pouco mais de força da organização dos fóruns regionais que não linkou então isso talvez a gente consiga retomar essa discursão dos fóruns de entidades, regionais dos fóruns tal né. Isto é meu ponto de vista gente as cidades elas que no outro.....conselho é local e palestrante sei lá. Mas o local a cidade às vezes banca né, não sei é isso. **João – CMAS Pirapora:** eu queria só entender qual que é a nossa discursão nesse momento aqui. Porque lá no artigo 7 está falando da divisão dos delegados né por município por porte, e agente esta entrando aqui também na questão da eleição então eu queria dizer o seguinte ou a gente esta discutindo os delegados o estamos discutindo a eleição, eu para mim nós tínhamos que estar discutindo a questão dos delegados primeiro gente mas a gente partiu para a questão da eleição aqui. Não eu não entendo que a gente tem, não tem outro momento para discutir a questão dos delegados, mas esse momento é para discutir os delegados da conferência, e aí eu trago uma angustia que eu também tenho dona Ivone se a senhora tem eu também tenho como a Soyla tem o fortalecimento das URCMAS por que aí é o que me representa, por aqui estou representando é o conselho municipal, eu não vejo esse conselhos municipais dos pequenos municípios ter oportunidade de se elegerem aqui a gente teria para isso ter de mudar a lei mas enquanto não mudar vamos ter que fazer a eleição do formato que está. Eu quero dizer só o seguinte a conferência regionalizada ela tem realmente uma necessidade de

existir? Porque aí ficou uma dúvida aqui gente é gastar dinheiro seja de quem for não seja muito porque com toda honestidade eu estou olhando aqui a constituição do conselho da criança, lá eu faço parte da comissão da conferência e a gente tá batendo justamente na questão do recurso, não tudo bem eu estou dizendo se tem, eu não tô dizendo que não deva fazer. Porque para mim é o seguinte a conferência regionalizada ela serve para que para sacramentar as proposta para trazer para a estadual? Para eleger delegados para trazer, não porque ali já está definida, é por isso que eu não estou conseguindo entender a importância da realização das regionalizadas é isso. Então para mim se ela tem importância então lá nós teríamos aprovar as propostas par vir para a estadual, na regional é eleger os delegados e trazer para a estadual Aí sim que eu acho que ela tem importância mas no formato que está eu não estou vendo importância não. **Rodrigo – CRES;** questão de ordem respondendo o João artigo treze inciso sexto convocar sumariamente a cada dois anos e ou extraordinariamente por maioria absoluta dos seus, conferência estadual de assistência social que será precedida de pré conferências regionais, aí tem mais algumas coisas, então ela tá na lei aqui se referendo ao conselho. A demais João nós não temos condição, se não tiver regional para já fazer um filtro, nós vamos ter conferência estadual muito maior e aí o gasto da estadual vai ser muito maior o que a gente economizaria na regional a gente triplica aqui na estadual, por é passagem é hotel uma serie de coisas, alimentação, metodologia, espaço no mais que seria muito maior, ao Em vez de alugar um auditório para mil vou ter de alugar um auditório para três mil. Então eu acho que discutir a regional no viés da economia não é o que sustenta e para, além disso, não se sustenta no ponto da democracia participativa, a gente precisa de trazer o território para dentro, como eu vou eleger um município pequeno se vier direto para a estadual aí sim ele vai ser engolido pelos municípios grandes que vão chegar articulados com um número de delegados muito moires, então do ponto de vista da democracia não se sustenta. **vozes Helder - CMAS Pedro Leopoldo,** eu só fico preocupado com a fala da Ivone, porque ela é uma gestora militante do suas, conhece a importância da participação mais a fala dela vai contra o que a Luanda colocou aqui, que até a nossa participação aqui nesse conselho estadual ela é questionada é Pedro Leopoldo mesmo esta sem gestor do município mas os outros gestores interinos ficam questionando, o dia inteiro você está aqui nesse conselho, então assim eu fico preocupadíssimo se vai ser assim nos outros municípios que vão bancar a ida dos conselheiros e dos participantes da conferência, eu temo que a conferência esteja esvaziada até considerando a fala que a Luanda colocou aqui, infelizmente não todos os municípios que têm essa militância que Cordisburgo tem. então eu fico meio preocupado com isso aqui. **Vozes Martha-SEDESE;** João eu de certa forma entendo sua fala a gente está aqui discutindo uma resolução apara dar referência para os municípios organizarem a conferências municipais e de certa forma a gente tem de antecipar da conferência regional por que quando ele está fazendo o processo de escolha do delegados ele precisa de saber com quantas vagas ele vai poder contar para ir para a conferência regional então nos estamos nessa fase de discursão da resolução concordo com você que o número assim, a grosso modo, que o número de pessoas para a regional e a relação disso com o processo eleitoral que vai acontecer na conferência estadual não em si uma correlação mas a qualidade de quem vai ser eleito, como ela vai atuar politicamente como ela vai votar nos candidatos que vão habilitar para serem conselheiros é importante, agora isso a gente trabalha de uma outra forma, como a Ivone disse a comissão organizadora da última, a comissão eleitoral né trabalhou maciçamente na última eleição verificando as habilitações vendo como os próprios conselheiro olha gente ele não habilitou sei lá usuários, usuários ajudem habilitar pessoas para serem candidatos e aí é fazer politica isso é um momento político , que a norma não da conta de expressar e nem houve neste momento

tratar só isso protege que esse conselho vai adotar da comissão que vai ser constituída para tratar do processo eleitoral que a gente vai ter que casar com os movimentos. Então concordo com você que neste momento que a gente está discutindo aqui necessariamente, grosso modo, não tem haver, tem haver no que nos vamos trabalhar, e cuidar dos 2 processos para qualificar, quem vai estar votando vindo na conferência estadual, como ele vai ter clareza de compreensão né, clareza e compreensão do que está acontecendo, então acho que a gente devia começar encaminhar melhor de forma mais objetiva o número de vagas se vai atender os municípios e o tamanho das conferências regionais porque isso reflete no tamanho que as conferência regionais vão ter no tamanho e na estrutura e na despesa da conferência estadual é isso que a gente tem de discutir. Vamos descolar de certa forma o neste momento o número de vagas do processo eleitoral..... dessa plenária. **João** não é só porque não é questão de ordem, é porque na realidade quando eu fiz a leitura, eu quero até pedir desculpas aos companheiros eu não olhei o que estava escrito lá em cima no artigo no sétimo, é porque eu olhei regional e esqueci de olhar o contesto como um todo delegados, é para tirar delegados para a conferência regional, então peço desculpas porque eu não tinha olhado aquilo lá encima gente. **Rodrigo**, obrigado João. **Soyla – CMAS Paracatu**; na verdade não tem nada haver é só quero uma observação a gente não pode se tornar indiferente a saúde está lá fora pedindo respeito é a política **amam**, eu sai lá fora porque o pessoal está pedindo respeito a política de saúde e a gente não pode se tornar indiferente, isso é um exemplo para nós que a gente tem que lutar tem de resistir diante da situação que a gente está vivendo é só uma reflexão, obrigado. **Rodrigo**, eu penso que para, além disso, Soyla não é o ideal seria descer né, mas é a gente precisa encaminhar a assistência também esse tipo de coisa, emitir uma nota de solidariedade de apoio né a questão de saúde e na hora do almoço ali, e vai gritar na praça quem quiser, eu estarei lá tá. hoje é dia de combate a LGBT fobia nossa muito oportuno a gente ir para praça, vamos deixar de almoçar hoje e ir lá gritar. **Vozes** nossa gente a gente está .....hoje né, muito coisa né a gente faz rápido né proposta eu estarei lá é. **Patrícia – CMAS Nova Lima**; é considerando a fala da Ivone de que as regionais não tenham um custo tão alto, grande, tão elevado uma vez que o próprio município arca com o transporte muita vezes nem precisa de hospedagem também é um dia só né na regional, é eu queria saber da possibilidade da regional garantir a proporcionalidade aí ao invés do município de pequeno porte 1 e 2 ter um representante governamental e um da sociedade civil e a mesma coisa para o médio ele tem dois governamentais porque não um de cada segmento né. Se é possível a proporcionalidade na regional e qual o custo, teria algum aumento de custo sim, eu queria saber da subsecretaria qual o custo seria esse uma estimativa né mais ou menos para a gente pensar nisso e na regional eleger conforme a paridade para a estadual claro. e aí a fala da Ivone em relação a eleição acho que faz muito sentido sim\_pensando também .....do SUAS para usuário do município de pequeno porte 1 e 2 que não tem outros representantes é esmagado na lê hora da eleição, eu lembro da conferência **vozes** 2015 que os municípios de médio porte foi uma luta assim enorme para conseguir eleger pra a conferência estadual e para nacional então se você não conseguir garantir a paridade belo horizonte vai ter que ontem eu fiz as contas belo horizonte vai ter 5 representantes de trabalhador do suas aí nas regionais você vai fazendo as divisões, representantes de belo horizonte já tem 5 votos, a pessoa de médio porte não tem nenhum né coitado. Então eu acho assim que se o custo não for tão significativo da gente tentar refletir nessa responsabilidade de que pequeno 1 e 2 e médio porte seja proporcional a gente mudar um pouquinho essa forma mais garantindo sim a paridade na estadual **vozes Martha**, como eu conheço muito a secretaria executiva deste conselho e tenho certeza que a SEDESE também .....para ajudar nas projeções, eu proporia consolação que vocês projetassem

a planilha em que vocês já fizeram o cenário considerando esse número de vagas aqui colocadas quantas pessoas dariam por regional, aí acho que ficaria mais claro para a gente poder encaminhar né e compreender, regional tal quantas vagas aqui quantas pessoas que vão ter lá, só par a gente poder né, você tem consolação? Obrigada. **Rodrigo**, conselheiros enquanto a consolação abre, eu lógico não é com o objetivo de desfocar a atenção né, mas eu estava pensando aqui no que a Luanda falou mais cedo que o fórum vai pedir um espaço na conferência que a gente já podia prever né não sei estou vagando, prever um artigo aqui já abrindo esse espaço para os fóruns, usuários, entidades e trabalhadores, não esse é da regional, desculpe, retiro. mas eu já gostaria de deixar anotado para a conferência estadual a gente já deixar esse espaço aberto, um painel ou num momento da conferência, na resolução, haverá um momento para mobilização simultânea para os fóruns, usuários, entidades e trabalhadores e gestão. **vozes**. Deixa-me aproveitar também da o informe 01 a conferência livre e aí eles colocando da mobilização e tal aí o tema da conferência livre ficou igual o nosso, assistência social: direito do povo coo financiamento público e participação social já existem 5 grupos temáticos de convocação da conferência democrática, orientações gerais, comunicação mobilização e financiamento então 5 grupos instituídos e novas orientações serão dadas a posteriores de um e-mail que é [conferencia201assistencia@gmail.com](mailto:conferencia201assistencia@gmail.com) então tá aí o informe da conferência livre, oi vou mandar ele para o grupo agora. **Consolação – CEAS:** vamos lá porte 1- 675 aqui por regional nos também estamos fazendo um estudo, não significa que seria uma regional, nos estamos fazendo um estudo de agrupamento tá nós estamos fazendo uma suposição, estamos pegando aqui por regional se a gente tem dois delegados de cada uma, de todos esses municípios aqui eu tenho só do porte 1 eu tenho envolvendo 1350 pessoas, se eu coloco 4 que foi o primeiro pleito só porte 1 envolvido 2700 pessoas o impacto é muito significativo se for 6 só porte 1 4050 pessoas só porte 1 então isso significa por exemplo vou pegar aqui montes claros se fosse 6 né a gente teria uma conferência com mais de 500 pessoas, só lá em montes claros, 49 então aqui a gente isso aqui na organização, vão falar na regional eu consigo aí todo você garante para uma regional você garante para todos os delegados logicamente então eu estou falando só de porte 1 tá aqui que seria seis vezes, tá aqui a continha, seis vezes cada município, 4 vezes, é isso tá. ....eu preciso de ver a questão do local, eu preciso pensar material, eu preciso de tudo que a gente for construir para isso, a questão é que o local tem de ter acessibilidade, minas é um lugar gente, na conferência passada que á foi de 2 .....a gente trabalhou com 2 de porte 1 a dificuldade daqueles locais, porque inclusive foi na última conferência associado ao capacita e tem que ter acessibilidade. teve local que a gente entrou eles tiveram de fazer rampa assim na hora. ou seja hoje na realidade que a gente tem, é um custo assim quase três vezes o número aí. não porque o impacto é no porte 1 o que está sendo falado ok. No porte 2 de 224 você aumenta para 672 também ele aumenta triplica. Então qual é o impacto disso 3 vezes aquilo que a gente esta planejando ok, está bom rodrigo isso? **vozes Rodrigo**, alguma questão conselheiros? **Luanda-FET SUAS:** eu queria saber assim né, já que a gente está falando de cálculos e de contas, se a gente poderia calcular esse impacto quanto que ficaria para participação de 4 aumentaria quanto, vamos calcular isso. **vozes Ivone – COGEMAS:** também acho assim o número .....leitura, porque se eu posso em uma regional eu teria que saber quantos municípios de porte 1 e 2 e qual o impacto teria em cada regional, caso venha aumentar esse valor então assim, porque a regional ela tem município de médio porte, porte 2 e porte 1 né. então assim a gente teria de saber por exemplo na regional montes claros quantos municípios de porte 1 e 2 e qual seria a porcentagem de aumento é e a gente falando nessa lógica não a conferência estadual assumir nem as passagens que não assumi mesmo, a diária o município cobria mais ou menos nessa linha que eu pensei né. de

aumentar o universo de mobilização seria muito maior de discussão participação, seria isso. Então mais ou menos nessa linha. **Rodrigo** mais alguma questão conselheiros? **vozes** vamos, então o que a gente tem em questão acho que é só essa questão dos delegados né vamos então colocar a resolução em aprovação, o restante dela. Podemos, podemos votar para a gente ganhar tempo com destaque que a gente vai votar então separado a questão dos delegados ok compreendido tem alguma questão contraria essa proposição isso por enquanto excepcionalizando o sétimo tá. Ivone, Rodrigo só um pedido de esclarecimento, pois não. **Ivone**, como na conferência livre democrática ela ainda não definiu datas, possivelmente novembro ou dezembro a conferência estadual aqui está proposta para quando novembro também então quer dizer que **vozes** bom tá bom porque era outubro, mas tudo bem. Porque então nós vamos realizar esse processo depois da democrática se não fica legal, teria de ser antes, né, **vozes** eu estou dizendo que nós estamos confrontando as duas tanto a democrática como a outra possivelmente em novembro, é não sei estão se falando também em novembro. **Rodrigo**, mas aí Ivone vou te ser sincero a gente quer andar junto, mas a gente não da para esperar nós temos que definir questão de estado, historicamente é dezembro então eu acho que a conferência livre tem que lembrar também o que está acontecendo nos estados né se não fica unilateral também eu acho que historicamente é dezembro e não da, se a gente fizer essa conferência e os municípios não vão organizar, não tem tempo mais os municípios né nem é a questão das regionais existem municípios que tem dificuldade com processos licitatórios, com compras então a gente de que ser solidário a isso né. eu acho importante o seu destaque mais nós que estamos de certa forma a favor da conferência livre e participando com sugestões e grupos, etc. acho que a gente tem de dizer minas já convocou vai ser em novembro, se não né, acho que tem de ser isso. Ivone, sabe porque eu coloquei que nós estamos finalizando a nossa regional 23 de setembro né **Rodrigo**, veja bem Ivone dia 23 está finalizando a entrega de relatórios então se o município conseguir fazer até o dia 22 beleza, dia 23 ele tem de entregar relatório, se não a gente não consegue sistematizar. 23 de outubro né, outubro, setembro. **vozes** trabalhar e realizar conferência estadual em novembro. Não da para a gente dilatar isso mais não tá. **João CMAS Paractu**; gente eu ainda continuo aqui com uma dificuldade de entender essa nossa equação para estadual. Porque eu estou até aqui perguntando para consolação. Da para levantar isso uma série histórica das participações das conferências estaduais, pelo menos das últimas, as duas que antecedem esta, porque a gente precisa ter mais ou menos, é o número que a gente vai ter de participação, porque aí sim, porque a minha preocupação não está nem com prazo de realização está com a quantidade de delegados que a gente pode absolver daqui, porque eu estou preocupado porque eu estou numa outra organização de conferência estadual o número quando à gente acabou de discutir de aprimorar quando acabou toda possibilidade de corte ainda ficaram muito delegados, que o estado está dizendo que tem dificuldade para realizar por causa de local, por causa de custo, é uma série de coisas, então assim lá a gente já definiu o numero máximo, no máximo 200 delegados e olha que talvez a gente vai filtrar se conseguir fazer as conferências microrregionais ou melhor as regionalizadas e que a proposta lê, e até de fazer pelo sistema web, como a gente vai definir essa semana que vem eu não sei, mas lá não tem outro jeito ou então não faz vai direto para a estadual, porque nós não temos, sabe como mensurar participação e aí muita gente acaba, muitos municípios se inscrevem na conferência aí não comparece isso aconteceu com a gente na conferência da criação e adolescente no ano passado na estadual onde a gente previa um número de 1200 e acabaram participando 600. **Rodrigo**; bem conselheiros eu vou pedir que a gente adiante por causa da hora, nós já estamos na hora do almoço dez minutos que teoricamente já deveríamos almoçar. Então tem alguém contrário em a gente

votar podemos voltar o restante da resolução alguma dúvida, que confronte não. Então os conselheiros que provam a resolução da conferência com ressalva do artigo sétimo, contrários, abstenções resolução então aprovada com a ressalva, agora aguardando a série histórica ali. **vozes** eu vou propor então o seguinte a gente almoçar e no retorno a gente volta nesse assunto pode ser **vozes**

## **SEGUNDA PARTE**

**RODRIGO**, marcamos para começar 01h15min com 15 minutos de tolerância, então 01h30min temos que começar tá até em respeito de quem está aqui então e para cumprir as pautas. Dando prosseguimento vou passar para consolação para que ela apresente o cenário que ela organizou das conferências regionais. por favor, **Consolação**. Bom o primeiro quadro é aquele eu tinha apresentado, mas aqui tem um somatório porque a Ivone levantou a questão aqui porque o quadro a princípio ele não retratava regionalmente o que é a participação então aqui está regionalmente se for com 4 ou se for com 6 então não só a somatória geral mas aqui vocês vão ver de regional por regional tem regional que a princípio a gente tinha 34 nós vamos estar com 102, tem regional que está com 170 como por exemplo a metropolitana vai 324 então vocês vêm que impacta sim na mesma proporção, então está aqui na memória porque a Ivone faz esse levantamento na queria ver o geral queria ver por regional. então o outro é o custo assim gente é o mínimo que a gente levantou para as regionais. o que significa custo mínimo, é tentar parceria é ver o que gente pode ver o que está economizando. Então o que nos colocamos aqui duas cadeiras de rodas por regional isso é uma estimativa do valor da outra conferência pode ser que tenha até uma diferença nisso. Então colocamos 500,00 reais cada, são 22 que não altera porque estão ali as 22, almoço 20,00 reais por pessoa ele passa 1920 participantes do total, porque custo de conferência regional a gente vê o total 38.400,00 para 4 participantes vai para 69.880,00 e para 6, 112.840,00 então permanece a mesma coisa a gente pensa em fazer rodízio, a gente não sabe se o valor vai ficar 400,00 porque esse valor a gente fez mais, quanto menos a gente faz mais alto também fica, então não tem uma proporção aí, a gente acredita que isso aí e crachás que a gente está de 5,00 crachás, tem essa alteração. o valor que a gente fez a proposta né em termos financeiro seria de 72.400,00 iria para 111.750,00 se fosse com 4 pessoas e 152.950,00 para 6 pessoas. aqui não está incluído gente, todo mundo depois vem me perguntar, aqui não está incluído os locais da conferência, porque se for esse número aqui de 1920 que é o que está lá na planilha por regional, a gente vê que é um número que é mais fácil a gente conseguir ver as parcerias de cessão de espaço. Então aqui a gente teria de ver se a gente conseguiria locais nessas parcerias, local gratuito, porque a gente sabe que já conseguiu isso em determinados momentos, né Márcio, acho que o que tem mais essa experiência de conselho, que a gente já conseguiu parcerias em regionais. no agrupamento, nós já fizemos a proposta de agrupamento também, porque até isso aqui impacta diária de viagem, quantas pessoas estão indo, quem vai falar, para a mesa aí vai o conselho, vai da SEDESE e vão técnicos tem questão de credenciamento tem tudo quer dizer a gente não está contratando ninguém para fazer isso, quem faz somos nós então tem um custo adicional da equipe de trabalho e para reduzir o custo que a gente ainda não chegou nesse mínimo, nós estamos fazendo estudo disso mas nós já fizemos estudo de possível agrupamento, que agente pensou de reduzir de 22 regionais para 11 regionais até por questão de tempo de tudo de otimizar as questões e aí essa divisão não é uma divisão nova nós recuperamos pela memória das conferências anteriores fizemos uma análise de várias regionais, 2015 por exemplo fizemos um pouquinho mais, acho que foram 13 conferências, nós conseguimos aqui fechar em 11 né, em 2017 foi realizada aquele quantitativo, porque todo mundo sabe porque nós associamos ao capacita e o custo ficou reduzido demais para a conferência regional então nesse desenho que a gente está entrando direto na conferência, isso rodrigo a Janina eles pediram muito pega a história do conselho vamos o que está aí, então dentro da história do CEAS sempre a gente agrupou as regionais aí nós fizemos esse exercício, quando a gente agrupa as regionais muda um pouco esse quantitativo para o espaço também. Exemplo varginha a Gente teria um espaço para 246 pessoas, se a gente fosse pensar em 4

delegados naqueles municípios a gente entra com um espaço de 456 e com seis um espaço de 678. ou seja a gente aumenta significativamente, juiz de fora é quase uma conferência estadual 714, metropolitana 702 com 6 então é isso gente, porque as vezes a gente fala assim, mas isso impacta pouco naquela organização, mas aquela, esse custo é só o que a gente gasta ali naquela realização, inclusive nos estamos realizando com tanta responsabilidade, por exemplo caneta de patrocínio, certificados digitalizados, nós estamos trabalhando na perspectiva de diminuir custos para que a gente possa ter o recurso para aquilo que né, que realmente v fazer essa diferença, e que ainda nós temos que inserir a questão da própria diária e participação do conselho estadual, nas conferência regionais unto com a SEDESE. Ok. Deu para ter uma noção, querem algum esclarecimento sobre isso.

**Rodrigo - CRES;** bom antes de abrir eu queria só colocar uma questão. para além das questões financeiras né que estão postos com relação a conferência regional a escolha também de reduzir para onze ela tem uma racionalidade . já era para estamos bem avançado nas realizações das conferência municipais á era para estarmos produzindo texto, essas coisas, e nós passamos um processo na conferência passada, atrasada de 22 ou de 21 conferências regionais e sabemos o desgaste que é para nós conselheiros , nós temos que ir, porque não adianta nada eu falar que vou dar voz e não estar lê para ouvir, isso existe um esforço de todos nós e está muito encima, se a gente fosse arvorar de fazer 22 conferências regionais seria muito corrido a para a gente, a gente praticamente ausentaria dos trabalhos dos afazeres, e eu sei que por mais que os gestores, tenha emas tem trabalho, 50% de gestão não é , tem meta para cumprir e outras coisas, então nós trabalhadores pior ainda que o cenário foi aqui muito bem colocado pela Luanda, também coloquei umas questões para o usuário nem se fala entidades ainda, então seria um esforço de todos e a gente não conseguiria ser eficientes nisso. Então além de todas as questões financeiras, consolação e eu e a Janaina, nós optamos pela razoabilidade e pegamos esse histórico, sabemos sim tem uma perda..... a gente ganhou com as conferências regionais, quanto mais perto do território, as vezes aquela senhora, aquela pessoa que quer participar de um espaço desse, não tem nem ambição de vir para a estadual, mas gostaria de falar té perto ela vai e volta no mesmo dia, resolvemos o problema, dá sua opinião, participa e cumpri o papel da democracia é isso afasta um pouco ne mas eu acho que temos que entender, como a gente bem gosta de dizer avançar né. Então é isso, em discursão a questão das planilhas, cálculo se quiser pode perguntar a consolação está a disposição Janaina está a disposição, então vamos fechar hoje, agora. é o artigo sétimo que está em discursão, se ele contempla se tem alguma proposta, encima do cenário que foi apresentado tá. **vozes** em discursão, não

**Francielly – FÓRUM DE BH;** então. Gente nós não queremos pressionar nós queremos construir e pensar junto é e aí eu chamo o CEAS para fazer esse exercício junto com a gente nos não queremos debater e nem recebendo que fica nos rebatendo, a gente está chamando para construir e pensar uma solução e na hora do almoço a gente estava conversando porque o intuito é esse construir alternativas, a gente traz uma proposta que também não sabemos se é a melhor estamos construindo, que a conferência não tem que ter paridade. Belo horizonte, por exemplo, a gente não está debatendo na tecla dessa paridade a gente privilegia a sociedade civil porque a conferência é para a sociedade civil. Então a gente estava pensando que talvez o município de pequeno porte, porte 1 e 2 pudessem ser os dois representantes da sociedade civil, porque daí de um certa forma a gente garante a participação da sociedade civil já que o grande impasse aí é nesse número muito pequeno para esses municípios , o médio a gente manteria né patrícia e aí a gente podia discutir, pensar a questão da paridade na conferência, porque se eu não me engano não tem nenhuma normativa que vai falar dessa paridade em conferência, em conferência o conselho eu sei que, em conferência, então a gente podia dar uma olhada para tentar construir juntos aqui porque eu PENSO se a gente construir juntos vamos caminhar mais rápido. Rodrigo, você está falando da conferência regional ou estadual, a paridade na conferência regional. Consolação é a Adelmira foi buscar a NOB para ver essa questão da paridade, já achou, olha só encaminhar o artigo, por favor, márcio. eu só quero dizer uma coisa, todo discurso que a gente falou aqui no início sobre processo de conferência e da legitimidade do processo me causa estranhei a gente levantar a possibilidade de não ter paridade, porque a gente tá

lutando para ter um processo de conferência legítimo , processo de conferência é **vozes** rodrigo, Sandra pode falar, a consolação vai localizar aqui e a gente continua. **Sandra – CMAS Montes Claros;** primeiro assim, interpretando a fala da Consolação , colocou a questão da paridade aqui agora viu consolação, se é para discutir a paridade, vamos discutir porque eu particularmente não concordo que não tenha paridade tá o que eu penso nos estamos discutindo, fazendo um processo conferencial nos sempre discutimos e sabemos da questão da paridade não estou com isso desmerecendo a participação da sociedade civil dos usuários de maneira nenhuma pelo ao contrário eu quero privilegiar a discursão e penso que gestor governo, representante da sociedade governamental, senta sim para discutir com a sociedade civil porque é nesse espaço que a gente discute política pública, como é que vou discutir política pública sem representação governamental, então a gente defendeu essa questão da paridade e nos conselhos a gente sempre tem insistido nisso então não adianta agora a gente resolver uma questão, de retirar a paridade, entendeu não justifica se nós vamos ampliar vagas de usuário da sociedade civil que ampliemos também a vaga de governamental , não existe isso. para mim o que está posto da conferência atende, então se vai discutir paridade nós vamos ter que ampliar a discussão aqui agora. **Luanda – FET SUAS;** é realmente a questão da paridade que eu levantei toda essa questão porque por mais que a gente tenha duas vagas lá uma para o governo e uma para a sociedade civil a gente sabe que a gente tem vários segmentos na sociedade civil então não está nem paridade nem proporcional com esse número de vagas então desde o início eu estou priorizando é isso. a gente precisa de ter uma proporcionalidade. Então o que as meninas apresentaram aqui é mais uma proposta para pensar e discutir, é mais eu continuo batendo nessa tecla né se a gente está defendendo aqui proporcionalidade, paridade então não se esqueçam que a gente não vai ter ali representação de vários segmentos da sociedade civil e não tá paritário mesmo. **Rodrigo CRES;** consolação tá procurando aqui. e aí gente eu queria chamar atenção o seguinte é obvio que tem de ser coerente com o que tem deliberado, começou a fermentar isso né quando a gente falou da proporcionalidade e aí se a gente pensar que sociedade civil se divide em três e o governo só é de fato injusto com a sociedade civil não é atoa que existe uma proposta de deliberação de conferência para autorizar a paridade para a proporcionalidade isso está na lei na conferência atrasada é, eu estava lá, aí seria mais justo que estaríamos falando de 4 vagas uma do governo e uma de cada segmento nesse sentido de proporcionalidade. eu não estou defendendo sabe Sandra eu estou especulando, só para questão de ideias mesmo. Aí se a gente pensar que está dizendo da regional que a gente já não dialoga com território, se a gente propõe, se eu entendi o que as meninas da sociedade civil estão propondo vou me incluir nisso, pequeno. Porte 1 e 2 as duas vagas em vem de ser de sociedade civil privilegiando sempre uma vaga para usuário, talvez na regional a gente poderia construir uma forma diferente inclusive de deliberar, a gente pensaria, daqui para frente uma forma de trazer o produto dessa conferência para dentro do CEAS e a gente garantiria essa paridade para a estadual, daí para frente a gente pegaria essas vagas de município de porte 1 e 2. Vamos lá. A Consolação achou. **Consolação;** eu tenho a memória, eu confundi a norma tá, gente é no estado. Nossa lei 2262 no artigo décimo inclusive isso foi um avanço porque é uma lei que considera a conferência como uma estância deliberativa, tanto é que quando teve a discursão do CNAS eu falei assim, para a gente não tem erro por que a nossa inclusive fala na lei. são estância do sistema descentralizado e participativo social de caráter permanente e composição paritária entre o governo e a sociedade civil é a conferência estadual municipal de assistência, o CEAS e os conselhos municipais tá isso está na lei estadual **Patrícia** ;mas o artigo, a gente está propondo é que a conferência regional seja assim. o que o artigo décimo fala é que são estâncias deliberativas de caráter descentralizado participativo composição paritária a conferência estadual e municipal é omissa quanto as conferências regionais então nossa proposta continua valida . **Consolação** é porque eu não terminei de falar e aí gente que estava falando que estamos defendendo todo o processo de conferência falando da importância e tudo se a gente ganhou, nós falamos muito isso aqui que nós ganhamos essa de conferência regional como conferência deliberativa nós divulgamos isso, se é conferência deliberativa ela tem que ter paridade. é só o pressuposto de uma deliberação, não a regional, em 2017 foi constituído conferência

regional como deliberativa o conselho divulgou aprovou e falou se é para ter conferência deliberativa ela tem que ter paridade, se não a gente está levantando proposta que não tem mesmo texto, são retiradas as conferência regionais, os delegados **vozes não tem sim** **Francielly – FÓRUM DE BH** ; gente até agora eu só ouvi negativa não, não, não e rebates , eu queria ouvir proposta, secretaria executiva **vozes** patrícia, então Janaína respondendo seu questionamento para deixar mais explicita a fala da Fran o que nós discutimos aqui um grupo de trabalhadores que compõem o conselho, nós discutida possibilidade que esta conferência, considerando os custos que não tem como garantir a proporcionalidade aumentando para 4 que foi uma proposta inicial que a gente pensou de não ter a paridade considerando os custos mas aí a gente garantir mais a participação da sociedade civil. aí a proposta que p pequeno porte 1 e 2 ao invés de ser um representante governamental e um representante da sociedade civil priorizando a participação do usuário que seja 2 representantes da sociedade civil e sendo 1 usuário e outro trabalhador ou entidade, então não teria alteração no custo, a gente não ia garantir a paridade que realmente isso é um problema, mas diante do problema financeiro que a gente tem né, a gente tá pensando aqui que a conferência é para a sociedade civil, por isso que a gente está apresentando essa proposta e aí quando a gente pega aqui a NOB, olhando a questão da paridade não achei mas eu achei um negocio aqui legal da NOB que qual são esses objetivos das conferências né. é são estratégias para esclarecimentos dos conselhos e das conferências de assistência social a promoção e participação dos usuários, e aí aqui fala vários incisos, né um deles é a organização da participação popular, valorização da participação dos trabalhadores do suas, valorização da participação de entendidas e organizações da assistência social, sabe , então só chamo a atenção para isso, esse artigo 115 aqui da NOB que ele fala isso a valorização da participação dos usuários , valorização das entidades e dos trabalhadores, porque conferência no nosso entendimento é para a sociedade civil aí eu vou, o Sávio não veio agora na parte da tarde aí eu vou pegar um exemplo aqui no texto .belo horizonte faz conferências para integrantes 700 participantes da sociedade civil para 200 do governo. Belo Horizonte tem feito assim, ele falou assim, ele falou que belo horizonte nunca garantiu a paridade. é o ideal, é, só que neste momento que a gente tem que reduzir custo, então que a gente mais reduza custo a custa da sociedade civil. **vozes Cristiano** não é só reforçar isso que á foi falado hoje mais cedo aqui, que assim, eu entendo a preocupação de se fortalecer a participação da sociedade civil mas é isso né que a companheira já falou mais cedo ali que a política publica se faz com a participação do governo é o conjunto e aí se for fazer um cálculo que pensando porte 1 são 675 municípios vezes 2 que precisa fazer essa conta aí né, mas do total, mas então se a gente pegar só a participação do governo que vão estar nos municípios de médio porte e de grande porte médio porte são 37 e grande porte são 28 mais da metrópole então vai ficar muito, eu acredito fica um negocio meio desequilibrado assim porque é importante a participação da sociedade civil mas como o maior número são municípios de pequeno porte 1 e 2 isso causa um desequilíbrio muito grande na proporção então ao invés de você não simplesmente não considerar a paridade você causa um distúrbio nessa relação porque você tem, é mais é muito grande porque município de porte 1 e 2 é a imensa maioria né então você não ter nem um representante, e é onde estão os maiores desafios né porque são justamente os municípios pequenos né que tem problema de gestão tem problemas envolvendo o sistema como um todo né ,é não sei né é a minha opinião eu acho que tem que se pensar nisso com cuidado, Rodrigo, concordo sabe Cristiano é, você está inscrita Martha. **Martha – SEDESE**; Fran assim acho que trabalhador, tem de ter exercer a função de trabalhador neste conselho, então acho que vocês estão exercendo a função né tem coisas que a gente tem de intencionar mesmo para gente avançar. se a gente não tencionar nas conferências a gente não tinha chegado no suas, então não tem nenhuma abertura para a gente abertura para discutir as coisas então acho que tensão é que leva, não vou nem falar não, risos, om mais aí eu só gostaria da gente entrar em uma proposta que a gente realmente mantivesse a paridade, porque decisão pressupõe paridade, decisão pressupõe na mesma lógica de organização de um conselho, porque se o conselho ele é deliberativo, ele toma decisões que tem valor normativo e porque ele é paritário porque o veto de cada membro aqui tem o mesmo valor não importa se é governo ou sociedade civil isso é o que o

Cristiano falou, se a gente quer de certa forma a paridade a gente quer essa equidade no momento de voto mas acho que a gente pode achar uma solução de não quebrar a paridade e tentar atender essa questão que vocês estão colocando , nós vamos ter que quebrar a cabeça, mas, pelo caráter decisório das conferências né, e não teria porque a gente fazer conferência regional que ela não tivesse um caráter deliberativo apenas propositivo porque se não também esvaziaria a função da conferência regional de trazer propostas das regiões é nesta lógica, porque ela também pensa com o olhar da região, então é nessa lógica também que a conferência regional também foi sendo construída as pré conferências municipais, os municípios de vocês também tem caráter deliberativo para aquele território então conferência regional está focada numa lógica territorial que a gente precisa observar, por isso que ela ganhou de tempos para cá um caráter deliberativo e se não está explicado na lei se ela está lá dizendo que a conferência regional é precedida de conferência regionais não precisa estar impresso mas está implícito né que ela tem um caráter né. **Rodrigo**; Martha eu concordo, concordo com o que o Cristiano traz, mas ela acha que é uma discussão eeeeeeeeeeee a gente tem de continuar discutindo e levar para conferência livre, discutir na conferência estadual e gritar, que nem na nacional a gente gritou pedindo .....mas na hora resolvemos omitir algumas coisas que a gente deixou em fogo brando, né. Porque nós sociedade civil a gente não tem espaço para participação é claro que a gente ainda tem isso aqui, mas não temos COGEMAS, nós temos AMM que nos defenda, então os espaços e no horário de trabalho e pago com recurso público né a gente vem muitas vezes.....para as coisas né, então além disso né, então a gente tem de gritar por esse espaço, é por isso.....sabe Janaína a gente tem que resolver, mais marta de certa forma não está certa né. e aí a gente fez uma proposta de mesa endossada pela subsecretaria, vou abrir a palavra para ela também, obviamente, mas é o que a gente amplie então 6 participantes sendo 3 sociedade civil e 3 governo não pagando o governo não pagando alimentação do governo, pagando a sociedade civil, com isso a gente garante a paridade e a representatividade, consolação já fez os custos da conferência. **Vozes e palmas** gente eu tirei o microfone da mão da subsecretaria sou atrevido né, mas acho importante reconhecer o esforço né, Janaína eu agradeço o esforço a gente tá falando de custo a gente esta contando moedinha é eu sei a gente esta diariamente conversando realmente reconheço não é nem um agradecimento eu acho que é reconhecimento por a gente esta na mesma sintonia de buscar mesmo essa cumplicidade e de construir esse estado forte, eu me emociono porque é difícil para o trabalhador **vozes Janaína-SEDESE**; aí rodrigo estou emocionada também eu acho que processo de participação a gente não faz nas palavras a gente faz nas ações, então eu fico bastante feliz a gente chegar num acordo e para esse acordo, eu também quero reconhecer muito a nossa equipe porque a gente tem uma equipe que também é trabalhadora né do suas está aqui a Martha que é nossa grande conselheira eu falo pelo amor de deus martinha me ajuda aí ela ajuda, o Cris o nosso sábio em proteção especial também né a Claudinha que está ali oh, a Claudinha é quem nos ajuda a tomar as melhores decisões financeiras sempre, então **risos** a joana que é para legalidade disso, quem mais, a consolação que também.....para desenhar o cenário para a gente cegar nesse processo.....vamos enfrente , a rosa nossa querida rosa que estou aprendendo muito com você mesmo, já vivemos vários momentos tensos né e todo mundo que está aqui né gente porque acho que democracia é isso a gente chegar nos mínimos acordos né, como a gente cria pontes no cenário que a gente está vivendo aqui entre os muros né então quando vocês trouxeram quanto é importante ter um trabalhador eu considero também e que aí a partir disso constrói cenários possíveis para criar essas pontes . Então eu entendo de verdade quanto essa equipe talentosa trabalhadora do SUAS , que eleita luta o tempo inteiro e obrigada por todo mundo por a gente estar construindo esse processo em minas gerais, eu estou muito feliz em vir e poder ajudar mesmo né . Estava falando com a Soyla que fiquei muito feliz por que ela é paulistana **risos** e que vez mais eu sinto que a gente está junto com esse processo.....com vocês e poder construir e ..... eu falo isso eu sou brasileira é isso **risos e vozes** então obrigadas gente, vamos enfrente é só o começo e vamos concluir os trabalhos da tarde, está bom. palmas **Márcio - ASPROM** ; eu achei extremamente rico esse processo que ocorreu aqui e acho que toda essa construção é coletiva mas queria fazer um

destaque aqui pelo posicionalmente dos trabalhadores , porque se não tivesse esse intencionalmente, que não é um posicionalmente é uma reflexão a gente não chegaria nesse caminho aqui. acho que é bacana essa necessidade de preservar a ideia mas sem tencionar as relações acho que isso é importante para que a gente cresça nesse momento parabéns para vocês trabalhadores viu. **palmas. Rodrigo**, bom então podemos votar conselheiros, **vozes.....** então são palavras do márcio, qualquer márcio, quanto a vaga de governamental que seja priorizada a participação de gestor de assistência social ou representantes desta pasta ótimo, do meu ponto de vista eu manifestando publicamente vamos lá conselheiros podemos votar á com a inclusão do paragrafo **vozes** ok, então conselheiros que aprovam a resolução por completo , contrários , abstenções o mínimo palmas, muito orgulho desse momento. Vamos lá comissões. Marta havia pedido a inclusão na comissão, é de barragens né pessoal, Martha , nós estamos aqui com os representantes da barragem então respeitando né, peço, agradeço a paciência de vocês também, mas é importante de participar desse momento democrático, cadê Martha, então nós vamos para comissão de normas **vozes** conselheiros , o coordenador da comissão de normas vai iniciar a apresentação aí eu peço a atenção de todos porque a gente tem percebido sem querer né que a gente tem comido algumas mosquinhas assim né isso não é bom, só um minuto até o silêncio estabelecer ali só para justificar a ausência da conselheira Juanita nós rebemos um convite da federação das APAES ato de afirmação de pessoas com deficiência frente a reforma da previdência convidando ao CEAS é hoje e aí eu pedi para que ela nos representasse tá e aí ela viu que poderia que não haveria problema nenhum em nos representar, neste ato tão importante neste dia de hoje. **Helder Cmas - Pedro Leopoldo** ; nós tivemos uma pauta incomum com a comissão de apoio o assunto era o apoio aos conselheiros nos conselhos de assistência social a respeito das barragens de mineração e a capacitação sobre controle social em área atingida por barragens inicialmente para os municípios de Brumadinho, barão de cocais , Itatiaiuçu, Congonhas, nova lima, ouro preto, itabirito, são Joaquim de bicas e Itabira e quais foram os encaminhamentos da duas comissões na reunião conjuntos as duas comissões aprovaram a minuta de orientação essa minuta vai ser revisada e apresentada na próxima plenária para deliberação enviado um documentos a SEDESE de qual foram os encaminhamentos das duas comissões na reunião conjunta as comissões aprovaram minuta de orientação essa minuta vai ser revisada e apresentada na próxima plenária para deliberação enviar uma documentação para SEDESE consultando sobre os recursos para capacitação a distancia. Brumadinho solicitou a capacitação inicial fosse sobre o controle social devido a mudança de gestão do CMAS, portanto vai ficar adiada até a posse dos novos conselheiros. Não foi possível na última reunião das URCMAS a gente agregar as reuniões da URCMAS metropolitana a capacitação de brumadinho foi um tema que a gente não tinha nenhum representante do município lá a última reunião da URCMAS que elegeu a nossa colega Patrícia, como uma das coordenadoras queria até dar uma salva de palmas para patrícia que está fazendo um trabalho muito bacana palmas, foi uma reunião muito proveitosa, uma reunião que a gente teve uma participação assim de treze municípios, conseguimos eleger os quatro coordenadores que é cachoeira da prata, confins nova lima e belo horizonte então eles são os representantes nossos da região metropolitana e nesse momento ficou decidido de que a gente iria esperar a posse dos conselheiros de brumadinho, depois sim a URCMAS vai fazer um suporte para brumadinho mas não vai ser a próxima reunião. as comissões também de normas e apoio elas estarão avaliando o conteúdo das capacitações sobre o controle social e nós da barragem nela estará incluída a resolução sobre benefícios eventuais do CEAS e também vamos solicitar a SEDESE sobre ações indevidas para a tribo pataxós, eu não sei ler isso gente **vozes** eu tentei é pois é essa tribo aí que vocês falaram do município de são Joaquim de bicas atingida pela barragem de brumadinho e após o protocolo das informações, abriram o processo de apuração de denúncia com indicativo de visita em loco, até aquilo que você falou para a gente deixar de ser cartorial , ir lá verificar o que está realmente acontecendo de ir um conselheiro e um técnico. esse é os encaminhamentos, de brumadinho, isso, não exatamente o que acabei de ler, está solicitação informações desenvolvidas na tribo no município de são Joaquim de bicas e também atingido pela barragem de brumadinho, claro

**Soyla – CMAS DE Paracatu** ; como vocês bem sabem viram nas fotos do grupo de Whatsap nosso de conselheiros eu compartilhei uma foto que na última reunião a gente saiu da plenária eu e Cecilia encontramos o grupo de pataxós e aio .....e cadê o amigo é uma coisa assim né e daí fiz muita amizade com o pessoal da tribo, eles sentaram com a gente foram falar comigo e a Cecilia quando o conselho estadual vai lá, porque eles se sentem extremamente, eles querem ser ouvidos, eles denunciaram na ONU a situação deles, falaram que vários pactos que foram resolvidos com a mineradora não foram atendidos inclusive que chegaram dez quilos de carne lá podre e eles denunciaram fizeram boletim de ocorrência, tipo dez famílias três cestas básicas, esta a nesse nível entendeu e eles estavam indo para um movimento que teve em Brasília que é anual né que foram para Brasília fazer uma manifestação indígena né do movimento, então eles relataram isso, foi bem triste a história e essa denúncia da ONU eles ficaram de passar por Whatspp para mim em vídeo, assim que passarem vou estar enviando para vocês também, fotos do rio tudo, muito, muito triste **vozes**, nós não . Eu estava aqui na rodoviária de belo horizonte, encontrei com eles, o cacique a esposa do cacique o pajé e uma outra índia, índia não pessoa indígena é isso, obrigada. **vozes Helder**, mais alguém quer falar sobre o assunto? Então esses foram os encaminhamentos. Bom o segundo item de pauta é o relatório final do pôs inicio de geração de energia é o PCH senhora do porto. A PC senhora do porto ela foi instalada no município de dores de Guanhões, com posto de atendimento social e o relatório conclusivo de relações desenvolvidas do plano de assistência social da população atingida pela PCH ele foi apresentado em 2015, comprovada a sua implantação por lei de uma resolução que é a resolução 213 datada de 05/05/2015. o artigo segundo da referida resolução foi determinado que o posto de atendimento instalado no município de dores de Guanhões permanecesse funcionando com atendimento diária de até seis meses após geração de energia e ainda no paragrafo segundo disposto que durante esse tempo né nesse período a equipe teria de ver esse atendimento social, .....os impactos pós ação de energia e ao seu termino encaminharia relatório avaliativo ao CEAS e ao CMAS de Dores de Guanhões. A PC entrou na operação comercial em 06/08/2018 portanto cumpriu o que determinava a resolução e protocolou o relatório relativo 7 meses após o inicio da geração de energia ou seja no mês de março de 2019. Após o protocolo do relatório em questão foi solicitado ao CMAS de dores de Guanhões, estou aqui com o relatório, eles encaminharam para a gente a ata do PCH da senhora, confirmando serviços realizado, confirmado pela equipe técnica do PAS, e eles encaminharam essa ata para gente dia 23/04. No relatório da PCH constam as ações realizadas e após análise técnica consta que as ações desenvolvidas com geração de energia elas foram concluídas não havendo impactos na comunidade então a nossa deliberação é assim pelo encerramento das atividades do posto de atendimento social cumprida todas as etapas de acordo com a resolução 1513. Discursão. **Janaina – SEDESE** ; vou só por um ponto na questão que a Soyla trouxe aqui só para que a gente possa dar um encaminhamento também. Encaminhar essa questão para a SUBAS Soyla, para a gente também pedir apoio aos direitos humanos, pedir apoio das equipes técnicas e conversar com o subsecretario também. **Soyla**, excelente, maravilha. **vozes Rodrigo**; ok, tem mais algum encaminhamento, está em discussão a questão do PAS gente ok, mais alguma coisa da comissão não então, tem mais alguma coisa não . Então agente tem que colocar o encerramento do posto de atendimento é isso. Então confirmando pode falar rosa, por favor, microfone. **Rosalice-CEAS**; talvez só para otimizar são três relatórios finais na mesma sequência, com o mesmo objetivo \_que é o encerramento do posto porque se vocês conselheiros gostariam de saber de todos, não precisa ver os três porque são do encerramento do posto de atendimento social não sei se vocês votam um por um ou os três juntos. **Rodrigo**; eu acho, não espera, me explica esse negocio dos três. **Rosa** são três empreendimentos diferentes e todos os Três pós-geração de energia , não são dois empreendedores diferentes dois empreendedores diferentes um empreendedor com dois empreendimentos e outro com outro empreendimento rodrigo; esse que nós estamos falando com qual empreendimento? **Rosa**, esse aí é PC senhora do porto instalado no município de Dores de Guanhões o próximo PCH Dores de Guanhões também instalado no município de Dores de Guanhões, **Rodrigo** não vamos fechar um por um. **Rosa** então tá ótimo **Rodrigo**;

vamos fechar plano por plano para ficar bem claro, registrado em ata plano por plano ok. Então em votação o fechamento do posto de atendimento social da PCH Senhora do Porto, instalado em Dorés de Guanhães, conselheiro que, Irajá desculpa rodrigo e demais conselheiros assim só para fazer complementos junto aquelas informações do povo pataxós e ..... estive conversando ontem com alguns deles eles falaram que é pataxó e pataxós .... que estão na aldeia, então não é só .....é pataxó e pataxó.....só para colocar então são dois povos na mesma localidade vozes. Soyla-CMAS Paracatu, inclusive eles relataram para nós lá que eles sofrem muito preconceito assim no sentido de que maioria migrou né pataxó do sul de minas da Bahia, eles migraram muitos anos para lá, e daí as pessoas da própria cidade deles falam porque vocês não voltam para lá, vocês não tem rio mesmo, é vai embora né o pessoal da cidade deles. Daí eles falaram para nós a gente está aqui para defender a natureza e o que sobrou do rio a gente vai preservar a gente vai .....cada bicho que a gente encontrar. Nossa levantou uma questão que a gente nunca para pensar né, ambientalistas naturais vamos dizer assim. é isso Rodrigo; gente eu vou pedir questão de ordem aqui. Nós estamos.....PCH é toda questão alusiva ao plano 1 a gente volta depois t´a vou pedir compreensão dos conselheiros. Então recapitulando para ficar claro para os conselheiros. nós estamos votando o fechamento do posto de atendimento da PCH Senhora do Porto em Dorés de Guanhães não é isso comissão. É encerramento do posto das atividades do PAS barragem, ok conselheiros que aprovam o relatório da comissão para o fechamento, contrários, abstenções o mínimo. Helder bom continuando, nós temos aqui o terceiro item de pauta que é também o relatório final do pós início geração de renda do plano de assistência social do plano da barragem PCH Dorés de Guanhães no município de Dorés de Guanhães em relação a PCH elétrica Dorés de Guanhães. o relatório também foi conclusivo as relações desenvolvidas do plano de assistência social para a população atingida da PCH Dorés de Guanhães foi apresentado em 2015 e comprovado a sua .....por meio da resolução 1515 datado de maio de 2015 o artigo segundo da referida resolução é muito semelhante a outra e determina que o posto de atendimento instalado no município de Dorés de Guanhães que permanecesse funcionando com atendimento diário durante seis meses após geração de energia e ainda disposto no paragrafo segundo e temos que a equipe do posto de atendimento avaliara os impactos pós geração de energia e ao seu termino encaminhara relatório avaliativo ao CEAS e ao CMAS de Dorés de Guanhães. a PCH Dorés de Guanhães ela é composta de dois geradores conjunto de turbina e gerador e liberação pela ANEEL para a ug01 operar comercialmente ela ..... 01/10/2018. Então ela cumpriu o que determina a resolução do CEAS e o empreendedor protocolou o relatório avaliativo 6 meses pós geração de energia ou seja no mês de abril de 2019. o CMAS de dorés de Guanhães encaminhou o seu parecer que está aqui em minhas mãos no dia 15/05/2019. Está assim no e-mail que eles me encaminharam. Consideramos que as posições apresentadas pela empresa as ações do posto social, foram executadas de forma satisfatória. A análise do relatório constatou-se que as ações desenvolvidas pós-geração de energia foram concluídas não havendo impacto nas comunidades. Então esse é o nosso parecer de encerrar as atividades do posto de assistência social. Em discursão vozes Rodrigo, ok conselheiros? Alguma questão? Então PCH Dorés de Guanhães de Dorés de Guanhães, conselheiros que aprovam o relatório da comissão, contrários, abstenções. Aprovado. Helder ; ultimo aqui deixei por último, achei interessante uma questão aqui. Ele é do relatório, último ponto, ponto 4 tá, é o relatório final pós início geração de energia do posto de assistência social da barragem PCH Boa vista no município de varginha e Eloi Mendes. a PCH Boa Vista aí foi instalada entre os municípios de varginha e Eloi Mendes em relatório das atividades eles trazem relatórios do final das atividades apresentado ao CEAS. o relatório conclusivo das ações desenvolvidas no plano da assistência social para a população atingida pela PCH Senhora do Porto foram apresentadas em 2018 comprovada sua realização por meio da resolução 626 do ano passado datado de 18/05/2018 também no artigo segundo disposto, esta disposto que o ponto de atendimento instalado no município de cachoeira município de varginha deverá permanecer com atendimento diário até 6 meses após o início de geração de energia. Durante este período a equipe do posto de atendimento avaliou os impactos pós-geração de energia e no termino de 6 meses encaminhar ao CEAS e CMAS. A

PCH boa vista II, recebeu a liberação para início de geração energia em 23/10/2018 conforme consta no despacho da ANEEL número 2430. Assim a parte de iniciação da operação, cumprida a resolução do CEAS o empreendedor protocolou no CEAS e no CMAS de Eloi Mendes e de varginha em 29/04 desse ano o relatório conclusiva das ações conclusivas pós início de geração de energia do plano de assistência social . O CMAS encaminhou no dia 10/03/2019 o relatório final das ações informando o seguinte entregou o relatório avaliativo pós-geração de energia foi apresentado, apreciado e aprovado pelos conselheiros, em reunião extraordinária do CMAS que ocorreu no dia 03/05/2019. Neste relatório constam as ações realizadas e no relatório ele constatou que as relações indevidas pós-geração de energia foram concluídas não havendo impacto as comunidades e tendências , podendo assim serem assinadas as ações do posto de atendimento social instalada na comunidade cachoeira no município de varginha . o que disse aqui no início da minha fala que deixei por último mas a gente destacou como comissão, uma das ações da PCH e que vem de encontro a subsecretaria colocou aqui nessa reunião que minas gerais destaca em termos de assistência social e aí houve proposta através desse plano assistência social de que deu tão, tão certo nesses dois municípios e que está servindo de modelo para outro estado, achei muito bacana essas considerações então assim estamos encerrando as atividades aqui né do posto, mais era gera frutos e temos representantes aqui não temos, exatamente e aí eu gostaria de pedir ao pleno á que vocês são soberanos porque já que houve esse destaque aqui se é possível deles falarem, manifestarem aqui, aproveitar que eles estão presentes aqui e eles estão levando esse modelo de minas gerais para outro estado de que deu tão certo. vocês podem gente? Por favor, **vozes** mas eu tenho que perguntar, tenho que perguntar tenho que pedir licença ao conselho, vou passar aqui para ele. Boa tarde a todos meu nome é Estevão e eu sou participante que acompanhou todos no atendimento social durante todo o período mesmo antes da construção e é algo muito interessante porque a metodologia criada por nós mas tendo referencia a base da resolução 498 que é uma resolução aqui do CEAS é que permitiu que nosso trabalho fosse essa referencia então eu vou explicar um pouquinho só sobre a metodologia porque nos deu condição de trabalhar tanto a comunidade como os órgãos públicos e o empreendedor de uma forma conjunta. o posto de atendimento social imagina um triangulo, o posto de atendimento social ele foi único, no centro desse triangulo ele fazia a interface com a população com o empreendedor e ao mesmo tempo com os órgãos públicos. Esses órgãos públicos além do CEAS foi muito importante a participação do CMAS do município e do CRAS que também nos ajudou de uma forma muito direta na s nossas atividades. Então quanto a população nos subdividimos essa população em três itens, a população geral, a população moradora do entorno e a população diretamente atingida, isso nos permitiu realizar ferramentas para cada uma de acordo com as demandas e SUAS vulnerabilidades. Nós criamos uma ficha de registro de chamada onde esse diálogo com a população em que ela tem de ser de mão dupla porque ela não pode existir apenas um monologo a gente não leva só informação agente busca informação da sociedade também e a partir do momento que a gente buscava essas informações nessa ficha de registro era preenchida a empresa tinha um prazo de três dias, eu fazia esse mesmo diálogo com o empreendedor, o coordenador responsável pelo rodrigo, depois ele vai nos falar um pouquinho sobre essa referencia nos outros estados são todos os estados interessados no nosso trabalho né e quando eu fazia esse diálogo com a empresa dentro desse prazo de três dias ela dava uma solução pra a demanda ou para o problema e aí foi muito fácil a gente transitar entre a comunidade e o empreendedor e da mesma forma como a gente estava com o posto de atendimento social centralizado a gente fazia também essa interface com os órgão públicos. Então a população em geral foi feitos vários projetos em parceria com a polícia militar com loja maçônicas, com comerciantes que beneficiou as escolas que não beneficiou não só os atingidos mas a população em geral. Além desses projetos também foram organizados também junto com os moradores do entorno várias oficinas que permitiam um esclarecimento melhor para essas pessoas em relação ao empreendimento e aí a terceira etapa vamos dizer assim que a população diretamente atingida a medida que a gente vai afunilando o triangulo, essa população diretamente atingida, ela foi contemplada, vamos dizer assim com um olhar diferenciado porque além da ficha de registro chamada, além dos outros

domiciliares nós tivemos também um estudo de caso, a gente visitava a família a gente percebia uma necessidade maior um pico maior para a solução das questões sociais, nos fizemos um estudo de caso onde participava eu como psicólogo a assistente social e alguém que representava o CMAS então eles contribuíram de forma direta para essas questões é por isso que deu certo. Então se a gente conseguiu unir de uma forma responsável o empreendedor a população e um órgão público é possível sim construir barragem de forma humanizada, não é que consegui erradicar todos os impactos, mas houve uma diminuição significativa desses impactos. Então é através do estudo de casos, é através da ficha de registro de chamada, nós tivemos um caso só a título de exemplo que já nos últimos meses após a geração de energia e após o triste advento de Brumadinho os moradores de depois da barragem ficaram todos alvoraçados e com razão, então nós conseguimos uma parceria inclusive com o corpo de bombeiro, com o pessoal da defesa civil do município de Varginha e Eloi Mendes e fizemos um trabalho de visita a 381 residências, houve psicólogo assistente social e aí esclarecemos o que é barragem de rejeitos, o que era barragem hidrelétrica, a questão da segurança da empresa que era diferente da barragem da Vale do Rio Doce para levar tranquilidade para eles de uma forma segura.. Então é só um resumo que a gente faz do trabalho a empresa tem alguns empreendimentos no estado do Paraná, recebemos uma visita do APE que é o Instituto Ambiental do Paraná que reconheceu nosso trabalho a pedido deles a gente está levando esse modelo para lá também. eu vou deixar o Rodrigo que é coordenador dessas barragens fora do estado de Minas Gerais, ele tem contato maior com essas pessoas, vou deixar ele falar um pouquinho disso também tá, muito obrigado pela atenção. **Palmas.** Rodrigo, bem pessoal, primeiramente boa tarde a todos eu sou o Rodrigo Souza né, somos chã né Rodrigo eu quero dar aqui o testemunho do bom relacionamento que a gente teve com esse conselho sempre nos atendendo bem, nossas ansiedades e a gente fazendo executar o que a gente propôs aqui e tudo aprovado pelo CEAS, acho que isso é o mais interessante. Esse trabalho que essa equipe fez, como psicólogo a nossa assistente social e eu como coordenador de campo além dos coordenadores sociais ali, da parte de comunicação, a gente nada mais fez que executar o plano que foi apresentado a essa casa e foi aprovado tá. Fruto desse bom trabalho, a nossa **empresa ..... NOVALIS** já está levando esse modelo para outros estados. A gente recebeu visitas de órgãos da parte ambiental tanto do estado do Paraná como o Estevão falou mas assim também com o pessoal do estado do Ceará e no outro projeto nosso lá a gente levou essa mesma estrutura que em Minas é obrigatório a gente instalou lá e lá tinha outros tipos de comunidades mais organizadas e o projeto foi muito bem fruto disso nos interiorizamos todas essas iniciações nascida aqui em nosso estado, eu tenho orgulho de falar isso tá, então a gente já está criando procedimento, instruções de trabalho baseado nas nossas resoluções aqui para levar esse modelo que é orgulho, acho que tem que ser orgulho nosso aqui para outros estados então de coração eu venho aqui hoje em nome da .....NOVALLI agradecer a todos vocês aí e a gente fica a disposição tá bom. **palmas** Rodrigo, Helder **vozes**. **Janaína – SEDESE;** queria só parabenizar o Estevão e o Rodrigo a gente tem vivido a questão de barragem, com....., mas com impactos na população e as questões do estado que não é muito parecida né porque a partir de todo sacrifício que a gente está vivendo na prática ver boas práticas acontecendo e a gente poder aprender com vocês então depois eu quero poder conversar entender aprender para a gente de fato criar um processo mesmo de política de estado para a questão de barragem, assim como um todo seja elas PCH seja elas como .....como é a de Brumadinho a de Cocais, ver como esse espaço de conselho é necessário para a gente criar junto e melhores práticas. Então obrigada e parabéns. **Rodrigo - CRESS**; então vamos lá mais algum comentário conselheiros não, agradecer a empresa os representantes e dizer que nós estamos a disposição sempre que necessário. Então em votação do relatório final da PAH Boa Vista, conselheiros que aprovam contrários, abstenções aprovado por unanimidade **vozes** ok. Helder eu vou te pedir pode fazer a leitura para mim então resolução da comissão, então pode lê. Dispõe sobre o artigo segundo da resolução CEAS 626/2018 relativo a aprovação do plano de assistência social PAS, para da população atingida pela construção da PCH Boa Vista II o conselho estadual de assistência social de Minas Gerais, CEAS mg no início de suas atribuições que lhe foram conferidas pela lei federal 8742/83 de sete de dezembro de 1993

pelo artigo treze da lei estadual 12262 de 96 de 23 de julho de 1996 pelo artigo terceiro da lei estadual 12812 de 12 de abril de 1998 e considerando a deliberação ducentésima quadragésima terceira plenária ordinária do CEAS ocorrida em 17/05/2019 resolve; artigo primeiro fica aprovado o posto de atendimento social da PCH Boa vista II instalado no município de varginha essa resolução entra na data de sua publicação belo horizonte, 17/05/2019 é o mesmo texto para as três, só muda o número da resolução e a referência da PCH e o nome do empreendimento, precisa de ler a três conselheiros, não né ok, então já foi aprovada essa minuta de resolução tá, **vozes** então está aprovada essa minuta de resolução das três em bloco contrários, abstenções, unânime, acabou a comissão de normas, próxima comissão, **vozes** então por favor Soyla e depois o Getúlio. **Soyla-CMAS de Paracatu**; o que que tem contra o CMAS, não sou uma pessoa séria não falar sobre isso. Então o que acontece a comissão de apoio foi conjunta a normas e a gente só tem um ponto, mas é um informe. o nosso informe já iniciou na fala do nosso amigo Helder que é o informe da reunião das URCMAS metropolitanas ocorrida no dia 30/04/2019, em Pedro Leopoldo na câmara dos vereadores a reunião contou com a presença 46 participantes e a palestra da professora convidada Simone Albuquerque sobre a conjuntura atual da assistência social foram eleitos quatro coordenadores das URCMAS do biênio 2019 a 2020 Glauber dos santos Leles representante governamental do município de confins, Maria aparecida baiao representante dos usuários de belo horizonte, patricia carvalho gomes pelos trabalhadores de nova lima que é conselheira estadual também, né patricia e Gilca da luz Cotta r. ramos pelas entidades de cachoeira da prata foi agendada a próxima reunião para 28 de maio em Mário campos foi solicitado também para complementar aqui a presença de um conselheiro, inicialmente se levantará um nome né patricia e no fim das contas foi o márcio ficou para convidado né márcio ou vai ser convidado, viu é isso obrigada. só um informe. **vozes** **Rodrigo**, contemplado Soyla, pronto acabou, obrigado **risos**. Falando da URCMAS reunião muito bacana, depois de paralisada as atividades a URCMAS retoma, eu acho que foi bacana demais o debate, eu acho que Pedro Leopoldo nos recebeu muitíssimo bem eu agradeço Helder, minha filha uma quantidade de bolo, pão de queijo de salgadinho **vozes** é falhamos muito e eu ficou com uma vergonha gigantesca na URCMAS porque a subsecretaria não recebeu o convite. **helder**, o que acontece a subsecretaria ela ia receber o convite, mas estava com uma agente para o mesmo dia sobre é, deixa eu lembrar aqui no dia trinta de abril tinha uma agenda grandão, aí ligamos para a SEDESE disseram assim a subsecretaria á possui uma agenda para essa data. e já está fechado com a GRAMBEL, foi isso tá, nós não falhamos não, aí ligamos para a SEDESE e disseram que a secretaria teria uma reunião Já fechada com a GRAMBEL foi por isso tá, nós não falamos não rodrigo eu liguei para lá aí falaram que vocês á tinham uma agenda com a GRAMBEL foi isso que aconteceu. **Rodrigo** que ótimo não então **vozes** tá, então registra **vozes** Janaína SEDESE, então reforçando o que o Cris trouxe, a gente quer participar então sempre que puder quando tiver eventos, participações, a gente quer conhecer a realidade a partir disso, então a gente faz esse esforço de sempre mandar sempre um representante, tá bom. **vozes**. **Paula** então o convite já está feito, inclusive nós já conversamos sobre isso ontem, que á vamos encaminhar os próximos, MAS DESDE DE já o convite já está feito que vai ser dia 28 lá em Mário campos e na última teve assim a questão da sua agenda e também em parte nós convidamos a sua equipe estava o Henrique a Gabriela que estavam presentes conosco na reunião e o convite foi feito ao vivo para que todos eles pudessem comparecer e que estivessem presente, então só para aliviar um pouquinho porque não ficamos tão assim **risos**. **Rodrigo** eu acho importante esse registro Paula, parabéns, agradeço para não deixar isso em aberto acho que essas portas não podem ficar abertas..... então retiro a falha viu Helder **risos** e agradeço a Pedro Leopoldo enormemente pela receptividade, tinha até vaga no estacionamento para a gente, guarda municipal, tudo do bom, acessibilidade, gente, quase que eu tinha sido escolta do aeroporto para lá de tão chic que o negócio foi, muito bacana né, realmente com a presença que eu acho mais importante né a URCMAS metropolitana sempre ali, a gente tem sempre como primícias ..... Janaína é tentar usar o espaço de a câmara municipal para envolver os vereadores, até o secretário estava, o secretário adjunto né estava lá interino né vereadores estavam lá o presidente do conselho estava lá compareceu foi realmente um

espaço, retomamos a URCMAS com chave de ouro a URCMAS metropolitana para deixar seu legado meu amigo Sávio né , você estava lá ne, então assim a gente retomou essa URCMAS com chave de ouro eu acho assim que a gente vai cuidar bem do seu filho da sua filha tá, **risos** é espero contarmos com você meu amigo Sávio então ok. Próxima comissão, por favor, ..... Francielly **vozes** **Francielly UFMT SUAS DE BH**. Então eu fui, nós tivemos um gt de trabalho que é o GT de denúncias e nós nos reunimos e quando a gente começou as discursões a gente problematizou a seguinte questão. a resolução do CEAS a 642 de 2019 ela já estabelece um fluxo de denúncias para o CEAS e aí ela aponta .... da resolução de que chegou uma denúncia no CEAS vai para o presidente, aí o presidente toma as seguintes medidas e aí ele vai determinas, quando chega até um certo ponto que a denúncia a vai ou para a mesa diretora ou para comissão temática ou para os órgãos competentes a resolução ela tem um artigo daí chega no artigo 15 que fala o seguinte a natureza das denúncias será definida e disciplinada em resolução aí nós discutimos o seguinte deveria ter tido uma resolução especifica para tratar da natureza dessas denúncias e se é uma resolução especifica é com a comissão de normas e aí o GT fez a seguinte proposta voltar com essa discursão para a comissão de normas para a comissão de normas rediscutir essa resolução que fala das denúncia porque aí precisa se discutir esse artigo 15 se vai ser feito uma resolução especifica se vai ser revogada aí é de competência da comissão de normas a gente não quer passar por cima da comissão e também a gente tirou como encaminhamento de colocar para a comissão de normas que o gt está disponível para contribuir no momento que a comissão de normas sentir que tem necessidade de convocar esse GT para auxiliar inclusive né o márcio ele faz parte da comissão de normas estava no GT a gente passou, ele anotou algumas indicações do gt de criar alteração e inclusão na resolução que ele vai levar para a comissão de normas para se discutir lá e posteriormente a comissão traz o produto deles para a plenária. **Cristiano**, eu não sei se eu entendi, mas a ideia então seria para que fosse a comissão de normas faria essa discursão e se fosse necessário o grupo de trabalho seria acionado para fazer a discursão eu sugiro que seja ao mesmo tempo, porque assim tem discursões que a comissão de normas vai fazer que talvez o grupo de trabalho que é composto por outros membros para além que são da dinâmica, é só o márcio né ou não tem mais na de normas, no grupo de trabalho, porque então é assim a discursão sobre o fluxo de denúncias não envolve só a questão da regulamentação da resolução envolve a questão de fluxo mesmo né é esse é um ponto então eu acho que deveria fazer junto. Outra coisa até a joana ontem me pediu para dar esse recado aqui, eu falei ontem na comissão de política, a gente esteve no congresso da AMM essa semana a Joana se encontrou lá não sei se foi a joana ou a Janaína com a ouvidora ajunta de ouvidoria geral do estado e eles á tem um trabalho a respeito disso dos fluxos construídos tem uma expertise inclusive que é dessa questão de fluxo de denúncias e tal e ela se dispôs a vir e ajudar e contribuir na discursão então aí é só esse ponto né **VOZES** **Martha-SEDESE**; é para a comissão chegar no resultado dessa resolução no ano passado nós trabalhamos junto com a ouvidoria do estado tá então ela já veio já fez uma discursão com a gente tá a gente chegou nesse resultado quer dizer que precisa ser aprimorado mas só para constar que eles já veem ajudando tá. **Vozes**. Vamos ver porque ela em si é quase um fluxo né é ela passo a passo ela desenha tudo mais a comissão de normas acho que não vai se furtar a reanalisar o que o GT está apontando né. **vozes**. Rodrigo bem gente vamos ver a proposta de o GT continuar com a, Rodrigo Joana quer falar? Joana – **SEDESE**; é o que realmente o Cris falou a ouvidoria se dispôs a apresentar e a Martha também se dispôs a apresentar os procedimentos que ela tem atualmente que ela está passando por um processo de reestruturação, ela está reestruturando acho que com essa nova gestão, eles podem trazer novos procedimentos, fluxos, eles têm matérias especificas de auditoria que recebem essas denúncias, fazem essa triagem e até esse próprio artigo 15 fala tem que classificar então eles têm isso o que é do onerário eles tem sistemas de dados internos então agente tem que aproveita o que a ouvidoria tem para poder apresentar para a gente e auxiliar. Obrigada. rodrigo, só né joana Janaína, a gente tinha conversado ..... AMM também, depois até mandar um ..... então é isso né Joana a questão da participação acho que é bacana é salutar só para deixar claro, eu deixei claro na última reunião mas eu queria reforçar, meu pedido em

momento nenhum a criação desse grupo foi para contrariar o trabalho ou desabonando o trabalho sabe Martha, que foi feito mesmo, eu lembro do esforço que foi feito eu estava aqui é não foi uma construção de um dia mas o que a gente as vezes tem que entender, e isso tem dado uma angústia muito grande, são as questões que extrapolam o cartorial que o CEAS é que tem que ser a militância cartorial sim a gente lida com isso e não tem como furta mas existem respostas políticas que a gente tem dar e é isso que muitas vezes o território tem cobrado da gente. e aí não pode esquecer também que os conselheiros da sociedade civil as vezes são leigos com algumas matérias né e aí ..... território muitas vezes eles precisam de instrumentos, técnicas e orientações claras do que fazer como fazer então foi um esforço de reavaliar , olha acho que á passou o tempo dessa resolução, algumas coisas aconteceram ficou muito no pragmatismo isso me fez pedir esse retorno e aí está bom e aí é vida que segue não está bom vamos melhorar né vamos caminhar vamos construir processos eu gosto muito de ver ouvir algumas coisas, voltar para empreendedorismo para empresas e aí as grandes empresas elas têm algumas máximas ..... pessoas, processos e produtos então a gente tem que pensar pessoas, nossos processos, nossos produtos estão alinhados estão na sintonia na mesma linha que a gente se encontra. quem são as pessoas os conselheiros nossos usuários e a população que demanda o conselho que são de mandatários de ações do CEAS. o que estamos pedindo a onde a gente vai chegar e qual o produto que a gente está entregando dessa oferta, então acho que a gente tem que pensar muito nisso, nesse sentimento eu gosto de frisar muito nisso. e eu acho que a proposta do Cristiano é mais que plausível e eu acho que deveria ser o encaminhamento. Então eu vou colocar o gt traz a proposta para votar na comissão. e o Cristiano faz a proposta do GT para compor a comissão. Francielly ; gente é porque tem um artigo na resolução que tem que ter uma resolução específica então de qualquer forma tem que ter um trabalho da comissão de normas . na verdade não é voltar para rever a resolução é porque tem um artigo aqui que está pedindo uma regulamentação que a comissão de normas precisa discutir. Então a partir da discursão deles, eu entendo que o fluxo seria esse, eu posso estar equivocada mas a partir da discursão da comissão de normas, aí a comissão convoca o GT ou não, esse seria, mas o GT foi criado para discutir o fluxo das denúncias, a comissão de normas primeiro estabelecer uma discussão que é em cima do artigo 15, eu entendo que é com a comissão de normas primeiro. aí o márcio talvez possa dizer melhor. Rodrigo desculpa Fran eu te cortar, mas é, me perdoa tá eu entendo a sua colocação, mas eu acho que a gente tem que pegar um atalho nisso aí, volta lá esse trem vozes é eu gosto, risos vamos pegar o atalho, isso que dá para fazer para o passo, tá márcio. **Márcio – ASPRON**; acho que é uma discursão que a gente não queria trazer nesse momento quando a gente começou no GT, porque a gente conseguiu amadurecer os pontos de demanda que foram trazidos aqui na plenária, que motivaram à criação do GT a gente conseguiu identificar a onde estávamos nós e apresentar inclusive preposições para que eles fossem sanados tem sim acho que até pelo próprio GT pelo que eu entendi na discursão de ontem a gente caminhou quase que 100% nas questões e o que a gente chegou na conclusão é que a matéria deveria voltar para a comissão de normas para fazer um alinhamento unto com as questões que o GT havia levantado então a gente está tendo a .....do encaminhamento do GT então por isso que a gente pensou na lógica que voltaria seria tratado a matéria na comissão e a gente retornaria a pleno para dar a devolutiva então nesse sentido. a gente no momento não colocou exclusiva é só da comissão, a gente pensou olha o gt pode contribuir se a gente não conseguir avançar na discursão dentro da comissão sim. eu não estou querendo colocar aqui , eu também não estou conseguindo enxergar a necessidade nesse momento, dado a discursão que a gente fez ontem é fato que eu estou dentro do processo então não estou conseguindo enxergar para fora dele , que os demais aqui talvez estejam conseguindo enxergar, por isso eu não estou conseguindo verificar, entender a lógica da gente continuar colocando o GT junto com a comissão para tratar da questão. Eu não estou conseguindo porque estou dentro do processo. Martha acha assim tranquilo, acho que o GT remeteu para a comissão a comissão trata o que o GT colocou por enquanto o GT fica suspenso imagina isso né, e aí quando a comissão der um devolutiva o GT reativa a discursão, não é isso. vozes não aí tem que trazer para o GT e plenária, vozes Francielly o GT já fez umas considerações e a gente passou para o márcio

levar para a comissão, **vozes** aí a comissão vem e da uma devolutiva para plenária, dar uma devolutiva para o GT, para o pleno direto. Martha, é isso que eu queria entender, por que. Rodrigo, tá gente eu estou tentando aqui, é eu entendo acho que não vou me meter se é esse o encaminhamento eu não vou fazer preposição nenhuma, eu não estou entendendo o motivo de não fazer porque pode surgir coisas novas né e aí assim o que poderia matar isso no próximo mês, levar isso para mais dois meses para frente com conferência vindo aí, não sei eu não estou entendendo a resistência não nem sei se é resistência o encaminhamento eu não estou entendendo o porque não acatar de fazer junto mas tudo bem. Francielly ; não, não tem resistência, se achar que o gt tem de caminhar junto com a comissão de normas ok . mas é porque eu e o márcio, a gente pensa da seguinte forma se a comissão entender que deu embrolhe e é bom convocar o GT a comissão convoca eu não estou vendo isso como engessado, a gente pode deixar liberado aqui por exemplo a comissão sentido necessidade de convocar esse GT para uma conversa até mesmo por causa das sugestões que a gente fez, querer esclarecimento, conversar, ampliar essas sugestões, eu não vejo assim engessado. **vozes**. Rodrigo, tudo bem igual eu estou falando eu não vou, não gosto de ficar me metendo na autonomia das comissões não . É esse o encaminhamento, eu não especulei mas eu não faço nenhuma ressalva da minha parte tá não estou fazendo nenhuma proposta, se é esse o encaminhamento eu acredito, vou confiar em vocês tá. é podemos então encaminhar. Alguma questão conselheira? Conselheiros que aprovam o encaminhamento do GT, contrários, abstenções, unanime próxima comissão de política **Luanda – FET SUAS**, primeiro dizer que a gente resolveu o problema da coordenação, que a gente estava provisória na comissão e aí eu fiquei como coordenadora o Cristiano como vice e aí eu quero colocar uma questão que na comissão de política, que a gente vem percebendo, mas que nunca falamos em plenária né. a comissão é muito carregada de trabalho, comissão que sempre tem pautas muito extensas e é uma comissão de bracinhos e perninhas e cabeças pensantes né a gente sente falta, a gente tem poucas pessoas na comissão para quantidade de trabalho que a gente tem né, então dá uma frustração muito grande porque a gente chega ao final da nossa reunião às 18 horas extremamente cansadas sem vencer a pauta. Então hoje eu trago a angustia aqui que a gente tinha doze pontos de pauta nós conseguimos chegar até o quarto somente os outros oito ficaram para pauta da reunião mês que vem . os outros oito diziam de denúncia, coisas graves que estão acontecendo nos municípios e infelizmente deu 18 horas todos exaustos e não dava mais para seguir. Então convidar, dizer aos conselheiros que ainda estão para decidir ainda qual comissão vai venham para a comissão de política, a comissão de política tem muita coisa então quem ainda não decidido e ainda no restante desse pleno ver e pensar como a gente soluciona essa questão da comissão de política que é muito trabalho mesmo e a gente sente falta de mais pessoas. Então passando aí para os pontos de deliberação o ponto um ele vai falar da proposta de construção da resolução conjunta que a gente tem com o CEDCA minuta da resolução 56 de 2012 que dispõe sobre os parâmetros para o funcionamento das entidades de acolhimento institucional e familiar da criança e do adolescente do estado de minas gerais. a gente tem uma estória enorme dessa proposta de resolução os conselheiros que estão aqui há mais tempo vão se lembrar disso, essa resolução ela veio como uma solicitação do MP – ministério público para regular a solicitação de acolhimento institucional no estado só que a gente precisa fazer uma resolução conjunta com o CEDCA e a gente vem tramitando aqui no CEAS desde de 2013 . Neste ano para dar seguimento a essa resolução, a gente, eu trago o informe que a gente participou no CEAS na minha representação da comissão de políticas públicas do CEDCA para discutir a resolução a convite deles a gente foi a uma reunião muito proveitosa, conseguimos construir algumas modificações no texto que já tinha sido apresentado em 2017 textos de políticas que a gente discutiu aqui no CEAS para que a gente voltasse a discutir as duas comissões juntas em uma reunião conjunta comissões de políticas públicas e comissões de políticas do CEAS no dia 08 de 05 no CEDCA , então nós vamos ter uma reunião conjunta, oh desculpa dia 05 de junho a gente vai ter essa reunião às 14 horas. só que na discursão do texto da resolução nós ficamos num empasse muito grande, foi uma discursão muito densa que nós tivemos, tomou bastante do nosso tempo e a gente percebeu assim que o texto tá , ele tem informações muito importante só que ele está numa formatação

muito confusa que iria precisar de uma revisão muito maior que a gente á tinha feito lá no CEDCA junto com os conselheiros e aí o que a gente propôs não é uma alteração no conteúdo mas é uma alteração na forma, é uma resolução que está com um artigo que fala no início a mesma coisa que fala no final, um pouco de confusão ela precisa ser melhor organizada ela vai e volta muitas vezes e aí a gente percebeu que vai precisar fazer uma organização melhor dessa forma , temos uma proposta que é a gente tentar trabalhar no GOOGLE drive enquanto comissão né e nos reunir no dia 29 do 05 às 14 horas em uma reunião extraordinária da comissão. aí a gente precisa deliberar aqui se é possível fazer essa reunião extraordinária da comissão de política porque a gente precisa de fazer essa alteração na forma. e aí a gente duas outras duas alterações a respeito dessa resolução, a primeira que vai ter uma reunião na câmara técnica que esta discutindo o PPECAM para acolhimento institucional para adolescentes que não são protegidos junto com a família que são sozinhos essa câmara técnica eu sou representante e eu vou estar lá no dia 30 do 05 é um ponto importante porque a resolução ela trata disso ela vai tratar do acolhimento institucional de crianças e adolescentes ameaçados de morte e aí eu penso que essa câmara técnica vai ser decisiva, porque ela trata do financiamento dessas unidades de acolhimento dessas unidades que recebem os adolescentes essas crianças e que é uma das cobranças do ministério público e alinhamento dessa redação mesmo dessa parte do PPECAM né. Nesse dia da reunião do CEDCA o que a gente propôs é que no dia 05/06 a gente tem além das reuniões das duas comissões conjuntas a participação também do PPECAM para esclarecer explicar tudinho para a gente conseguir alinhar bem o texto a parte que trata do PPECAM. Então para agora a deliberação a gente pede para que o pleno aprove a nossa reunião extraordinária da comissão de política reunia dia 2/05 às 14 horas, e aprove a nossa ida na reunião do CEDCA no dia 05/06. vozes. Arlete, então o presidente deu uma saidinha aqui, então você vai apresentar ponto a ponto, a gente vai votando as propostas iguais agora estão pedindo a permissão para a reunião. Luanda, então eu acho que ponto a ponto, assuntos específicos. Arlete, a Martha quer fazer um comentário vozes a minuta da comissão. Martha, Luanda o que você trouxe da comissão de política dela, eu queria mesmo que o conselho prestasse atenção porque a comissão de política tem de análise de denúncia e a preocupação das realidades de denúncia é muito grande né então acho mesmo que a gente vai precisar ter um olhar sobre isso porque a comissão de política fica longa as reuniões para debuchar sobre isso, a comissão de normas tentou dar serenidade no processo mas o volume continua muito alto então acho que a gente depois realmente talvez fazer uma reunião conjunta com as comissões de normas e política para a gente ver quem sabe talvez a gente encaminhe isso e ..... para o GT também em, quem sabe se a gente se debuchar no concreto a gente consiga achar uns encaminhamentos. Outra assim parabenizar a comissão porque vocês estão vendo que o CEAS sempre provoca o CEDCA, para a gente achar uma solução para isso, porque isso dá nó nos municípios eles não sabem quem obedece CEAS ou CEDCA, parabenizar porque é um esforço importante e o resultado disso vai repercutir lá nos municípios então muito agradecida pelo esforço que a comissão está fazendo porque é muito importante a gente encaminhar isso aí. Cristiano, é só um comentário em relação a resolução 56 que é essa discursão que a Martha e a Luanda estão trazendo a gente tem feito esse esforço já a muito tempo e desde do início do ano a gente já vem sendo provocado pelo CEDCA no caso o estado quanto a indicação lá dos membros do estado para participar do CEDCA então do desde do início ano a gente tem se esforçado nessa situação principalmente em relação a resolução 56 que é esse impasse aí que está desde de 2013 e outra coisa é o seguinte que a gente também lá e aí enquanto governo que a gente também se colocou a disposição os técnicos lá principalmente da diretoria de alta complexidade que vem acompanhando desde de 2013 essa discursão. Inclusive muitas das alterações que foram propostas nesta resolução conjunta CEAS e CEDCA foram feitas com a participação lá da proteção especial mas a gente sentiu essa necessidade ontem mesmo a reorganização mais aí eu chamei atenção para que a gente tenha o cuidado de não também ficar mudando demais para porque assim a gente custou a chegar em um determinado consenso que foi essa última reunião que a Luanda foi porque se não a gente volta a estaca zero e aí fica com esse cuidado de ir mas também sabendo até onde ir com cuidado logicamente dentro dos

parâmetros porque a preocupação nossa é de respeitar a legislação vigente que é legislação que a gente á tem e que trata dos acolhimentos para criança e adolescente então é isso que a gente está discutindo junto com a SEDESE. **Rodrigo – CRES**; é eu acho importantes essas ponderações suas e é obvio que isso não exime o conselho de fazer o papel dele. a SEDESE tem um papel muito claro porque eu lembro dessas discursões eu estava aqui e faz parte de uma condição difícil e longa então a gente tem que tentar aprender esse processo para realmente não..... e eu acho que a comissão ontem eu estava falando eu subi lê e a gente estava discutindo, a comissão de política é uma comissão muito perversa sabe, risos, não encerra o assunto né tão cedo mas o fato de encaminhar um ofício para um órgão y, z a comissão vai poder falar assim fiz meu papel e arqueei, ela vai ter de monitorar a execução disso num é, daqui um tempo, ela tem que ter uma planilha onde .....município x faz o encaminhamento x y z daí a quanto tempo vou voltar para ver se resolveu ou não resolveu se não resolveu tem outros problemas par a própria SEDESE, quais foram os encaminhamentos e qual a relatividade disso então tornasse o processo moroso e difícil para uma comissão pequena então eu peço aos conselheiros que estão aí em outras comissões que sejam mais solidários, vejam se pode alternar ir para a comissão de política eu sei que a comissão de apoio precisa também, é uma comissão importantíssima desse conselho todas as comissões são, ela dialoga de frente com os conselhos mais a gente precisa, eu acho que a comissão de política ela de fato vai responder muita coisa que a população, que o usuário do CEAS demanda, então eu peço que vocês estejam atentos nisso e tentem ir para lá. Sandra-CMAS de Montes claros; então eu sou da comissão de apoio e ontem com uma conversa com a Maria do Carmo então eu estou me colocando a disposição para ir para comissão política tá, aí então faz essa troca saio da comissão de apoio, a comissão de apoio tem um grupo extremamente significativo está grande então assim poço estar na comissão de política de contribuir lá então é isso daí só para comunicar né. **palmas**. Aloisio-COGEMAS faço das palavras da Sandra as minhas também me coloco a disposição. **vozes** e palmas. Rodrigo; então vamos, mais alguma coisa Luanda? Luanda, bem a gente tem que liberar. Rodrigo, Wilson antes da deliberação, Luanda desculpa. **Wilson-SEF** eu fiz uma proposta ontem a consolação até adiantou que achava complicado mas que assim eu estou insistindo da gente fazer um esforço nesse sentido que seria o seguinte gente, eu tenho percebido nas últimas reuniões que a gente teve de votar para essa resolução que a gente fica muito tempo na plenária discutindo a questão de prestação de contas então qual foi a minha ideia que as reuniões das comissões de orçamento fosse em um horário diferente das outras comissões e que todos fossem convidados para a reunião da comissão de orçamento para que a gente levasse o assunto totalmente discutido só para aprovação mesmo na plenária então assim, rodrigo; questão de ordem conselheiro eu vou te pedir para a hora da comissão de orçamento eu sei da sua proposta eu acho valido a gente pensar Wilson, porque a falta de gente na comissão de política, porque se isso acontecesse eu poderia participar da comissão de política também, então assim isso abriria, porque se reunião da comissão de orçamento fosse em um horário diferente, pessoas de outras comissões poderiam participar da comissão de política, eu só coloquei nesse momento por questão tá colega. Rodrigo, ok Wilson, obrigado eu te dou fala no primeiro momento, Luanda então aí em relação. Muito obrigada a todos e todas que vão vir para a comissão de política para somar, em relação ao ponto um que a gente trouxe acho importantíssimo a gente aprovar a discursão que a gente fez na comissão em relação a dois dias porque serão dois encontros a mais da comissão um no dia 05/06 e outro dia 29/05 um é junto com a comissão de política do CEDCA e outro é uma extraordinária da comissão de política para a gente dar forma na resolução, fecha-la para a gente deixa-la mais redondinha para a gente levar para a reunião do conselho. e o que a gente conversou na reunião é que muita gente do interior vão ter dificuldade mesmo de tempo para vir, mas quem está aqui na metropolitana vai fazer um esforço maior né. Rodrigo; ok vozes, mais alguma, gente depois a gente avalia a questão da, Irajá você está disponibilizando Irajá. Irajá, porque eu já estive afastado, ano passado que eu iria participar da comissão de política então eu estou a disposição. **palmas**. vozes **rodrigo**; aí mês que vem a gente pede para comissão de apoio, gente vamos caminhar. a próxima é a comissão de orçamento a gente precisa de quórum qualificado para votar tá a prestação de contas, então

vamos lá, conselheiros que aprovam o encaminhamento da comissão todos estão cientes dos encaminhamentos, conselheiros que aprovam, contrários, abstenções aprovado unanime. Obrigado Luanda, mais algum ponto. Tem. **Luanda**, um ponto que é de informe que é com relação de uma discursão que nos foi pedida pelo CNAS que é em questão de justiça, a relação do SUAS no sistema de justiça, aí eu achei importante trazer isso aqui como informe, porque se alguém vier cobrar da gente, conselheiro dessa relação com a justiça porque as vezes fica complicado lá na ponta aí agente está tratando disso na comissão de política e vamos propor no próximo pleno a gente vai propor uma oficina para a gente aprofundar no tema tá . em relação ao ponto três foi uma solicitação em relação de recambio e retorno protegido de criança e adolescente e direitos a convivência familiar e comunitária .....CEAS pelo CNAS e CMAS de Belo Horizonte considerando as dificuldades encontradas na definição da competência dos entes estadual municipal de fluxo de utilizar as normativas de políticas da assistência social. e aí assim isso também foi uma cobrança né do CNAS e do CMAS de belo horizonte o que a gente tem aqui de retorno para dar é que foi formado uma câmara técnica da CIB e ela vai começar atuar em junho para tratar desse tema, o conselheiro Elerson foi indicado para participar dessa câmara técnica e a gente vai enviar esse retorno para o CNAS tanto para o CMAS de belo horizonte dizendo que a gente está já participando dessa câmara técnica e que a discursão vai acontecer lá. e aí o último ponto que a gente discutiu na comissão ontem que é o ponto quatro que diz respeito ao relatório de gestão 2018. Esse é um ponto que levantou muita polemica dentro da comissão por a gente pensar e começar a .....as competências da comissão de política porque o que a gente tem em regimento é que está previsto em nosso estatuto que a responsabilidade do relatório de gestão é de todo o conselho e a gente entender que esse relatório de gestão é um relatório extenso o de 2018 parece que são 100 páginas, 2015 a 2018 são muito mais páginas mas a parte referente só a subas é um pouco menos mas é algo bem extenso e a gente tem um outro problema que é a gente não tem parâmetro para analisar esse relatório de gestão uma vez que a gente não está com o plano plurianual de assistência social do estado atualizado. Então a gente ficou sem saber como é que a gente faria essa análise de gestão e a gente dentro da comissão decidiu trazer isso para o pleno também de entender de quem é a responsabilidade de fazer a análise desse relatório entendendo também que ele tem haver com a questão orçamentária e se é mesmo de reponsabilidade da comissão de política e aí em discursão. **Rodrigo-CRES**; ontem eu fui chamado pela comissão e eu concordo que não é só uma atribuição da comissão de política, a gente debruçou um pouco sobre o regimento sobre algumas questões é na falta de parâmetro que a gente já tinha verbalizado isso aqui , algumas vezes e a comissão de orçamento também traz isso nas suas discursões, que essa falta desse plano plurianual de assistência né nós temos o plano orçamentário nós não temos o plano vencido no ano 2013 né vozes 2015 ele venceu, ele é de 2013 e venceu em 2015, então 15 ele venceu, de qualquer forma ele venceu estamos sem parâmetros de qualquer forma e aí a gente pensando, uma coisa que a gente tem de discutir, daí eu não sei, qual é o impacto da gente não avalia-lo e qual o impacto de uma reprovação desse plano, eu não sei dizer, mas para além disso a orientação que eu acho que a gente tem que seguir Luanda para deixar registrado em ata o que foi orientado ontem né eu acho que o caminho a seguir a gente pegar o orçamento PPAG, pegar as prestações de contas digo mais acho que a gente tem que pegar também o que foi pactuado com este conselho. Por exemplo, cofinanciamento de casas lares, quantas casas lares foram financiadas, foi feita uma resolução, piso mineiro quanto nós vamos pagar quantos municípios vão receber o piso mineiro, qualificação, que á estão na prestação de contas né, mas existem as resoluções, então eu acho que a gente tem de fazer esse levantamento de comparar o o que foi prestado contas e comparar o que foi pactuado e não a comissão de política sozinha orçamento tem que andar junto com vocês nesse sentido não sei se a gente tem prazo para liberar esse plano eu acho que não tem que ser correndo, vamos fazer uma coisa bacana , com calma vamos pensar o que tem fazer e caminhar para acabar de avaliar isso. Ivone e Martha. É o relatório, corrigindo minha fala, não é pleno é relatório de gestão. **Ivone – COGEMAS** acho que a Martha vai falar melhor que eu. Porque nós temos aqui nessa casa todos os documentos como resolução todas aprovadas o relatório é o compilado de tudo isso uai. a

não ser que .....o relatório vai dividir de aprovações que á foram feitas. o plano de capacitação foi aprovado, o plano aqui nessa casa tudo que foi colocado ali para execução depois voltou para ser aprovado, as prestações de conta a ultima nos aprovamos o semestre passado, o último semestre então o relatório relata tudo que foi feito aí deixa a Martha explicar, a choque vai falar melhor que eu. **Martha – SEDESE**; só lembrando que o relatório de gestão foi apresentado dentro de um modelo que este próprio conselho estabeleceu como modelo para ser apresentado como relatório de gestão, em anos anteriores era esse o modelo do mesmo jeito que a gente trabalhou com prestação de contas, porque essa coisa para ajudar a ter comparação então só para lembrar o que foi apresentando de ano de exercício era uma exigência da norma e aí apresentado. o relatório 2015 a 2018 foi um cuidado que a outra administração teve de encaminhar para o conselho dando uma informação de uma gestão inteira então necessariamente ele traz outras informações que são informações gerais da secretaria que necessariamente não tem que passar por uma análise e nenhuma deliberação do conselho ele é muito mais complemento, informações que ajudam mais o conselho. é muito mais nesse sentido e uma forma de uma administração a prestar contas tá só para vocês entenderem as .....antigas. Com relação aos planos este conselho começou a discutir o plano plurianual algum tempo ne a discursão foi interrompida, porque o que precisava era até eu a responsável por copilar isso no documento é que tem muitos planos já. a gente tinha o plano de legislação, tinha de capacitação, a gente tinha vários planos e que necessariamente untavam numa peça de plano plurianual de assistência social, só juntava nessa peça. Então o esforço era juntar todos os planos numa peça, mas como fazer isso sem ser uma cópia apenas dos planos entenderam, não podia ser só juntar todos os planos, então o exercício ficou de certa forma pendente na junção dos planos de corpo de uma organização de uma lógica que desse uma visão de integração entre o plano tá, mas assim este conselho tem todos os planos de proteção especial, de capacitação de vários assuntos que é possível para o exercício do controle social acompanhar a execução da política além do PPAG peça orçamentária. a subsecretária agora está fazendo esse esforço de tentar em um documento fazer a produção de tudo isso, que não pode ser um plano , aí abre outro plano, um documento, tentando fazer mais transversal o documento. **Luanda – FET SUAS**; é o que eu ia colocar é realmente isso a questão do relatório de 2015 a 2018, Martha e também em relação o que regimento nosso fala sobre , na verdade é a NOB que a gente á viu, fala sobre a análise do relatório de gestão então porque ela tem de ser anual mesmo aí a gente ficou nessa dúvida ontem na comissão porque a gente teria de analisar um relatório de 2015 a 2018 sendo que essa análise seria anual mas, com a observação que a gente não fez essa análise dos relatórios anteriores, então em 2017 isso parou em 2015 então é isso se a gente teria a responsabilidade de ter de fazer análise desse relatório grandão de 2015 a 2018 á que a gente não fez análise anual de 2015 até agora então essa também foi uma dúvida da comissão algo que a gente colocou lá e problematizou. **Janina – SEDESE** é trazer endosso ao que a Martha trouxe e um complemento ao que a Luanda está trazendo que é bastante relevante , a gente também para todo esse tema ontem, na reunião da comissão de orçamento e financeira que nós combinamos de traz mais detalhes a seguida mas só para a gente adiantar esse ponto o que a gente viu como encaminhando na comissão. Esse esforço que a gente está fazendo como a Martha trouxe, traduzir isso num único documento para então dar origem ao plano estadual para que possa vir para apreciação para discursão ou então pactuação aqui no conselho vamos trazer esse primeiro formato, esse primeiro rascunho em 31 de julho parra que a gente traga para uma primeira conversa, é um esforço como a Martha reforçou, é um primeiro rascunho para a gente poder discutir na pauta da reunião de 28 e 29 agosto. Importante já ver isso como ponto de atenção, já estar atuando internamente como subas e SEDESE para dar esse encaminhamento para então como planeamento a gente pactuar pontuar na verdade pactuar isso na próxima reunião de 28 de agosto. **Luanda-FETSUAS** é então a comissão trouxe isso enquanto discursão mesmo e nosso ponto de pauta acabou. Ficou pendente o que vamos fazer com a avaliação dos relatórios. **Patrícia-CMAS DE NOVA LIMA** diante da fala do rodrigo fique até um pouco confusa porque quando você coloca para balizar em cima de algumas peças orçamentárias fico pensando se não seria mais apropriado que a comissão de orçamento fizesse essa

análise, e até pensando na fala da Ivone também que o conselho já fez isso durante o ano enquanto foi aprovando eu acho está tudo muito ligado a comissão de orçamento eu tive essa impressão mas, também não conheço o relatório de gestão então não tenho como afirmar se é de um ou de outro mas o que o regimento fala é que a apreciação do relatório de gestão ela é uma atribuição de todas as comissões **Cristiano** posso só esclarecer uma coisa **vozes** é só para aproveitar o que a Martha já tinha falado sobre o relatório de gestão. **Cristiano-SEDESE**. o que esse relatório de gestão é um documento descritivo das ações da SEDESE e aí a época se foi 2018 ele vai trazer a estrutura da SEDESE com a subsecretaria de assistência social e a subsecretaria de trabalho e emprego e vai trazer as ações que foram desenvolvidas por essas duas secretarias com os superintendências, diretorias e assessorias de todos os por **etos**, então o detalhamento desses descritivos das ações é lógico que todas essas ações já previstas lá no PPAG que são as ações básicas da proteção especial os programas os projetos então esse documento é um descritivo dessas ações mas, é isso que a Patrícia falou, logicamente ele tem uma vinculação com a questão do orçamento porque ele tem, as ações são as previstas no PPAG. **vozes Consolação-CEAS** o que fazer em relação aos relatórios, acho que a Martha fez um esclarecimento esse de 2015 a 2018 era para conhecimento mesmo e foi encaminhado para todo mundo, o relatório de 2018 com todos os esclarecimentos já dados então pegar esses instrumentais acho que é o que a gente tem de referência os planos paralelos a ela que dá esse conjunto de planejamento das ações o PPAG como o Cristiano falou e a prestação de contas soma isso e em reunião conjunta que o rodrigo sugeriu da comissão de orçamento com a comissão de política que possa fazer a análise desse plano. no regimento interno tem algumas que foi deliberado a bastante tempo, até que também está na pauta de revisão da comissão normas, ele tem algumas coisas, quando fala todas as correções se a gente fala que vai reunir todas as comissões para discutir uma demanda é a plenária. então por isso a um encaminhamento para uma comissão de referência fazer a tratativa dessas. não impedi nesse caso, como foi levantado aqui, um dos instrumentos utilizados para essa análise é a prestação de contas logicamente o convite a gente fazer junta essa análise que vai facilitar as comissões e depois a plenária na sua decisão. **Rodrigo** compreendido comissão? Então vamos caminhar assim a comissão de orçamento a Adelmira como comissão de política e orçamento e a gente pensa depois uma forma de viabilizar isso tudo tá isso aqui com o material ajuntado né Adelmira, é pegar o PPAG tentar ver o que foi pactuado nesse período de pactuação de metas de capacita essas coisas ..... para ajuntar isso. **Luanda** só uma última coisa, em reunião lá no CEDCA a Liziane que é assessora da promotoria de justiça ela solicitou que fosse novamente convidada para as plenárias do CEAS que sempre recebeu convite e parou de receber e aí eu estou trazendo a demanda dela. **Consolação** acha ótimo, nós vamos colar ela no banco, mas a informação quando estávamos encaminhando e-mail para ela é que ela tinha saído nós recebemos essa comunicação não formal mas por telefone ela tinha se ausentado e parece que ela tinha saído, não sei se foi uma licença e falou que não era mais essa referência, mas que bom que é e a gente vai fazer isso. **Rodrigo**; então ok conselheiros que aprovam o encaminhamento da comissão, com a devida alteração, contrários, abstenções. aprovado. comissão de orçamento por favor **vozes**. **João – CMAS PIRAPORA**; Aqui pela orientação da comissão, um pouco forçado, porque eu nem sabia mais se eu era o vice coordenador achei que a gente tinha feito a mudança mais permanece então cabe mim trazer aqui o nosso relato. Ele é grande e eu estou com problema gente para fazer leitura, não estou conseguindo ler nem mesmo aqui de perto, eu pedi a consolação para contribuir nesse sentido e também já deixando claro aqui, que é lógico que vamos discutir ponto a ponto que a nosso ponto é muito grande, eu gostaria de fazer uma proposta para plenária, se a gente fizesse toda leitura do ponto um para depois abrir para discussão certo gente vocês concordam isso, porque é o maior ponto, depois a gente vai explicar no segundo depois o terceiro é pequenininho. Todos de acordo. **Consolação**; ontem então estiveram presentes na comissão de orçamento todos os componentes com execução do César que é o coordenador, por motivo de dengue. Ainda a Gabriele e a Susana da subas estiveram aqui Joana também e a Claudia Falabella, que está faltando aqui. Prestação de contas então a gente colocou, aqui vou falar cada ação o que é o valor orçamentário e depois o que foi utilizado no primeiro trimestre, eu não vou ler alguma

coisa de crédito, anulação porque não houve crédito anulação no orçamento nesse primeiro trimestres e também não vou ler o acúmulo anual porque ele corresponde ao primeiro trimestre ele acumula o primeiro trimestre ok. então Márcio Ferreira é muito número eu vou tentar assim falar o que estão nesses quadros, está bom. se tiver alguma dúvida por favor, você me pare. Ação 4444 é uma ação de capacitação e apoio técnico aos municípios para aprimoramento do **SUAS**, o valor orçamentário é 600.040,00 a meta física 6000 pessoas qualificadas, ela é acumulativa isso foi pactuado no PPAG. Execução física financeira, aí tem um quadro tipo de execução do primeiro trimestre. Então um tipo de execução, execução física são pessoas qualificadas, isso corresponde a 11,46%, isso corresponde aquela meta física anteriormente falada de 6000 execução orçamentária encaminhado 25.739,44, 4,29% do valor total do recurso execução financeira liquidada e quitada 29.929,10, 3,49% execução financeira pago 29.920,10, 3,49%, ontem foi perguntado a execução física com essas 668 pessoas qualificadas o que significa então vou entrar no detalhamento. Detalhamento é outro quadro que tem o tipo de ação e número de participantes. Então na ação vídeo conferência a SEDESE apresentou 551 pessoas, o atendimento técnico externos 55 pessoas. Atendimento técnico interno 48, oficina técnica 28 visitas técnicas 6. então um total de 688 qualificadas. Na ação 4311 piso mineiro de assistência social fixo no valor da loas 54.045.703, a meta física 883 municípios atendidos e não acumulativa. na execução físico financeira. Então tipo do quadro na execução, tudo no primeiro trimestre, execução física municípios cofinanciados 587 municípios correspondendo a 68,82% dos 853 municípios execução orçamentária empenhada, 2.451.040,00 que é 4,54% do valor total da ação execução orçamentária liquidado 2.439.040,00, 4,51% e a execução financeira que foi pago 2.427.40,00, 4,49% do valor total. piso mineiro de assistência social variável valor da loa 9.916.945,00 a meta física pactuado no PPAG 114 municípios cofinanciados não acumulativa execução físico financeira, veiculada, tipo de execução primeiro trimestre não houve execução nesse trimestre. ação 4313 oferta de serviço socioassistencial casa lar valor loa 6.084.009,00 meta física pactuada no PPAG 46 unidades *cofinanciadas* não acumulativo, aí vem o quatro, tipo de execução, execução física 45,96% das unidades execução orçamentária e financeira não houve porque foi esclarecido que houve pagamento no final passado de parcelas correspondentes ao valor de 2019, então a meta foi cumprida para o trimestre mas utilizou-se do recurso do orçamento **vozes** não entendi. no final do ano passado foram passadas três parcelas que é deste ano, do primeiro trimestre é 2019, passou adiantado, então a gente tem o cumprimento a meta foi cumprida física porque foram cofinanciados 45 e aí as parcelas como elas foram antecipadas isso dá zero aqui no demonstrativo porque não utilizou recurso este ano, mas as parcelas foram repassadas, entendeu. ação 4447 implantação e manutenção de serviços regionais **vozes** **Claudia Falabela-SEDESE**, não é só para complementar, que pagamento de casa lar é feito conforme cronograma, então o cronograma de dezembro corresponde também janeiro, fevereiro e março, o próximo cronograma em abril que a gente já realizou o pagamento né que foi um compromisso que a secretária assumiu do piso mineiro e da casa lar então em abril a gente já vem trazendo a informação do pagamento desse ano, que foi o primeiro que aconteceu esse ano foi um esforço da secretária junto com a Janina para cumprir, foi uma das questões que a gente já tem que é o piso fixo e a casa lar. **Janaína – SEDESE** então só complementando o que a consolação e a Claudia trouxeram isso faz parte da atualização que a gente tem de pagamento de contas, no mandato da nova gestão. Então em janeiro de 2019 uma maneira priorizada olha para piso mineiro fixo, casa lar e agora a gente está olhando os próximos passos CRAS regionais. Então como os quadros são trimestral janeiro, fevereiro e março, mas dentro da perspectiva da nossa responsabilidade fiscal de pagamento da dívida. **Consolação**, tudo bem posso continuar ação 4447 implantação e manutenção de serviços regionais de média e alta complexidade valor loas 4.719.678,00 a meta física pactuada no PPAG treze serviços implantados e mantidos, então o quadro tipo de execução e o trimestre. Execução física, serviços implantados 9, 82% da meta física cumprida. Execução orçamentária empenhada 607.778,76, 12,88%, execução orçamentária liquidada 247.142,43, 5,24% execução financeira pago 23.955,61, 0,51%. Rede cuidar, aprimoramento da rede sociassistencial do **SUAS** valor loas 10.000,00 meta física pactuada no PPAG 333 sócio assistencial beneficiadas não houve

execução física orçamentária desta ação nesse trimestre. Apoio ao controle social e a gestão compartilhada do **SUAS** ação 4320 manutenção do conselho estadual de assistência social, aqui né, e da gestão compartilhada participativa do **SUAS** valor loas 1.940.167,00 meta física 154 instâncias de controle social de gestão e fóruns criados mantidos e apoiados. aí tem o detalhamento dessa meta física, vou ler primeiro antes de passar pelo quadro. O detalhamento desse número 154 que todo mundo pergunta assim o que é isso né. Então são implantação e manutenção de 22 URCMAS, 22 fóruns regionais de usuários. 22 fóruns regionais de trabalhadores do SUAS, 22 fóruns regionais de entidades, 22 reuniões regionais gerais, 3 fóruns estaduais trabalhadores, usuários e entidades, 22 conferências regionais, 17 comissões regionais o CEAS e a CIB, ok. Execução física financeira no quadro. Execução física. Conselho ..... na 46 que corresponde no que a gente fechou no ano passado das URCMAS e fóruns mais a CIBE, CEAS e fóruns estaduais. Execução orçamentária empenhada 19.462,55, 1% execução orçamentária executada 9.583,85, 0,49% execução financeira 9.583,85, 0,49%%. Ação 4596 estruturação da política, a gente eu esqueci das conferência regionais e estadual não sei se eu li na tá tudo incluído aí. ação 4596 estruturação da política de atendimento as medidas de meio aberto, valor loas 2.720.000,00 meta física pactuado no PPAG 176 municípios cofinanciados acumulativo. Não houve execução físico financeira neste trimestre aí aqui é só o que já foi falado lá cima o que está apresentando agora é só um detalhamento de recursos transferido pelo fundo nacional para o FEAS só que isso que vou falar agora é só o resumo daquilo que a gente já apresentou mostrando a fonte 56 mostrando o que tem de saldo o que tinha no final do ano e o que tem no final de março ok. Então IGD, bolsa família o saldo em 31 de dezembro foi 630.487,08 foram recebidas duas parcelas do IGD e bolsa família fevereiro correspondendo o valor de 173.728,35 aí fala do rendimento, o rendimento foi 3.788,95 e a despesa realizada nesse trimestre 2.813,45. o saldo em 31 de março deste ano é 805.190,93. IGD **SUAS** saldo em 31 de dezembro 744.086,64 um rendimento de 3854,81 despesa realizada com estagiários 4.776,78 despesas com viagens 1.612,71 correios 27.778,44 FONSEAS 15.000,12 num total de 49.168,55 o saldo em 31 de março deste ano 698.773,40. capacita suas saldo em 31 de dezembro 173.400,21 rendimento 911,03 saldo em março deste ano 173.311,44. Bloco da proteção social especial, bloco de alta e média complexidade saldo em 31 de dezembro 637.555,00 rendimento 3.298,72 despesa realizada, CEMIG 1.267,93 COPASA 797,66 aluguel de imóveis do CREAS 32.577,02 TELEMAR 7.541,09 serviço de informática CREAS 6.111,33. total 48.495,06. saldo em 31 de março de 2019 592.557,66. Programa de erradicação do trabalho infantil-PETI saldo em 31 de dezembro 221.221,09 rendimento 1.157,50 saldo em 31 de março 221.378,17. Essas ações nós já apresentamos acima. Encaminhamento para plenária. Considerando pactuado no PPAG, a ausência do plano para o primeiro trimestre e ausência do plano estadual de assistência social vigente a comissão manifesta pela aprovação da prestação de contas do primeiro trimestre de 2019, ainda ela também solicita a subas informação do pacífico existente do CEAS e do seu pagamento. Solicitar a subas a aprovação do plano estadual de assistência social até 31 de julho, a secretária até já falou isso aqui e para apreciação da plenária de agosto. Encaminhar ofício para a AMM e para o governador priorizando solicitando inclusão na agenda de pagamento o passivo do piso ainda para o COGEMAS para mobilizar os prefeitos, é isso. **João**, Consolação eu queria tirar uma dúvida, mas com relação também, fico alguma coisa, com relação ao plano de aplicação, a tá, é o que nós vamos, **vozes**. gente, questionamentos, aí agora rodrigo, **vozes** **Maria do Carmo-CMAS DE LEOPOLDINA** na hora que você passou a informação da rede cuidar eu não consegui entender a previsão orçamentária de 10.000,00 sendo que o que está pactuado para cada município que não recebeu é 30.000,00 e a gente também tem o conhecimento que esses recursos têm origem da loteria a gente queria mais um pouquinho de aprovação também porque hoje vai ter aprovação quanto a isso de qual vai ser a posição do estado em relação a esses municípios houve uma abertura de um termo de aceite municípios pactuaram foi formalizado um termo de compromisso entre as partes e assim quando o estado faz uma previsão daquilo que está pactuado, até para cada unidade seria 30.000,00 a gente não consegue entender isso aí de uma previsão de 10.000,00 a gente queria uma explicação de como não está, eu não sei usar muito bem termos contábeis seria no passivo como no final

vocês apresentaram ali um encaminhamento, seria essa previsão também no passivo Claudinha, a terminologia seria essa , **Consolação**, só uma coisa e eu passo para você Claudinha, é só para lembrar que esse orçamento nós aprovamos aqui, todo valor que eu falei foi apresentado neste conselho só para falar assim, nós não estamos partindo, nós estamos partindo de uma proposta orçamentária que passou neste conselho eu sei que você vai esclarecer mas é só para gente lembrar que esse 10.000,00 ele também foi aprovado tá.

**vozes** **Claudinha**, na verdade com relação ao orçamento de 2019 aquele 10.000,00 que foi colocado dentro da ação é a proposta orçamentária para 2019. quanto ao recurso da lotérica aqueles 10.000.000,00 só vai acontecer isso se tiver suplementação igual a gente explicou ontem, né caso haja recurso da lotérica a gente pode suplementar orçamento é quanto o resto a pagar da unto, parece que o conselho fez um encaminhamento de solicitar informações dessas questões de e se existe alguma previsão de liberação de restos a pagar, como é que vai ser feito, vocês fizeram esse encaminhamento não é rodrigo, não solicitar sobre o passivo total existente no FEAS e seu pagamento, é tudo **vozes** é por isso que escreveu total do FEAS, tudo que está empenhado e liquidado lá atrás a gente vai encaminhar para o CEAS, ficou empenhado e liquidado é só o piso que ficou as parcelas sem, mas a rede cuidar está toda empenhada e liquidada. **Rodrigo**, só pra reforçar em ata o FEAS pega todas as fonte todos os recursos , caso a gente está pegando a fonte 10 né que a questão do .....a fonte 71 que é da pobreza, irradiação, pega todos os recursos CREAS, rede cuidar vai pegar esse trem todo, e eu quero saber tudo que ficou para trás, tudo que ficou de dívida vão apresentar para gente o que eles estão pensando disso, se eles ..... a gente manda outro documento, a gente manda outras questões, mas vamos ver o que vai chegar **Maria do Carmo**, para trás o 3 em meses o não empenhado como que ficaria Claudinha, na verdade esses recursos ainda existem uma situação, uma forma de execução orçamentária para ainda, de que quanto não se faz a despesa, que se chama despesas de exercício do ano anterior, caso a dívida tenha sido reconhecida e não tenha sido empenhada no ano do exercício ainda assim a gente monta um processo e manda para a secretária da fazenda para pedir autorização de DEA **Maria do Carmo** aí seria indicado deixar como encaminhamento isso para que seja para que seja feito esse pedido de despesas de exercício anterior. **Claudinha**, não precisa não na verdade ele não está aí, mas existe o instrumento que pactuou o recurso de repassar para o município então isso é reconhecido mesmo que não esteja empenhado, se decidir que vai liberar todos os recursos a secretária já começa todos os procedimentos necessários para pedir a DEA tá. e lembrando só que os recursos que não foram transferidos iguais e você perguntou especificamente da rede cuidar porque a gente não recebeu financeiro tá. **Rodrigo** Maria do Carmo sabe o que eu penso, é, eu acho que a gente tem de fazer um adendo sabe consolação passivo de anos anteriores tá dos exercícios anteriores é quando nós estamos falando passivo nós temos pactuações, o recurso vi ser esse para tal finalidade, no caso do piso mineiro é regular é automático então independente, empenho e liquidação é instrumento contábil é jurídico para pagar, mas um ponto pacífico é esse compromisso o que foi compromissado com o CEAS, ..... nós estamos dizendo isso que é muito claro, na comissão e coisa, então acho que a gente não precisa de questionar não, de aumentar a situação aí não. vou passar para a Janaína, nós temos o Ivone e a Sandra. **Ivone - COGEMAS** só a título de informação o COGEMA tem uma comissão que é a comissão de monitoramento do piso mineiro e essa comissão que gerou aquele decreto de compromisso do governador assumindo né as dívidas, então essa comissão praticamente já está definida uma reunião dia 27 de maio com convocação do secretário de governo, secretário de planejamento, subsecretaria, a secretaria da SEDESE para a gente estar cobrando esse passivo, então eu acredito que é compromisso também da secretaria Juca e também da Janaína que esse nosso movimento junto ao governo traga também condições para a secretaria executar essas ações. Então nós estamos confiantes, o COGEMAS também convidou o André Quintão que é líder do bloco na assembleia para nos ajudar também nessa cobrança nesse compromisso aí de prazos pra esse passivo, uma vez que conforme a secretaria explicou para a gente ela estava pegando a secretaria, como a subsecretaria que o compromisso era de janeiro para cá, e que esse passivo compromisso é do governo era um compromisso do governo então, depois a gente viu que o governo já fez

uma negociação com educação saúde e segurança e a assistência não entrou na negociação do governo, aí nos deixou mais apavorado nesse sentindo, aí a comissão de monitoramento vem também cobrar que seja incluído nas negociações do governo a assistência social. Rodrigo, Sandra depois Janaína. **Sandra CMAS MONTES CLAROS**, na verdade é só para ficar registrado. eu não tenho como ir embora discutindo questão financeira e não falar o que estou aqui na garganta. Então toda vez eu falo e vou falar novamente. Considerando tudo que já foi colocado, todo o esforço que tem sido feito para pagamento para regularizar os repasses aos municípios referentes ao piso mineiro e outros serviços a gente reconhece tudo isso a gente reconhece a crise financeira que o estado passa toda problemática que recebeu do governo anterior a gente tem parcelas significativas, os municípios de médio, grande e metropolitana tem parcelas significativas a receber do governo passado que não foram repassados mas eu quero destacar isso, quero destacar também, muito louvável o compromisso de pagar o piso mineiro desse ano mas, o que se pagou na contempla o que foi pactuado, o que nós pactuamos não chega nem a meio por cento do que foi repassado. e eu volto a reafirmar os municípios de médio, grande e metropolitana ficaram prejudicados nessa divisão. Aí eu vou reportar ao município de montes claros o qual eu faço parte nós tínhamos pactuado 85.620,6 mensalmente com o estado de piso mineiro fixo e nós recebemos 2.000,00. **Janaína** mas em março quanto você recebeu. **Sandra** eu posso pegar aqui, então assim janeiro e fevereiro nós recebemos esse valor, então assim eu gostaria de registrar, eu acho que essas coisas a gente tem de registrar, não tem como a gente não voltar nessa discursão, isso é cofinanciamento, é com isso que a gente conseguiu manter os serviços. Obrigada. **Janaína – SEDESE**, obrigada pelos seus pontos, Sandra e Maria do Carmo a gente está também fazendo o levantamento do pagamento do mês de março em montes claros, para que a gente possa trazer também, e aí reforçar uma primícias nossa que é a transparência, a segunda é fazer junto a terceira falar a verdade mesmo que essa verdade doa muito e a quarta reponsabilidade fiscal. Ontem na nossa comissão de orçamento e finança a gente inclusive ouviu dos membros da comissão um ponto que é muito importante para gente, que dói em mim como cidadã, é um ponto que eu mesma tenho muita dificuldade de trazer, mas em momentos que é necessário eu me vejo obrigada a trazer essa questão. A expressão usada pelos membros da comissão ontem foi calote financeiro. Então a gestão anterior, não foi infelizmente responsável financeiramente. a gente tem uma opinião infelizmente..... que geraram.....nos municípios, falaram que pagaria, que pagaria, que pagaria em reunião de conselho que pagaria, pagaria, pagaria, qual é a verdade gente? O que aconteceu no final? não pagou, não pagou. Eu sou uma pessoa muito honesta eu me inspiro muito na secretaria Elizabeth Jucá em termos de fale a verdade, seja responsável e essa é a primícias de nossa gestão. Se eu venho aqui com vocês a gente consegui fazer isso a gente vai fazer, se eu venho aqui e falo a gente não vai conseguir fazer isso eu vou falar, e foi isso que aconteceu. A gente tem infelizmente um passivo que não é da nossa gestão que foi um processo de.....aos municípios verdade seja dita, que a gente entende sim que a partir de janeiro de 2019 a gente vai cumprir com a lei de responsabilidade fiscal, isso é reponsabilidade fiscal, nós somos administradores públicos aqui assim sabe que estamos vinculando nossos CPF nas nossas tomadas de decisão gente, então esse é um ponto para a gente ponderar. Quando a gente traz a lei de responsabilidade fiscal vai garantir a questão da regularidade, que é fundamental, dos pagamentos do estado tem o compromisso e se é obrigação do pagamento é isso que a gente está fazendo, a gente está fazendo recuperação fiscal. a gente está pagando o piso mineiro de acordo com a realidade financeira, não adianta também a gente se comprometer com uma realidade orçamentária. Vamos pensar nas nossas vidas, a gente faz o pagamento das nossas contas em relação de acordo com o que a gente gostaria de ter ou o dinheiro que tem na nossa conta, para a gente pagar a nossa luz, a nossa água, o nosso aluguel a nossa comida, a gente precisa ter reponsabilidade fiscal mudar nosso modelo de como entender. Como administradores públicos e é isso que a gente está focada, e é isso que a gente está falando não por palavras, mas por entregas, por saldo na conta. Porque depois de vinte seis meses sem cair um real na conta dos municípios, está caindo agora e está caindo com clareza a vinculação da arrecadação, a gente não está se eximindo disso está em resolução, está no

orçamento em todos os órgãos do controle social, a gente é muito claro transparente, normativa e legalista e a gente pretende continuar, vinculação de arrecadação fiscal se melhorar a arrecadação fiscal, a gente vai sim repactuar a isso. a gente está conversando ..... para a gente encontrar para todos esses problemas sistêmicos financeiros. é preciso, lanço meu apelo aqui para gente parar e pensar e a gente junto olhar para essa questão. o pagamento ele está sendo feito, o pagamento da gestão anterior que não foi feito a gente admite que enquanto administrador público é nossa responsabilidade, mas a gente também admite e é ..... muito desolado de ter de admitir que houve sim uma ..... houve sim um calote e a gente está assumindo isso. mas essa é uma questão de amortização que aí a gente entra em outra questão a gente lutar para o fato dos recursos da assistência social serem vinculados ao orçamento, assim com são o da educação, e isso é necessária a nossa atuação novamente como **suas** das bases para o alto. Vamos mobilizar os nossos servidores, vamos mobilizar os nossos prefeitos, falar com os prefeitos quando for negociar prefeito não se esqueça de colocar a questão da assistência social, vamos falar sobre saúde, vamos falar sobre educação, falar sobre segurança pública, mas ver prefeito que isso é sistêmico se a gente não tem isso tudo cai na assistência é ou não é? a gente não ..... então vamos pressionar numa lógica Einstein dizia isto, a gente não vai chegar em num resultado diferente se a gente seguir as mesmas estratégias, chegou o momento gente, o estado faliu. quais são as novas estratégias que a gente vai criar principalmente as financeiras para a gente chegar em novos resultados, porque se não o que vai acontecer no final do dia. a gente só vai perder espaço isso está se configurando na reforma da previdência isso está se configurando na PEC 95 isso está configurando nas dificuldades que a gente tem de conseguir repasse estadual, isso está se configurando no CMAS, configurando na AMM que mais que a gente precisa para a gente mudar nosso discurso para a gente mudar nosso modelo ..... para a gente mudar para essa segunda etapa regimental que é olhar a questão de recurso e aí a gente vai ter espaço. se a gente fala com o mesmo vocabulário, com a mesma estratégia com a mesma maneira das pessoas que estão tomando a decisão no governo aí a gente conseguiu espaço, se não, não. se não a gente só vai resistir, mas a gente não vai ocupar, a gente precisa ocupar. era isso obrigada. ok rodrigo, Ivone, **Ivone –COGEMAS** é muito duro a gente ouvir essa questão de que foi calote, né porque todos nós conselheiros que estivemos aqui foram duas reuniões muito profundas, muito tensa com o governo que esse conselho convidou para estar colocando a situação fiscal do estado e é muito assim, a gente falar de calote né eu acho que esquecendo esse calote dos governos anteriores né porque se o estado de minas gerais chegou no débito que está com certeza foram gestões de governos que não foram do PT e comparar a gestão anterior como calote da falta de repasse que não foi só do piso mineiro foram de todas as políticas e quantas vezes que vimos a dificuldade do governador dos repasses do recursos federal para o estado foi um calote mesmo da união para o estado e do estado vários deputados que impediram o governador de exercer várias ações que ele tinha planejado inclusive um decreto, foram várias ações que foram impedidas do governador estar cumprindo com seu compromisso. Então eu acho muito duro falar de calote no momento que a gente vive de tanta construção do **SUAS** no estado de minas gerais com a equipe da SEDESE, com dinheiro, sem dinheiro com o que tinha. Avançar na política de proteção social que nenhum outro governo alcançou de regionalização 9 CREAS regionais né. Eu acho assim se a gente, essa casa puder fazer uma avaliação melhor dessa situação, ficamos penalizados, ficamos. o estado inteiro pagou o pato, todas as políticas saúde educação e assistência. mas quando chega um governo que vai negociar com a educação com a política de saúde e segurança pública por que são constitucional nós ouvimos aqui tribunal de contas todo mundo falando que a assistência era obrigatória também independente de ela ter lá a sua redução na constituição de porcentagem, ela também é probatória, então eu coloco aqui para nós que foi um desafio do COGEMAS fez para a SEDESE. O COGEMAS chamou uma reunião extraordinária da CIB que não aceitava estar no plano de serviço os valores que estão pactuados no quadrimestral, isso foi uma ação imediata, mas que agora a gente não poderia impactar os municípios com mais , não passando 2.000,00 para um município como montes claros o ano inteiro então foi nessa discursão que abriu o COGEMAS uma discursão com

SEDESE na CIB que nós estamos pleiteando, nós não aceitamos o plano de serviço ser não for a parcela cheia. que os municípios vão discutir a parcela cheia. Foi discutido uma LOAS aqui e aprovado por esse CEAS. Então assim hoje eu coloco uma situação de que se nossa gestão se esse conselho não perceber que a política precisa de financiamento, não é com 2.000,00 que vai fazer política nos municípios. nós precisamos sim discutir mais a porte do governo de recursos para política de assistência e é essa loas que vamos pautar dia 27 o COGEMAS com quem mais quiser se unir. para pautar mais aporte ao passivo mais recurso não dá para município de médio e grande porte ficar com 2.000,00. Não dá é esse ponto que vamos tratar dia 27. **Maria do Carmo – CMAS DE LEOPOLDINA**, é só alentando então aos nossos conselheiros, nós também erramos, porque nós aprovamos aqui um programa que pode acontecer mas o serviço que é continuado que a gente deveria ter garantido aqui nessa mesa antes de aprovar para o movimento novo para o estado porque poderia ter deixado o programa para lá, ele veio no momento político sim, foi véspera de eleição então a gente tem que aprender a sentar nessa mesa e priorizar aquilo que a gente vota, porque se não tivesse gasto rede cuidar alguns municípios que receberam não sei porque alguns sim e outros não a gente teria talvez um recurso de piso mineiro aqui de transferência se não tivesse ficado um número tão grande assim, então a gente tem de aprender a priorizar o que a gente vota, porque poderia ter ficado sem programa então votas só na continuidade do serviço né nós aqui também bobeamos. **vozes**. Rodrigo eu ia . **vozes Wilson - SEF** gente eu queria só fazer uma observação assim, porque na hora que a gente ouviu a fala da Janaína e depois a fala da Ivone eu queria falar meu entendimento porque as vezes a gente ouve o termo calote e raciocina calote com caloteiro, então definindo no dicionário o que é calote popular dívida que se contraiu sem a possibilidade e intenção de se pagar, então assim mesmo percebendo que você não vai ter condição de pagar e ainda assim fala que vai pagar isso é considerado calote. só que a gente usa as vezes esse termo de uma forma pejorativa que chega a ofender a gente, mas eu não acho que foi uma ofensa, usar o termo calote, tá. Por assim a sinalização da fazenda que não teria condição de pagar não vem desse ano, vem do ano passado, já vem há muito tempo, então assim, quando se fala eu vou pagar, eu vou pagar sabendo que não vai ter condições e ainda se fala, mas eu entendo isso assim como sei lá fé, como a pessoa acreditar que alguma coisa vai mudar, uma coisa muito bem vai mudar e de repente você vai conseguir para mesmo se você pela lógica, mesmo por devoção você querer ter condição de pagar então. Eu só queria tentar realizar, dividir um pouco as duas falas. Obrigada gente. **Martha-SEDESE** Maria do Carmo só para esclarecer a loteria mineira que é um fato inédito nesse país, acho que é o primeiro estado que conseguiu com curso de prognóstico, financia política de assistência social nem a caixa econômica financia projetos né nessa área nós conseguimos aqui em minas gerais por isso a gente é a primeira vanguarda é não financia serviços então assim claro que eu tenho certeza se fosse possível financiar se recolheria a isso, né estou dizendo assim, ela tem uma política própria, ela é uma autarquia, então tem uma política própria, dentro da política dela o que foi possível capturar foi criar um programa que foi criado em lei estadual o cuidado de se tiver um programa se tiver por lei estadual, de certa forma já buscar vincular que essa fonte também fosse da ..... e não precisasse de todo ano buscar financiamento na loteria e tal, né. Então foi uma experiência foi uma tentativa e é inédito e esta gestão também está de novo junto a loteria buscando ver o que é possível negociar, qual proposta é passiva de ser negociado aproveitar o aporte né, então assim se fosse possível eu tenho certeza, que eu acho que se a política da casa da loteria permitisse seria possível cobrir algum desses deficits colocados aí, só para esclarecer que esse conselho não tomou uma decisão, não foi levado a tomar uma decisão errada, digamos assim, induzida a um erro tá, porque tinha um limite mesmo tá. só para a gente ficar tranquilo, pode ficar tranquila não foi uma decisão equivocada. **Maria do Carmo** isso criado em lei consegui ter garantia como permanente o Martha? Ele é um programa criado por lei né, e na lei cita que ele vem de origem, os recursos de origem isso não torna também obrigatório para a loteria não, essa transferência **vozes Martha**, não conseguimos fazer a vinculação automática, tá. **Joana SEDESE** não é porque tem um artigo da própria lei que ele fala que é condicionado a disponibilidade orçamentária financeira do recurso passado pela loteria, então não é obrigatório de acordo com a disponibilidade mesmo **Janaína SEDESE-**

como ponto de esclarecimento a questão da dificuldade, horas que a gente tá cuidando né, e aí fazer uma série de encaminhamentos negociações atende inclusive para a loteria para que a gente possa reconduzir essa questão. então a título de transparência a gente está trazendo o dado aqui que é o dado da execução mais o dado da negociação da articulação do encaminhamento para que a gente possa seguir o programa e receber repasse da loteria isso tem sido feito tá de maneira expressiva pela nossa secretaria Elizabeth jucá ela está numa série de negociações, tentando encontrar uma forma, de caminhos também para que a gente consiga olhar essa questão tá. Então .....de encaminhamentos com a secretaria da fazenda, o piso, para casa lar e alinhamento com a rede cuidar, isso é um ponto de liderança que a nossa secretaria tem feito com bastante resultado positivo, tá bom. **Márcio Caldeira** – ASPRON acho que a gente tem de trazer a memória também que o programa da rede cuidar tem sua origem através de uma emenda popular pela revisão do **PPAG** que ocorreu na assembleia eu não estou lembrando o ano, não sei se foi 2016 ou 2017 a partir dessa emenda popular quando a gente conseguiu aprovação da proposta que foi apresentada na revisão do **PPAG** e derivou a lei da rede cuidar. Foi uma proposta construída junto com a comissão de participação popular da assembleia legislativa então é um projeto que vem construído da sociedade civil e organizado nesse sentido e que se realizou enquanto lei estadual. **Rodrigo**, ok então é, em regime de votação. o que tinha que ser dito á foi dito não tem nenhuma inscrição mais é então os conselheiros que aprovam a prestação de contas do primeiro trimestre de 2019 com os encaminhamentos, contrários, abstenções, aprovado unanime. Segundo ponto **Consolação**, João deixou aqui eu estou apegada ao microfone, João deixou aqui o resto das **risos**. Ponto 2; plano de aplicação financeira do FEAS relativo a 2019. Foi apresentado e aí eu não vou ler o quadro, porque vocês vão entender pelo encaminhamento, foi apresentado ontem o quadro da programação, do plano de aplicação dos recursos para 2019 que foi apresentada a divisão dos recursos que constam na lei orçamentária anual, mês a mês e explicando inclusive foi pedido a colocação junto a cada ação de metas e a descrição e no meio da reunião a gente foi é, a comissão foi trabalhando a prestação de contas e comparando e com esse plano e ela chegou a conclusão de ela não analisaria o plano financeiro pelo fato de ter tido conhecimento da planilha naquele momento, então que a conselheira Juanita inclusive ela tinha uma sugestão de um plano, de uma planilha de apresentação desse plano e foi falado isso também na comissão então pelo fato de ter chegado na hora não deu para fazer a análise e ela lembrou dessa planilha foi conversando e acordado na comissão então a comissão disse assim quem sabe a SEDESE poderia estar analisando isso e vendo se pode aproveitar essa sugestão para que fique mais claro aos conselheiros para aprovação a análise e aprovação de plano. então o encaminhamento gerado nesta comissão foi encaminhar a sugestão de plano de aplicação elaborado pela conselheira Juanita para a subas na SEDESE para avaliação de possível adequação e aí envio para próxima plenária, o envio inclusive muito interessante que está acontecendo que está sendo pactuado na comissão, agora prazos reais, a gente fala assim que dia vai chegar, então foi acordado cinco dias antes da comissão, ok então esse é o encaminhamento. o encaminhamento então, seria o ofício a SEDESE fazendo isso, encaminhando essa sugestão para uma análise de seu aproveitamento. **Rodrigo**, em discursão **Ivone-COGEAS**; não eu só acho assim a conselheira Juanita não está eu também não estava, eu passei mau tive de sair. eu acho que a conselheira tem uma proposta de plano de aplicação para 2019, a minha sugestão e que a conselheira compartilhe com os conselheiros faça uma né, nós façamos aqui também uma leitura da proposta da conselheira e depois a gente poderia encaminhar a SEDESE para que ela possa avaliar a incorporação do plano ou não. Então foi uma ideia que tive aqui agora **vozes Martha** eu queria só fazer uma recomendação, já que aconteceu esse fato, eu acho assim a comissão os membros estão negociando tentando achar o melhor caminho melhor modelo e tal havia uma flexibilidade né, mas entendo que depois a análise da comissão sobre o plano de ação e aplicação o encaminhamento final deve ser da comissão para a gente ter cuidado com isso né, mas que isso não gere algum prejuízo é a frente né porque aí foi uma dificuldade de instrumentos e não de cumprir o que o conselho requisitou. Então para a gente registrar isso com muito cuidado, com pertinência porque aí a forma e não o fato é porque se não né a execução vai

continuar não vai ser comprometida, depois a gente vai ter de fazer os ajustes para alinhar tudo, que isso não gere nenhum prejuízo né, depois tá. **João – CMAS PIRAPORA;** também nesse momento estou como coordenador da comissão e aí eu acho que a gente está muito tranquilo com a proposta da Juanita, porque a proposta da Juanita é para que ela trabalhe junto isso até com a própria companheira da subas a subsecretaria então eu que não vai ter prejuízo e o encaminhamento para a comissão, para os membros da comissão aí eu sugiro que possa ser até para todos é que será encaminhado até cinco dias antes da plenária, quando a gente chegar aqui na próxima plenária a gente já vem com o documento com a proposta para apresentar com a decisão da comissão de orçamento e finanças **vozes Janaína – SEDESE;** complementado o que a Martha trouxe e o João trouxe e aí só a título de registro foi de fato isso que a gente deu o encaminhamento ontem. é porque a gente quanto, a equipe trouxe um instrumental para ser apreciado na comissão, então foi esse o entendimento. o material estava disponível tal como pactuado inclusive no planejamento que a comissão fez para entrega do ano tá. Então essa é um dos pontos pactuados a gente tem agora um calendário de instrumentais a serem entregues e o instrumental previsto para a reunião de comissão ontem também para registro, para que fique em registro, foi apresentado e aí a gente enquanto comissão falou e pactuou que, o encaminhamento e os processos orçamentários e financeiros eles sabem porque a parte do governo foi apresentada foi entregue foi, foi, estava na mesa no momento em que a gente se comprometeu a fazer isso tá. e aí dada essa realidade, então a parte do governo foi entregue tal como esperado a gente seguir para melhoria do instrumento atitude transparente de monitoramento de fortalecimento do controle social pra que os conselheiros tivessem sempre informações cada vez mais simples de serem interpretadas. **Consolação,** então só para complementar né janaína, inclusive eu falei que do instrumental que tinha diferença, ela falou que não tinha problema no instrumental, ela só queria o tempo, ela flou assim, a única visão dela era associar as ações ela ainda falou isso no final, ela falou é a mesma coisa incluindo aí as ações para a gente ver que ação está vinculada com a questão do recurso foi só isso, ela falou inclusive é por isso que ela falou para fazer uma análise. colocou isso. **Janaína** então a título de transparência e de registro não tem ônus nenhum a execução prevista pelo governo em questão de calendário é só um perspectiva didática de melhoria do instrumento, tá então tem essa desvinculação também para a gente não ter nenhum ônus como a Martha bem mencionou e trouxe aqui a atenção, tá. **Rodrigo** a gente é, o encaminhamento da comissão nem é para aprovação do plano e aplicação, é encaminhar apenas o modelo para a gente poder trazer a posteriori o plano de aplicação. então isso tem de ficar claro, porque a gente não está colocando aqui para aprovação o plano de aplicação. é mais algum comentário conselheiros. podemos então colocar em votação o encaminhamento. Então conselheiros que aprovam o encaminhamento da comissão, contrários, abstenções. Ivone **vozes Consolação,** tem mais um ponto,. o último ponto da comissão é uma emenda federal, apresentação a autoria, ah eu vou ler viu gente está todo mundo né então vamos ficar, eu leio direitinho é apresentação autoria do deputado padre João deputado federal objeto; estruturação da rede socioassistencial de proteção social especial, aquisição de veículos e equipamentos, valendo 300.00,00, todo mundo sabe que essas emendas elas vêm carimbadas e foi para o FEAS já aí as entidades beneficiadas. Associação Urucaniense de apoio ao idoso, Urucânia no valor de 41.500,00 para aquisição de veículos de cinco lugares. Lar divina providência da sociedade São Vicente de Paula Ipatinga valor 73.800,00 para lavadora industrial, centrífuga, extratora e calandra. Asilo João XXIII de ..... valor de 73.700, aquisição de veículo de 7 lugares. Associação pais e amigos excepcionais de santa bárbara valor 71.600,00 para aquisição de veículo de 7 lugares. Lar velhinhos viçosa valor 41.500,00 para aquisição de veículo 5 lugares. Amparo legal portaria do ministério do desenvolvimento 2.600 de 2018 que dispõe da utilização de recurso transferido fundo a fundo do ministério do desenvolvimento social para incremento temporário de estruturação para rede do âmbito do SUAS. Encaminhamento para plenária pela comissão, a comissão manifesta pela ação da emenda. **Rodrigo vou** fazer um comentário que eu consultei a joana aqui, porque eu tinha uma dúvida, qual que é a grande questão. a lei 13019 de 2014 que estabelece o marco regulatório as parcerias entre entidades e a minha dúvida era, porque o CEAS historicamente aprovava e

infelizmente gente, só justificando, eu tive de sair da comissão para ir na comissão de política tá, por isso que não participei dessa parte. e a minha dúvida era se a gente poderia continuar aprovando emendas nesse sentido com a questão do marco regulatório, e aí a joana trás para mim que o artigo 29 do marco regulatório, em, vou ler, é artigo 29; os termos de colaboração e fomento que envolva o recurso decorrentes de emendas parlamentares as leis orçamentárias anuais e os acordos de celebração, serão celebrados sem chamamento público exceto em relação aos acordos de cooperação quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de patriotamento de recursos patrimonial hipótese em que o respectivo chamamento público observar o disposto na lei 13204 de 2015 . é isso responde porque aqui não é transferência de patrimônio apesar de citar, para que emenda eles vão ter que montar plano de trabalho alusivo a isso que eles estão fazendo né. estão pleiteando a transferência de recurso voluntário que é fruto de emenda parlamentar então é o que o artigo 2 está dizendo, então não cabe chamamento público para essa dispensa. é não é, é uma coisa no ..... assim né vozes, e aí a questão é liberado tá. Eu estou fazendo esse registro para que a gente registre em ata que o CEAS se preocupou com as questões de legalidade que estão postas em relação público e entidade. Por isso que estou dizendo e fiz questão de ler o artigo, porque o marco regulatório ainda é muito novo, está trazendo diversos conflitos em entidade nessa relação as entidades estão sempre penalizadas, então para entender .....fez a leitura de acordo com sua era né, no seu tempo. Então está de acordo. Em discursão. **João-CMAS DE PIRAPORA**, eu fiquei com uma dúvida ontem também Rodrigo com relação a legalidade dessas emendas, porque eu até perguntei alguém me respondeu não lembro que foi que respondeu, eu falei olha, é preciso vir para este conselho uma vez que quando o deputado federal coloca a emenda lá ela já vai direto para um município ou melhor para uma entidade, com é que é isso, porque eu não entendo eu nunca procurei saber de que forma isso se torna legal, porque assim vem para o conselho estadual para a gente fazer uma discursão da emenda mas o recurso vai direto para a entidade ou vai para o município, eu fiquei com essa dúvida, alguém respondeu mas eu não fiquei satisfeito com a resposta eu queria saber disso agora de novo, acho que a joana até falou isso um pouquinho, foi a Juanita, eu fiquei com dúvida para saber como é que se dá isso vozes. **Claudinha**, é gente na verdade a indicação de emenda o deputado indica a emenda o órgão diz se acata ou não. existe um sistema agora do governo federal que chama **siguetv** ele é novo para mim também, eu estou mexendo com ele agora nesse primeiro momento a gente tem uma emenda também do Patrus que a gente vai começar executar, que não fui eu que fiz a parte do documento e o deputado indica aonde ele quer colocar a emenda isso eu não consigo explicar qual lei que diz que ele pode indicar que é lá, mas a indicativa de emenda a gente pode dizer não, a emenda de investimento agora tem de ser fundo a fundo ela tem que vir para o fundo e a questão da gente ter que dar o pareceres é porque não tem recurso nenhum que vá para o fundo sem a apreciação do conselho né, então tanto que a emenda não segue se a gente não tiver esse tipo de aprovação então é uma questão assim, ele indicou e vai para o fundo. a gente vai fazer todo o trabalho não existe aí nesse caso repasse a gente faz aí a aquisição toda e faz o termo de **execusão** para a entidade ele não pode fazer direto para a entidade com recurso de investimento. **João** a minha dúvida Claudia é o seguinte porque tem de passar aqui no conselho estadual para aprovação uma vez que esse recurso vai direto para entidade é só essa, vozes não tem nada, porque assim, um vez que a gente aprova, se o conselho aprova torna legal o repasse do recurso **Claudia**, na verdade **o congresso** criou a portaria, 2601 aquela que está lá portaria 2601 para fundamentar essa questão da transferências da emendas fundo a fundo, eu não decorei ela toda mas assim se precisar a gente da uma olhada nela, a gente abre a portaria, a gente da uma olhada nela. **Aloisio – COGEMAS**; é João, o entendimento que tenho até então o caso de recurso de emenda parlamentar vai depender muito do ministério originário dessa emenda né. faz a indicação, no caso específico existe uma primícias sim, que a entidade deve ser cadastrada no **quineas** e normalmente o deputado faz a consulta no município de quais entidades que estão com o cadastro em dia para que ele possa indicar essas emendas mas é necessário que tenha uma resolução no conselho para aprovação dessas emendas e as entidades têm de apresentar um plano de trabalho no conselho

municipal **vozes** . **Rodrigo**, João é **vozes** não a Ivone desculpa Ivone. **vozes Ivone- COGEMAS**, é, eu não sei por que eu também tive a experiência de receber a emenda parlamentar pelo **simtv** estou também respondendo e tive que reunir o conselho, além do gestor dar o parecer favorável o conselho tem que aprovar a **GND**, chegou lá para mim foi investimento e custeio. Então assim o conselho tem que ir ao **siguetv** para o seu parecer. Porque veio para o estado emendas que eram para os município aí que para mim também assim, poderia ter **vindo .....** para o município x tal, tal **porque .....** 300.000,00 para tantos municípios no estado e aí como ele passou pelo estado não tem como ser o conselho municipal para dar esse parecer como a emenda foi aceite foi feita no estado o órgão de controle que tem que dar parece ser esse órgão aqui que o CEAS né, só entendo assim. se tivesse ido os 41.000,00 para tal entidade tal, tal, era direto é o órgão lá, o conselho que dar esse parecer, como quem fez o aceite foi a SEDESE né, por isso que esse conselho tem que dar o parecer também **vozes**. **rodrigo** só para ressalva me inscrevi, mas vou passar para a Sandra, depois sou eu tá. **Sandra- CMAS MONTES CLAROS**, lá em Monte Claros nós trabalhamos duas emendas dessas, as duas entidades que receberam uma foi a APAE, agora recente ..... eu estava aqui mais também resolvendo problema de emenda lá com o pessoal, e aí as propostas são essas mesmas a entidade recebeu ela foi contemplada com , mas não recebeu o recurso ainda, mas ela foi contemplada e nós da secretaria fizemos todo o processo de entrar no **siguetv** cadastrar a emenda tudo direitinho, tivemos de ir lá para o conselho, o conselho teve que aprovar a comissão do marco regulatório a comissão vai organizar plano de serviço, plano de aplicação desse recurso aí então assim é isso. Agora pergunta assim, porque a entidade tal ganhou a emenda, porque o parlamentar, assim foi indicação dele, nossa a gente não sabe nem porque, mas foi indicação dele lá em monte claros é a segunda emenda que gente trabalha, já. **vozes Janaína SEDESE**, acho que são os pontos que a Sandra trouxe mesmo né aqui a gente está fazendo esse exercício mesmo, como o próprio Rodrigo .....e aí para controle, participação a gente fez questão de trazer para o conselho para que a gente pudesse pensar junto, pactuar junto e estamos com esta questão o conselho querendo ..... é esse exercício que a gente tem que fazer na prática tá bom. **Rodrigo**, o gente é para apaziguar as coisas para apagar o fogo com gasolina eu tenho um problema com esse negócio aqui. Eu estava observando é tal é cartorial, mas aí eu queria ouvir da secretaria executiva qual o movimento que fizemos para saber quais entidades são essas, não sei se nos compete também mas de repente estou falando aqui enquanto conselheiro estadual de forma cartorial apenas, falando não liberar 71.000,00.....direito então assim qual o cuidado que a gente tem que ter com isso. Se tem obrigação de passar pelo CEAS aí sabe João não vou nem discutir é a lógica, não mais de qualquer forma se tem que passar eu não posso simplesmente concordar eu tenho que perceber e aí assim, eu sei que eles tem de montar o plano de trabalho, antigamente era no SIGOV mudou agora né **vozes** é convênio ah tá **vozes** essas emendas fundo a fundo viraram convênio então continua existindo SIGOV e ainda é SIGOV tá **vozes**, calma conselheiros. Vamos lá e aí sim eu gostaria de retirar esse ponto da pauta para a gente discutir enquanto mesa diretora, eu sei da importância das entidades **vozes** tá ok. Não tá gente eu não quero tirar recurso de um município muito menos dessas entidade, eu conheço Urucânia, eu trabalhei em Urucânia eu sei qual entidade que é sabe a usina de lixo de Urucânia era para..... eu sei tá risos, é vizinho de Santa Cruz, Santo Antônio do Gramma Oratórios conheço a região e algumas outras, conheço Viçosa e tal né, não vem ao caso beleza então. **Vozes** eu vou fazer isso, vou fazer uma recomendação de que na próxima emendar parlamentar o conselho busque elementos, busque saber que entidades são essas pelo menos que ligue para o município para saber se for preciso vá lá inclusive, ligue para a regional da SEDESE que está lá pertinho para olhar né, jogar no que der, mas nem todos é, a gente observar, fazer o movimento de investigar qual entidades são essas, saber que entidades são essas para a gente não correr o risco de liberar 71.000,00 para uma entidade que de direito do usuário seja lá qual for. Acho que temos de tomar alguns cuidados, várias precauções, acho que essa é minha recomendação então e eu mantenho na pauta, Márcio. **vozes Márcio Caldeira – ASPRON**, acredito que as entidades teriam de apresentar um plano de trabalho, não é isso, as entidades teriam de apresenta um plano de trabalho tem que ter

uma habilitação jurídica para esse recurso.....então existe todo um processo administrativo legal que vai dar o **arbouço** da legalidade dessa transferência. Então assim eu acho que existem situações aí de cerco né minimamente para que este recurso seja destinado para entidade que tenha características da idoneidade a gente espera que tenha. acho que o processo para mim, é uma somatória, a recomendação que você está colocando alimenta e fortalece ainda mais esse cuidado que a gente tem de ter nesse processo de transferência. **vozes**. Outro ponto também a questão do marco regulatório na sua elaboração houve uma tentativa no próprio marco de que esse tipo de transferência fosse evitado só que o lobe encima do marco regulatório foi muito forte e foi retirado o dispositivo que acabava com as emendas parlamentares então o marco regulatório tinha o objetivo como esse queria então permanecer. **Paulo – SEGOV**; eu vou falar **com muito conhecimento**..... com intenção **mesmo** .....emenda, se o deputado João. Inclusive fiquei na dúvida ele é estadual ou federal? Federal, se ele como deputado direciona o objeto da emenda dele, mas parece que nesse caso aí está toda atrapalhada, já vem à emenda dele, pelo que eu entendi. Então não entendo ter muito sentido dessa aprovação do conselho para esse destino que ele já deu. Agora como já foi conversado com o .....aqui em outras ocasiões talvez uma emenda tenha sido mais iníqua mais vaga e destinada para que o FEAS decidisse o que fazer com aquele recurso, mas no momento que aparece uma proposta específica um objeto bem detalhado como é o caso que está ali sinceramente eu não consigo entender de porque submeter a apreciação da aprovação ou não. **Consolação** é todo recurso tem que ter aprovação do conselho tanto isso que passa por aqui mesmo sendo emenda tá é a lei e aquela portaria regulamenta isso também que fala das emendas quando ..... fundo de assistência social . **Paulo** aí o deputado pode pedir recurso . Consolação, não aí negou não tem recurso para ninguém Paulo, então a emenda dele cai por terra. **vozes** **Consolação**, agora é, não. Só quero falar uma coisa. Eu tenho uma sugestão, gente, como é um órgão de controle social eu acho que o conselho deveria mandar um ofício aos conselhos municipais falando disso que foi aprovado, falando para eles fazerem o devido acompanhamento da entidade. **Rodrigo**, eu gostei do encaminhamento, eu mantenho o meu também o meu pedido, da gente tomar o cuidado, eu acho que é dinheiro público, né nunca é demais. Ivone, terminando na Ivone, gente por favor, a gente tem ponto de pauta ainda. **Ivone COGEMAS** só uma coisa porque eu não sei acho que a Claudia deve saber explicar um pouco mais sobre isso. Quando as emendas passam pelos convênios elas não torna como emendas que vai para a receita..... e dá, eu acho não sei é , e como para investimento, para custeio eu sei que ela continua na receita ..... para investimento parece que não isso na lei lá..... a gente tem .....para que as emendas venham para o fundo essa lógica que foi conversado aqui, mais, o fundo discuti como vai fazer na lei 13019 tal, tal é essa lógica que a gente vem debatendo. Mas a gente sabe que além da lei tem essas possibilidades vem transferência fundo a fundo, mas vem carimbada para as entidades que vão. Deve ser denunciada. Rodrigo, essa coisa é uma matéria da comissão de orçamento então que volte para a comissão de orçamento para a gente estudar lá , entender lá, e trazer para a plenária porque acho que a maioria dos conselheiros que não são gestores não devem ter entendido da corrente líquido que, que é não é tá por favor né Consolação e conselheiros, por favor, conselheiros todos estamos cansados, temos ainda um ponto de pauta. por favor. **Consolação** é só para esclarecer, a Claudinha e a Martha estão lembrando que esse ofício para o CMAS tem que ir, quando o bem for repassado porque a emenda a gente faz todo esse processo até chegar no final do ano e do recurso, então tem todo esse processo tá. **vozes**. **João**, gente qual é a dúvida que fica nele é porque a SEDESE e o conselho estadual não faz registro de entidade aí quem deve fiscalizar é quem faz registro dela, lá na ponta que é no município, isso então é só isso. **Rodrigo**, então eu acho Consolação que esse ofício não tem que ser enviado quando for passado o bem não, eu acho que tem de avisar que o CEAS aprovou que a entidade tem potencialidade de receber né, que acompanhe e inclusive o recebimento sem prazo, a gente fez ofício direitinho porque uma emenda, tal, tal, tal,tá e que o conselho acompanhe isso ok. Em votação então conselheiros emenda do padre João, contrário, abstenções. Unanime. No ponto de pauta **vozes** a tá Barão de Cocais, gente é o ultimo ponto de pauta. A situação de Barão de Cocais é uma situação grave, a subsecretaria

postou no grupo a gente , já está na mídia inclusive aí eu acho que a gente tem de pensar uma ação quanto conselho né o que vamos fazer diante disso e quais as estratégias, eu sei que a equipe da SEDESE está toda mobilizada para entrar em cena caso seja acionada, mas e nós enquanto controle social, quais providencias nós vamos tomar, quais as proteções que nós vamos buscar o que nós vamos fazer eu acho que a gente tem de discutir rapidamente isso aqui. Uma das questões que eu estava pensando é a gente tentar ir a barão de cocais, ou ligar para o presidente vê se consegue ainda hoje pegar o nome do presidente pelos documentos que a gente tem tentar fazer um contato com ele mas já deixar aqui assim que preciso for tirar o nome de algum conselheiro para ir lá conversar com o controle social e já preparando, porque a bem da verdade já era para a gente ter ido, né nós que não conseguimos, não tivemos perna por diversos fatores no temos dificuldade de carro também na subsecretaria né Janaína e aí então pensar como nós vamos fazer para apoiar o controle social, porque é o que falei na AMM. o controle social é ao meu entendimento para além de ser protetor ele é guardião da política de assistência e aí a gente sabe que depois de uma calamidade uma tragédia como aconteceu tanto em brumadinho quanto em mariana os impactos que ficam para o suas são enormes e a gente muitas vezes fica colocado como coadjuvante se olha um monte de coisas e o SUAS muitas vezes fica **arrebeque** a gente tem de brigar para conseguir se legitimar pelo menos é a sensação que eu tenho e aí eu penso que o controle social ele tem papel fundamental nisso né, de proteger o gestor, de proteger a gestão a política de assistência social e aí compor ao meu entendimento o conselho se ele é um conselho organizado ele tem que compor as esferas inclusive das mesas de negociação nós temos que estar lá e aí a gente tem que preparar este conselho para isso então o ponto de pauta está nesse, eu abro para discursão. **Cristiano – SEDESE** acho que é só dar um panorama rápido para todo mundo entender o que está acontecendo. Barão de Bocais em fevereiro se não me engano dia oito de fevereiro acho que no mesmo dia de Tatiauçu. Houve elevação do nível de segurança da barragem né. em barão de cocais e aí houve essa elevação do número de segurança que ficou no nível dois que significa a necessidade de retração de toda a população que fica na zona de alto salvamento que é logo abaixo da barragem, então em três ou quatro comunidades que está próximo a cerca de quinhentos foram evacuadas por dia. eu estive lá junto com a Susana que é diretora de proteção a gente esteve lá logo na sexta feira no mesmo dia, foi na madrugada de quinta feira para sexta agente chegou lá na sexta pela manhã e acompanhou junto com a Raiça que é a gestora municipal de assistência social do município, todo o trabalho de acompanhamento de relocação dessas pessoas que foram para casas de famílias e hotéis em Barão de Cocais, Santa Barbara e Caeté, é pela vale e a gente iniciou todo um trabalho junto com a Raiça de orientação em relação de qual os procedimentos quais as competências da assistência social visto que numa situação como essa quem comanda todas as operações é a defesa civil, mas um momento de CAUS muito grande a assistência social fica muito confusa e é muito acionada e muito demandada então agente foi para lá também para dar essa orientação sobre o que, que é da assistência social. Bom e aí ao longo desse período fevereiro e março a gente vem acompanhando todas as ações lá do município, as dificuldades que o município tem também a gente apoiou o município na elaboração de um documento que foi apresentado a vale solicitando a contratação provisória de profissionais para assistência social porque lá apesar de ter um CRAS um CREAS a equipe não era suficiente para dar conta de todos os acompanhamentos necessários é para essas famílias. no mês de março ou abril não me lembro ouve o primeiro treinamento de evacuação porque no mês passado a barragem saiu do nível dois e foi para o nível três não só lá em barão mas em outros municípios também ouro preto, itabirito e no dia ..... é o último nível né então a população, eu estive lá também para uma reunião para articular com o ministério público e com a secretaria de estado de saúde e o pessoal da saúde mental que estevava nos acompanhando lá também porque havia um clima de insegurança de medo de angústia muito grande da população inclusive relato andava pelas ruas conversando com as pessoas com uma profissional da prefeitura para saber qual era o clima da cidade engraçado porque ela me falou assim podia romper logo de uma vez essa barragem porque assim ficar esse **engoch** de saber que o trem pode romper é pior que o negócio romper né enfim, então as pessoas

estão nesse clima de insegurança por isso também a gente articulou a participação da secretaria de saúde junto com a saúde mental porque existe uma demanda muito grande de auxílio, não só da acolhida mas também de auxílio dessa demanda. Então o município desde semana passada ela se encontra nessa situação a barragem está em nível três é isso, a gente cuidou da elaboração desse documento e vem acompanhando a gestora deste município. Mas isso que o Rodrigo falou é importante porque a gente vem participando de algumas reuniões inclusive com outros municípios e a gente sente muita falta da participação do conselho municipal de assistência “é preciso que esses atores participem dessas discursões para contribuir também e lá em barão eu não me lembro deles terem participado de alguma reunião qual é a última atualização ele vem monitorando a situação dessa barragem, pela população de alto salvamento a foi recuada o treinamento evacuação que foi feito do que eu citei foi feito para a população que é chamada de zona secundária que é a população que está mais distante da barragem mas que está na rota de rejeito caso haja o rompimento então é a população que está a uma hora e meia de distância caso haja o rompimento mas é por onde a lama vai passar e necessariamente dentro do centro urbano de barão de Cocais por que ele passa por dentro do município. Então essa é a situação, tem feito esse treinamento existem já pontos de apoio definidos pela defesa civil é a defesa civil que coordena e aí é isso a gente ter orientado a gestão inclusive para não assumir responsabilidades que não são da assistência porque existem outras políticas no município que precisam estar juntas a gente orientou teria inclusive a criação deste.....eu tive oportunidade de falar inclusive com o prefeito que estava muito aberto que era necessário que o município criasse um grupo de resposta ou um grupo de emergência formado pelas políticas do município com a participação da promotoria de justiça do município do procurador, prefeitos, secretários com apoio da SEDESE e da força tarefa que a vem atuando em Brumadinho que é o Dr. Márcio Rogério, a Dra. Paola e o CAO de direitos humanos. Então isso vem acontecendo é compor essa comissão um grupo de trabalho que está monitorando. a última atualização é essa que vocês terão notícia aí, apesar do monitoramento do nível de tolerância dessa barragem parece que de ontem para hoje houve uma mudança, não sei os nomes corretos, mas acho que é **talude** que são estruturas que medem essa limitação da barragem né, vem acontecendo uma movimentação, o trem que vem de Vitória para cá foi interrompido né e aí a gente entrou em contato hoje pela manhã SEDESE diretora de alta complexidade pedi para ela entrar em contato com a Raiça ela conseguiu falar com a Raiça mais cedo eles estão monitorando, o que a Raiça disse é assim infelizmente tem uma questão que é muito de sensacionalismo e também da mídia, isso acaba dificultando as coisas porque acaba gerando um medo maior nas pessoas né e a gente vem falando com a Raiça também para ter as informações diretamente com os interlocutores inclusive para passar também para a população as informações mais precisas para não ficar só distribuindo e compartilhando mensagens de rede social ou da imprensa então isso a informação é essa que eu dei a gente já entrou em contato com a Raiça a gente está monitorando junto com ela, ela falou que até então situação está relativamente tranquila mas é a tranquilidade que a gente sabe que não é assim tão né as pessoas estão ali um pouco tensa mas eles estão convivendo com essa tensão já tem um mês e eu acho que é importante isso que o Rodrigo falou estar manifestando porque eu acho assim só a SEDESE também é indo também acho que não é bom também né. A gente está indo sempre, inclusive de levar o pessoal do recurso humano também porque essa atuação de Brumadinho foi importante para gente também a gente atuou junto então acho importante inclusive de compartilhar essa responsabilidade porque realmente para gente é muito pesado né para todo mundo inclusive para eles lá e aí acho importante de repente marcar uma visita lá logo no início da semana que vem, se possível na semana que vem para também ouvir lá o que está acontecendo e ver no campo lá, como está a situação. Então é isso. **Consolação**, Cristiano só uma pergunta até por questão da mídia mesmo o plano de rompimento de uma barragem que até tinha entendido que eram essas três comunidades mas agora estão falando que tem o risco dessa de passar para uma outra que vai passar aí vai abranger uma aérea maior do que aquela prevista é isso mesmo quer dizer mudou o quadro a possibilidade desse **Cristiano**, é tem uma questão que é essa que falei quer dizer a população que estava na zona de alto salvamento logo abaixo dessa

barragem que está com risco ela já foi toda evacuada a população que seria atingida seria a população da região que fica a uma hora e meia de distância mas que está na trajetória do rejeito caso haja o rompimento essa população já teve um monitoramento com ela basicamente a população do centro urbano já existem os pontos de evacuação treinamento é a defesa civil que coordena tudo isso. esse segundo ponto que você falou é o ponto que está surgindo na mídia que é no caso de rompimento que isso interfira no nível, pode ser isso aumente o nível, mas essa informação precisa eu não tenho. **Rodrigo**, é eu fiz esse detalhamento, Consolação até antes passei para ela mas eu queria ver é uma sugestão Cristiano uma recomendação que quando vocês forem nessa cidade sempre que possível tente solicitar a presença do presidente do conselho ao menos ele sabe que eu acho que aí quando a SEDESE pede eu acho que aí eles lembram porque o município, é porque o município pequeno as vezes não tem essa expertise e nem. nós, nós estamos pegando essa expertise agora, por isso estou muito preocupado porque isso vai, Minas é barragem a todo momento né, é aí eu acho que a gente tem de tentar representar, então eu acho que se vocês pedirem sempre que possível tá, é só mesmo a título de solicitação é só um pedido mesmo. Quem mais Ivone e depois o Márcio. **Ivone – COGEMAS**, para não repetir eu acho que os conselhos que estão nessas áreas de barragem eu acho que o conselho estadual deveria estar fazendo uma interlocução até assim a longo prazo para que eles, nós estávamos falando assim o conselho é o guardião dos usuários das comunidades das famílias né então ele é um defensor do direito da vida dessas pessoas né, então né, as vezes o conselho lá ele não tem ainda essa concepção e do papel da força então né junto com os outros órgãos de defesa do ministério público que está ali para defender ali também é para que essa relação do conselho estadual não seja sobreposta a essa ação do conselho municipal, mas que seja para contribuir para que esse conselho possa fazer a sua ação e por sua atuação mais firme né, seria mais nesse sentido em barão de cocais, seria o conselho ir lá para contribuir com o conselho municipal para que ele possa ter uma ação mais efetiva junto com o conselho estadual com o ministério público né na garantia da vida daquelas pessoas que estão ali no entorno **vozes** **Márcio Caldeira - ASPROM**, acho que foi um produto das duas comissões, comissão de apoio e comissão de normas que a gente aprovou ontem as orientações para os conselhos municipais relacionado a questão das barragens e lá tem uma linha de orientação que é dentro da perspectiva que a gente está discutindo aqui um espaço de fortalecimento do controle social do município para que ele esteja realmente reconhecido como um espaço que possa levar uma interlocução junto com esses usuários, com os atingidos que ele participe do processo de elaboração do planejamento das ações que ele acompanhe toda a parte da infraestrutura que está sendo pensada em relação ao tipo de situação como essa referente a barragem. eu acho que é um instrumento que a gente tem de se apropriar dele enquanto conselho, porque isso vai ser uma tônica constante para o CEAS e dos conselhos municipais de assistência social daqui para frente. mina tem muitas barragens como o presidente colocou aqui, então é uma constante aqui para a gente, eu acho que a gente vai ter de construir uma expertise dentro do conselho nesse aspecto. muito fundamental. rodrigo, é eu quero dar mais dois encaminhamentos. eu quero que a secretaria executiva faça a gentileza de fazer para mim depois.....consolação. depois na segunda feira passa-se para a SEDESE a relação dos conselhos principalmente desses municípios atingidos, nome, e-mail, telefone né para que a gente possa fazer uma força tarefa. a outra eu queria pedir para que um conselheiro da comissão de apoio ficasse comigo ao encerrar que hoje vou tentar falar com o presidente de barão de cocais e a gente coloca no viva voz e a gente consolação vou te pedir para ficar sexta feira mais eu já não deixei você almoçar hoje mas é, então não é nada demais não hoje estou bem ditador e aí se puder ficar e aí eu gostaria né já pedir o márcio como comissão de apoio, você é da comissão de márcio não é então algum conselheiro da comissão de apoio, mas se você puder ficar eu gostaria né, Ariadna, Irajá, a gente liga o viva voz a gente fez uma conversa com o presidente. Então e aí segunda feira essa conversa a gente pensa em uma estratégia se for preciso ir lá na semana que vem a gente tenta alinhar isso com a SEDESE né, se vocês forem puder nos convidar já deixo, já me convido né ou eu ou um conselheiro a gente vê a disponibilidade de alguém para acompanhar vocês, se vocês têm a disponibilidade de nos levar tá pelo menos a rosa se a secretaria executiva também que

está acostumada com essa questão de barragem a gente tentar acompanhar isso tá. Pode colocar em votação, esse encaminhamento por enquanto e aí eu vou contar com o apoio de vocês que calamidade é uma excepcionalidade e excepcionalidade tem ações excepcionais e vamos pedir ações excepcionais inclusive deste conselho tá, então é isso tem mais algum comentário agradeço a todas e a todos. ah tem um informe **vozes** o informe da Ivone e depois a Janaína. Ivone, olha nós tivemos hoje uma participação do COGEMAS num ato de afirmação dos direitos da pessoa com deficiência frente a reforma da previdência social, foi hoje às treze horas mais ou menos no tribunal, na procuradoria né de defesa da união e o COGEMAS esteve presente falando, foi a nossa conselheira, a nossa diretora de lá de Matozinhos. No dia vinte e sete a gente vai ter essa reunião da câmara técnica de monitoramento da comissão de monitoramento e no dia quatro e cinco de junho o primeiro encontro primeiro encontro mineiro de assistente social vai ser na PUC MINAS e lá no dia cinco nós vamos fazer também uma apresentação dos representantes regionais do COGEMAS em cada região. Então nós já tivemos este ano a quarta ou quinta reunião descentralizada do COGEMAS uma em diamantina e a próxima vai ser dia 24 de julho em Teófilo Otoni. Temos um encontro regional do CONGEMAS nacional, no rio de janeiro cidade nova que vai ser no dia quinze e dezesseis de julho, e nosso encontro nacional do CONGEMAS que vai ser no dia sete a 9 de agosto vigésimo primeiro encontro do COGEMAS em Belém do Pará **vozes** Janaína eu queria só fazer um agradecimento pelo dia de hoje que exercício lindo de democracia participativa do controle social e fortalecimento do suas que a gente fez na prática hoje né, que jornada poderosa que foi hoje eu fiquei muito feliz, muito feliz e muito reavivada gente que democracia é isso a gente ter tranquilidade da gente poder falar o que a gente pensa o que a gente sente o que angustia a gente trazer para a mesa para encontrar soluções juntos né e agente fez esse exercício hoje do momento em que a gente chegou até o momento que a gente está saindo então eu volto para minha casa alimentada com a esperança renovada de que agente por mais que as vezes dá um medo a gente fala meu deus a gente está junto a gente está no caminho certo então obrigada, obrigada por hoje eu aprendi demais com cada um de vocês é muito importante todo mês aqui, olhar para cada dos rostos, a gente compartilhar a gente chega as vezes com olhar angustiado vai trocando os olhares vai percebendo que esses olhares da angustia olhar sempre com muita sabedoria vaia aclamando as nossa almas , mais a gente sai com a alma lavada né e reunidos então Obrigada de verdade e contem com a gente para construir e aprender junto e fazer junto, tá bom. Obrigada mesmo. **Rodrigo**. Obrigada Janaina, conselheiros obrigada a todos e todas, bom retorno bom final de semana voltem para suas famílias, muito obrigado mesmo. os conselheiros que puderem ficar e quiserem ficar vou agradecer. Vamos lá para cima para poder ligar .

| Conselheiros                    | Representatividade                                             | Assinatura |
|---------------------------------|----------------------------------------------------------------|------------|
| Aloísio Soares de Lima Júnior   | Cogemas                                                        |            |
| Ariadna de Almeida Silva        | Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG  |            |
| Arlete Alves de Almeida         | O Movimento GRAAL do Brasil                                    |            |
| César Augusto Calinçani Pereira | Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE |            |
| Cristiano de Andrade            | Sedese                                                         |            |

|                                      |                                                                       |  |
|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|--|
| Damião Braz (Nome Social – Irajá)    | Articulação dos Povos e Organizações Indígenas                        |  |
| Eleniudes Santos Silva               | Feneis                                                                |  |
| Fabricia Ferraz Mateus Lopes         | Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA |  |
| Francielly Ferreira Caetano          | FMT-SUAS/BH                                                           |  |
| Helder Augusto Diniz Silva           | CMAS de Pedro Leopoldo                                                |  |
| Isac dos Santos Lopes                | Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais                 |  |
| Ivone Pereira Castro Silva           | Cogemas                                                               |  |
| Janaina Reis do Nascimento           | SEDESE                                                                |  |
| João Alves Crisóstomo                | CMAS Pirapora                                                         |  |
| João Victor de Almeida Chaves        | Seplag                                                                |  |
| Luanda do Carmo Queiroga             | Fetsuas                                                               |  |
| Luciana Mello                        | SEE                                                                   |  |
| Márcio Caldeira                      | Assprom                                                               |  |
| Márcio José Ferreira                 | Associação dos Deficientes Físicos de Betim – ADEFIB                  |  |
| Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas  | CMAS Leopoldina                                                       |  |
| Maria Juanita Godinho Pimenta        | Federação das Apae's                                                  |  |
| Marleide Marques Castro              | CRP                                                                   |  |
| Marta Maria Castro Vieira da Silva   | Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE        |  |
| Noelle Lana da Silva Prata           | Seapa/Seda                                                            |  |
| Patrícia Carvalho Gomes              | CMAS Nova Lima                                                        |  |
| Paulo Antônio Peixoto de Brito Jamim | Seplag                                                                |  |

|                                    |                                                |  |
|------------------------------------|------------------------------------------------|--|
| Rodrigo Silveira e Souza           | Conselho Regional de<br>Serviço Social – CRESS |  |
| Sandra de Fátima Veloso<br>Costa   | CMAS de Montes Claros                          |  |
| Soyla Rachel dos Santos<br>Pereira | CMAS de Paracatu                               |  |
| Wilson de Sales Lana               | SEF                                            |  |